

Universidade Federal de Ouro Preto
Instituto de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História

Lucas Sales Furtado

**“QUE HISTÓRIA NORTE-AMERICANA CONHECEMOS? UMA ANÁLISE
DOS MANUAIS DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS EDITADOS NO
BRASIL (1960-1990)”**

Mariana - Minas Gerais – Brasil

Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP

Lucas Sales Furtado

**“QUE HISTÓRIA NORTE-AMERICANA CONHECEMOS? UMA ANÁLISE
DOS MANUAIS DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS EDITADOS NO
BRASIL (1960-1990)”**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Universidade Federal de
Ouro Preto.

Orientador: Prof.: Dr. Luiz Estevam de
Oliveira Fernandes

**Mariana
2013**

“QUE HISTÓRIA NORTE-AMERICANA CONHECEMOS? UMA ANÁLISE DOS MANUAIS DE HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS EDITADOS NO BRASIL (1960-1990)”

Resumo: O trabalho objetiva-se compreender como os trabalhos dos historiadores norte-americanos, que escrevem sobre os Estados Unidos, são introduzidos dentro das universidades brasileiras e compreender também quais são os critérios de edição e tradução destas obras para o Brasil.

Metodologicamente, a pesquisa está estruturada na análise de seis manuais de História dos Estados Unidos. A escolha dessas fontes deu-se pela constante utilização em programas de ensino universitário de grandes instituições de nosso país. Realizamos levantamentos na Universidade de São Paulo, na Universidade Estadual de Campinas, na Universidade Federal de Minas Gerais e na Universidade Federal de Ouro Preto.

A partir desta análise pretendemos entender de que forma tais manuais foram traduzidos e como eles foram reinterpretados em um contexto bem diferente do qual originalmente foram escritos. Ao mesmo tempo pretende-se fazer um esboço de como está estruturada a historiografia norte-americana no mercado universitário brasileiro e, com isso, pensar o que tem sido lido nas últimas décadas na formação de professores e historiadores no que concerne à História norte-americana.

Abstract: The study aims to understand how the work of American historians who write about the United States, are introduced into the Brazilian universities and also understand what are the criteria for editing and translating these works into Brazil.

Methodologically, the study is structured in the analysis of six history books of the United States. The selection of these sources was given by constant use in university programs of major institutions of our country. We surveyed at the University of São Paulo, State University of Campinas, the Federal University of Minas Gerais and the Federal University of Ouro Preto.

From this analysis we intend to understand how such manuals were translated and how they have been reinterpreted in a very different context from which they were originally written. At the same time we intend to make a sketch of how it is structured historiography U.S. market Brazilian university, and with it, think of what has been read in the last decades in the training of teachers and historians regarding the American history

Sumário

1 INTRODUÇÃO.....	5
1.2: História da disciplina.....	7
1.3: História da historiografia norte-americana: um breve resumo.....	9
2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	12
2.1: Woodward e sua metodologia comparativa.....	12
2.2: Sellers e as perspectivas conflitantes.....	27
2.3: Bernstein e os Inconformistas.....	45
2.4: Desmistificações do imaginário americano.....	49
2.5: Edição Documental.....	63
3 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
4 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	70
5 ANEXOS.....	73

1. Introdução

A proposta deste estudo consiste em analisar como os trabalhos dos historiadores norte-americanos, que escrevem sobre os Estados Unidos, são introduzidos dentro das universidades brasileiras. Dentro desta ótica, se pretende compreender os critérios de escolha das editoras brasileiras com relação às obras da historiografia norte-americana da segunda metade do século XX e também como tais manuais foram reinterpretados dentro do contexto em que cada manual foi traduzido.

Para realizar a seleção de tais manuais como fontes, fizemos um levantamento¹ nos programas das grandes instituições de nosso país. Ou seja, reunimos diversas ementas das disciplinas de História da América de diversas instituições e selecionamos os três manuais que mais são utilizados. Aqui se faz necessário justificar do porquê de se escolher o gênero dos manuais de História. Este gênero, também chamado de *textbooks*, têm ampla circulação e produção. Têm como característica principal uma linguagem de caráter didático, com um conteúdo mais abrangente, uma narrativa cronológica e com poucas notas de rodapé. Os manuais mais recentes como é o caso do livro “*Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*”² de Charles Sellers já destaca ao longo dos capítulos alguns debates historiográficos. Como afirma Mirian Jorge Warde, estes *textbooks* têm grande domínio no mercado editorial norte-americano que já advinha desde o século XIX.

O crescimento vertiginoso dos impressos de destinação escolar, com destaque aos didáticos, denominados *schoolbooks* ou *textbooks* que, desde os anos 1920 do século XIX, já suplantavam as demais modalidades de publicações encadernadas [...] em 1910, somavam em torno de 70% dos títulos produzidos e comercializados.³

Esse domínio dos *textbooks*, segundo Warde, foi resultado de uma reordenação cultural proposta das lideranças políticas que ascenderam com o fim da Guerra Civil Americana e que tinham como objetivo a difusão de uma nova cultura nacional. Dentro desta proposta difusionista se teve uma busca de acomodações pragmáticas, entre eles, podemos citar a democracia e liberdade universal assim como também a crença no excepcionalismo norte-americano. Este último aspecto, pode ser visto de forma clara em algumas obras que foram analisadas e que será aprofundado posteriormente. Apesar de a pesquisa se centrar na segunda metade do século XX, se fez necessário recuar um pouco na

¹ Ver nos anexos.

² Lembrando que este livro está incluso nas fontes.

³ WARDE, Mirian Jorge, **A industrialização das editoras e dos livros didáticos nos Estados Unidos (do século XIX ao começo do século XX)**, Campinas: Educ. Soc., v. 32, 2011, p. 124.

cronologia, como forma de entender o formato que se deu a construção deste gênero textual dentro dos EUA. E posteriormente, vamos perceber que ainda existem alguns resquícios da proposta inicial que esteve presente no XIX.

A partir dos resultados obtidos chegamos aos seis livros que nesta pesquisa foram analisados: *“Uma reavaliação da História dos Estados Unidos”* de Charles Sellers; *“Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos”* de Bernstein Barton; *“Ensaio comparativo sobre a História Americana”* de C. Vann Woodward; *“História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI”* de Leandro Karnal et al⁴; *“Documentos Históricos dos Estados Unidos”* de Harold C. Syrett e *“Documentos básicos da História dos Estados Unidos”* de Richard Morris.

Outro objetivo desta pesquisa é de refletir sobre a recepção crítica que os Manuais de História dos Estados Unidos tiveram dentro do meio acadêmico, mais em particular nas principais Universidades brasileiras. Para isso, como ferramenta metodológica, foram aplicados alguns questionários com professores que lecionam ou já lecionaram nestas instituições. Essa foi uma forma de tentar compreender de forma mais clara como se deu essa recepção e como estes viram o surgimento e a construção das primeiras disciplinas de História da América e História dos Estados Unidos.

Uma questão que perpassa nessa pesquisa é o porquê de os Estados Unidos despertarem tanto interesse diferente de outras nações. Uma resposta possível possa ser a perspectiva apresentada por Leandro Karnal na introdução de sua obra. O autor afirma que trata-se de um caso antigo que data mais de dois séculos, em que desde a Declaração de Independência (que apresenta um novo ideal de democracia e liberdade) até a era Bush, esta nação desperta os olhos do mundo. Em suma, ocorreram grandes participações dos EUA em diversos momentos da história mundial. E ao longo da construção desta nação e posteriormente com suas práticas imperialistas de domínio foram idealizados diversos estereótipos como: “A América é a terra da liberdade; oportunidade; é provinciana e egocêntrica assim como o melhor ideal de democracia que existe”.

Em entrevista, a professora Célia Maria Azevedo que lecionou a disciplina de História dos Estados Unidos na Unicamp, afirma que, apesar de ter um grande interesse é preciso aprofundar nos estudos tendo como objetivo desmistificar tais estereótipos e idealizações:

Todos sabemos que o país Estados Unidos tem se destacado como o grande poder imperialista desde a II Guerra Mundial. Mas poucos conhecem a sua trajetória histórica específica. Há hoje toda uma mitologia em torno da

⁴ Os outros autores são: Sean Purdy, Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes.

história de um país que muitos pensam já como um poder imperialista desde os seus inícios, ou então como já contendo os embriões do grande poder mundial futuro [...] Por isso mesmo, acho importante estudar a história dos Estados Unidos em profundidade, único modo de desconstruir essa mitologia.⁵

Seguindo a perspectiva de Azevedo, Sean Purdy atesta que a história norte-americana chega até nós através do discurso midiático, popular e acadêmico, mas que todos estes nos mostram uma representação um tanto quanto limitada. Os seus alunos, por exemplo, desconhecem as relações sociais que ocorrem dentro do próprio Estados Unidos. Ou seja, a imagem que temos é mais da política externa que esta nação tem com os outros países. Já Beatriz Domingues, professora de História da América na UFJF, destaca a inserção da cultura norte-americana em nosso país. Domingues afirma que “não há como escapar dela [História dos Estados Unidos], para o bem ou para o mal. Somos um país contaminado pela cultura americana no que ela tem de bom e de ruim”.

Desta forma, existem várias linhas de pensamento que despertam variadas reações nos brasileiros. Neste sentido, através dos manuais, tentaremos decifrar essa sociedade complexa e que tipo de perspectiva estes nos passa sobre a nação norte-americana.

O que faz com que estas obras sejam de fundamental importância para esses programas seja de História da América, mas como também de História dos Estados Unidos? Em que historiografia e em que debates tais autores estão inseridos? Existem critérios editoriais para que uma obra seja traduzida e outra não? Estes questionamentos estarão a todo o momento perpassando pela reflexão e análise das obras selecionadas.

1.2 História da disciplina

Pouco se sabe sobre a criação da disciplina de História da América, e até mesmo de História dos Estados Unidos, nas universidades brasileiras. Rachel Soihet, em seu texto “História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva” atesta que tal área deu seus primeiros passos na UFF em sua pós-graduação nos anos 1970. Consistia em duas linhas de pesquisa: História do Brasil e História da América. Neste quadro, muitos professores retornavam do intercâmbio acadêmico que foi incentivado desde o período da política de Boa Vizinhança. Desta forma, novas perspectivas assim como também problemáticas foram surgindo nessa área, o que resultou em uma necessidade de um novo

⁵ Entrevista com a professora Célia Maria Marinho Azevedo realizada em julho de 2013.

perfil para a disciplina. Outro fator que ajudou a contribuir para essa reformulação foi a presença de brasilianistas nos programas de pós-graduação aqui no Brasil.

Ainda naqueles tempos, anos 1970-1980, a pós-graduação contou com a participação de brasilianistas, entre eles Stanley Hilton, autor de trabalhos acerca do relacionamento entre Brasil e Estados Unidos, especialmente na época Vargas. Ressalta-se, também Richard Graham, que muito contribuiu para o intercâmbio entre os universos acadêmicos do Brasil e dos EUA.⁶

Brasilianistas sendo entendido, na perspectiva de José Carlos Sebe⁷, como os autores estrangeiros, sendo em sua maioria norte-americanos, que se especializaram em algum aspecto, seja ele: político, econômico ou social a respeito da história do Brasil. Maria Gouvêa afirma que estas novas perspectivas contribuíram não só para uma nova forma de ensino como também para novas abordagens na pesquisa que eram advindas da década de 1980. Através de trabalhos orientados por Maria Lígia Prado, foi apresentada uma nova abordagem comparativa para analisar o sistema colonial ibérico-hispânico. Perspectiva esta que já era apresentada por alguns historiadores norte-americanos na década de 1960. Em suma, seria:

A importância da articulação entre as atividades de docência e pesquisa, bem como da adoção de uma abordagem comparativa na pesquisa e no estudo das várias regiões que historicamente integraram a América Ibérica e a Anglo-Saxônica.⁸

Com relação à disciplina de História dos Estados Unidos é um curso que ainda aparece de forma tímida na grade curricular das universidades. De modo que em algumas grades a disciplina se apresenta como obrigatória e em outras o conteúdo é condensado nas disciplinas relativas à História da América. Cecília Azevedo, professora de América na UFF, atesta que na instituição a qual trabalha não existe tal disciplina. O que se tem são três disciplinas de História da América em que o conteúdo de Estados Unidos é condensado. Já na Unicamp, em que também não se tem uma obrigatoriedade do curso, o conteúdo fica dividido nas disciplinas de Contemporânea, Moderna e em América Colonial. Beatriz Domingues afirma que na instituição a qual leciona a introdução do tema fica a cargo do professor. Ou seja, pode ou não constar dentro da disciplina de História da América.

A única instituição que constou a ter a disciplina como obrigatória foi a USP. Célia Azevedo afirma que desde a sua chegada à universidade paulista essa disciplina já existia e

⁶ SOICHET, Rachel, História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva, In: AZEVEDO, Cecília (Org.). **História da América: novas perspectivas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 19.

⁷ Ver em SEBE, José Carlos, Introdução ao nacionalismo acadêmico: os brasilianistas.

⁸ GOUVÊA, Maria, ABREU, Martha e AZEVEDO, Cecília, **Uma história em três tempos: experiências de pesquisa e ensino de história das Américas**, p. 106.

que era ministrada por professores norte-americanos, como foi o caso de Peter L. Eisenberg que mais tarde tornou-se seu orientador no mestrado.

1.3 História da historiografia norte-americana: um breve resumo

Sistematizando um pouco sobre historiografia norte-americana descreveremos uma breve análise sobre suas transformações e escolas, baseado no trabalho de Moura e outros. Desde meados do século XIX até meados do século XX a historiografia norte-americana apresentou constantes transformações e mudanças com “sucessivos paradigmas de compreensão da História, cada qual elaborando sua própria explicação causal do processo histórico”⁹. A História tida como clássica e romântica teve grande influência na historiografia norte-americana perdurando um longo tempo, em que se tinha uma História ligada intimamente a Literatura, conforme salienta Moura,

Foi por oposição ao paradigma romântico que se desenvolveu nas últimas décadas do século XIX o que veio a se conhecer como “história científica”: objetiva e impessoal, desprendida de valores e apegada aos fatos e às relações externas às coisas.¹⁰

Ocorre a partir daí uma desvinculação entre História e Literatura. A história deixa então de ser uma sequência de momentos desconexos. Tendo um sentido e não sendo representada por eventos isolados. Objetividade e impessoalidade passam a ser então dois conceitos que representariam claramente o processo histórico. Segundo Moura, a historiografia norte-americana daquele período sofreu grande influência de Leopold Von Ranke. Seu pensamento e suas perspectivas históricas alcançaram diversos seguidores. A crença no historicismo, em que sempre o próximo período histórico seria melhor que o anterior era bem enraizado. Moura acrescenta que,

Essa fé arraigada no progresso da humanidade e o senso de singularidade, unidade e continuidade do processo histórico caracterizam as primeiras gerações de historiadores profissionais americanos.¹¹

Os historiadores que faziam parte desta linha de raciocínio ficaram conhecidos como “evolucionistas conservadores” em que tinha como principais expoentes Hebert Levi Osgood e Charles M. Andrews. Já no século XX, esses historiadores chamados também de evolucionistas recebem duras críticas com relação a sua metodologia. As duas principais foram: em primeiro lugar com relação ao rigor científico que influenciou diretamente na

⁹ MOURA, Gerson, **História de uma História: Rumos da Historiografia norte-americana no século XX**, São Paulo: Edusp, 1995, p. 13.

¹⁰ MOURA, Gerson, Op. Cit., p. 16.

¹¹ MOURA, Gerson, Op. Cit., p. 18.

qualidade literária dos textos. A História como disciplina científica era algo muito discutido nesse período e ainda é até os dias de hoje. E em segundo lugar, a perspectiva positivista que esses autores possuíam elaborando leis para a História, afastando-a assim cada vez mais das ciências sociais.

Esse isolamento provocado por esse ponto de vista iniciou um movimento de reforma que foi chamada posteriormente de “Nova História” que propunha a interdisciplinaridade das áreas do conhecimento em que a História deveria realizar um trabalho mútuo com as ciências sociais. O principal progressista deste movimento era Frederick Jackson Turner. Este que fez a chamada “História-problema”¹², em que seria a análise do passado a fim de compreender o presente. Interessados em estudar a questão do nacionalismo e o aspecto do movimento pela democracia, surge então uma nova imagem dos Estados Unidos que constrói sua própria identidade rompendo com seu passado europeu. “As imagens dos Estados Unidos que emergem da “Nova História” são bem diferentes das imagens da historiografia ortodoxa”¹³.

Turner foi um importante historiador no que diz respeito ao conceito de fronteira, argumentando a ideia de um novo homem formado na América responsável pela famosa democracia norte-americana. É imprescindível ressaltar aqui que essa nova corrente historiográfica sofre influência diretamente do marxismo. Contudo fazendo a distinção do Marxismo enquanto instrumento de análise e enquanto “doutrina filosófica”. Houve também uma grande inserção dos textos dos autores progressistas em livros didáticos.

A partir das décadas de 1920 e 1930 esta historiografia progressista sofreu diversas críticas e começaram a aparecer de forma nítida às limitações dessa “Nova História”. A visão essencialmente determinista e materialista, que advinha da influência marxista, como sendo o motor da História, esbarrou nos conceitos da subjetividade e imprevisibilidade. Fatores pequenos que alteravam totalmente o rumo da História.

Paixão, chance, idiosincrasia apareciam como vetores explicativos da história, em contraste com a impessoalidade e a exterioridade que ainda caracterizavam os primeiros progressistas.¹⁴

O curioso salientar aqui é que a crítica da “Nova História” surge dentro da própria História progressista. A crítica passa a então a considerar um fator que até então não possuía relevância nenhuma, eles passam a considerar o valor das ações individuais para a explicação do processo histórico. O homem aqui não seria um produto do meio, mas sim seu criador. Outro aspecto que foi criticado foi à questão do determinismo ambiental sendo ele geográfico

¹² TURNER, Frederick Jackson, **O significado da História**, In: História, São Paulo: v. 24, 2005, p. 1.

¹³ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 23.

¹⁴ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 34.

ou econômico da História Progressista. Essa crítica foi na verdade um período de transição que a historiografia norte-americana passou e culminou no início de um período que ficou conhecido como “movimento de Estudos Americanos”.

Trabalhando não apenas com ideias, mas também com emoções, sentimentos, atitudes, identidades coletivas, esses autores prepararam o caminho para o movimento que ficou conhecido no pós-guerra como o movimento de Estudos Americanos, menos empenhado na reforma social e muito mais ligado à identidade nacional, menos afeito à mudança e muito mais preso à continuidade, menos apegado ao conflito de interesses, e muito mais interessado no consenso de valores.¹⁵

O que surgiu a partir daí foi a História Consensualista em que tinha como premissas uma separação da História Intelectual da História Social e propunha também uma relação forte com a literatura e a psicologia, com isso houve uma tentativa de propor, como Moura afirma um “caráter americano” algo que foi bem predominante nos anos 1950. Essa onda que tinha com caráter principal o consenso, que não durou muito. Já em 1959 recebeu diversas críticas, entre elas o principal expoente foi John Higham na qual afirmava que o maior erro dos consensualistas era tentar tornar a História dos Estados Unidos algo homogêneo. Essa ideia de consenso está bem clara na explicação de Moura em que “ela seria mais a borda do quadro, que marca os limites da pintura, mas não a afeta essencialmente”¹⁶.

Os defensores do consensualismo como Hofstadter afirma que esse conceito de consenso auxiliaria a demarcação dos limites dos conflitos na história americana, mas sem deixar de lado sua complexidade e profundidade. Nos anos 1960, novamente a historiografia norte-americana passa por transformações, sendo que a ideia de se explicar o processo histórico através somente de um paradigma cai em desuso. O que ocorre é a utilização de diversos modelos (como a Teoria da Modernização, a Consciência de classe, Técnicas de Quantificação e a História Comparativa), para se explicar o processo histórico norte-americano.

Já nos anos 60, historiadores e cientistas sociais estavam pensando junto os problemas da história social (...) desde então, abordagens e modelos têm sido “emprestados” pelas ciências sociais à história social.¹⁷

A profissionalização do Historiador foi algo bastante debatido ao longo da História da Historiografia norte-americana. Segundo Arthur Ávila, a História Amadora era algo muito forte para os norte-americanos, porém muito criticada também. Após o surgimento da História Social nos Estados Unidos essa crítica se torna mais acentuada o que mostra que não havia

¹⁵ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 38.

¹⁶ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 47.

¹⁷ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 54.

uma coesão entre os historiadores sobre o caráter real da história. Cada historiador possuía a sua “verdade histórica” que eram bem divergentes uma das outras.

Assim, se compreende melhor as preocupações de Baylin e Dengler, presidentes da AHA [American Historical Association] que falavam em nome da profissão, sobre a aparente “desunião” dos historiadores. A fragmentação, a idéia aparentemente desesperadora de um passado amorfo, enfraquecia as reivindicações à autonomia científica da história enquanto disciplina.¹⁸

Utilizando os esquemas conceituais de Gerson Moura, (como História Progressiva, História Social, História das Ideias, entre outros) essa pesquisa pretende compreender como essa historiografia mais especificamente do final do século XX foi constituída. Para tal, ao realizar essa análise seria, ainda, uma forma de experimentar essa consciência nacional que vem sendo formada.

Percebemos então, que nesta área existem grandes lacunas a ser respondidas e problematizadas. Como afirma Celso Lafer, “a análise das relações internacionais e a história diplomática são duas áreas de pesquisa nas quais a produção acadêmica brasileira é reconhecidamente modesta”¹⁹.

2 Resultados e Discussão

2.1 Woodward e sua metodologia comparativa

Pretendo aqui fazer uma análise e uma breve reflexão sobre os manuais de História de Estados Unidos que utilizei como fonte. Portanto, nesse primeiro momento analisarei o livro escrito por C. Vann Woodward, intitulado “*Ensaio Comparativos sobre a História Americana*” que, como pode se observar na tabela, possui uma grande utilização dentro das disciplinas tanto de História dos Estados Unidos quanto de História da América nas principais Universidades Brasileiras. Para isso, se faz necessário uma breve introdução do livro analisando como ele está estruturado e realizando também um esboço dos principais capítulos da obra.

¹⁸ AVILA, Arthur Lima de, **O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte-americana (c. 1980 – c. 1990)**, In: Revista História da Historiografia, ISSN: 1983-9928, p. 155.

¹⁹ MOURA, Gerson. Op. Cit., p. 09.

A obra *“Ensaio Comparativos sobre a História Americana”* foi lançada nos Estados Unidos em meados da década de 1960 e só chegou ao Brasil em 1972 pela editora Cultrix²⁰. A obra é um manual de história dos Estados Unidos composta por vinte e quatro capítulos. Cada capítulo ficou sob a responsabilidade de um renomado historiador norte-americano. Diferentemente de muitos manuais de História que priorizam dividir os capítulos por marcos históricos, como: Segunda Guerra Mundial, Guerra Fria, Guerra Civil, entre outros, este manual varia colocando em seus capítulos tanto marcos cronológicos, como também temas que, segundo a ótica de C. Vann Woodward (organizador) fossem importantes de serem analisados a fim de se ter uma melhor compreensão da História Norte-Americana. Alguns capítulos são intitulados de: *“Fronteiras”*; *“A Guerra Civil”*; *“O Negro Depois da Liberdade”*; *“Os Partidos Políticos”*; *“O advento das Grandes Empresas”*; entre outros.

Talvez esse repúdio ao modo tradicional de escrita dos manuais de História seja uma das razões para que o livro de Woodward tenha uma grande utilização no Brasil. Queremos ressaltar aqui, que são necessários mais elementos para podermos confirmar tal hipótese. Outro ponto importante e bastante significativo dessa obra é que ela trabalha essencialmente como metodologia, a História Comparativa.

A História Comparativa se vale em síntese da comparação de diferentes sociedades, realizando diversos paralelos em que são apontadas tanto semelhanças, quanto diferenças das sociedades analisadas em questão. Esse método comparativo foi muito utilizado tanto no campo da economia quanto no campo da sociologia. Nos anos 1960 a 1970, esse tipo de metodologia aparece ainda de forma tímida. Portanto, essa obra teria um caráter inovador para o período. Woodward afirma que é importante se utilizar do método comparativo, pois, com ele, o historiador pode não só revisar, mas também reinterpretar diversos períodos históricos.

Estes estudos comparativos serviram não só de sugerir novas maneiras pelas quais a nossa história se relaciona com a história de outras nações, mas também, muitas vezes, de corrigir, revisar, ou reinterpretar significativamente a nossa própria história. Projetaram nova luz sobre velhos mitos, submetem à prova comparativa injustiças pretensões de prioridade ou excelência nacional.²¹

E no caso da História dos Estados Unidos possibilitou uma reflexão dentro da historiografia, como já apontou Gerson Moura, em que historiadores passaram a rever esse conceito de nação singular. Ou seja, o que aconteceu nos Estados Unidos, com o surgimento

²⁰ Infelizmente, não conseguimos mais informações sobre esta editora, pois ela se encontra desativada desde os anos 1950. Hoje, a editora faz parte de uma junção entre a própria Cultrix com a editora Pensamento.

²¹ WOODWARD, C. Vann, **Ensaio Comparativos sobre a História Americana**, São Paulo: Cultrix, 1972, p. 355.

da metodologia comparativa, foi uma mudança de perspectiva da História nacional. Mas pretendo aprofundar esta questão mais adiante.

C. Vann Woodward foi um historiador que trabalhou como temas principais a América do Sul e as relações raciais. Woodward lecionou entre os anos de 1946-1961 na Universidade Johns Hopkins e nos anos de 1961-1977 em Yale, onde se tornou o presidente de História²² da universidade. Suas principais obras são: *“Reunion and Reaction”* (1951), *“Origins of the New South”* (1951), *“The Burden of Southern History”* (1960) e em 1982, seu trabalho sobre Guerra Civil ganhou o prêmio Pulitzer. Tal autor ao lado de Richard Hofstadter foi um grande nome da chamada História Social.

A história social (re)surgiu nos anos 60 e 70 como um movimento inovador na historiografia norte-americana, produzindo um alargamento extraordinário nos seus métodos e objetos. Procurando reconstruir a história a partir de fontes até então pouco exploradas (porque ligadas ao cotidiano das pessoas comuns), a história social não apenas mudou o foco “elitista” das análises históricas, como alterou profundamente as perspectivas de análise praticadas pela história progressista, que se fixava em abstrações (como o “povo”) ou em grandes categorias sociais indiferenciadas.²³

Ou seja, a história social vem para romper com o consensualismo que possuía uma visão basicamente da elite. E dentro desta história social existe um pequeno grupo que começou a trabalhar com a história comparativa. O objetivo de tal metodologia seria justamente a amplificação do conhecimento tanto de processos quanto de instituições particulares.

Rompendo os cânones da história consensual, que enfatizava o caráter único da experiência americana, esses historiadores partiam do suposto de que algum aspecto da experiência americana teria paralelos evidentes em outras experiências nacionais.²⁴

O que pretendo realizar nesse segundo momento é uma análise sistemática de alguns capítulos da obra *“Ensaio Comparativos sobre a História Americana”* para mostrar de forma mais clara como se deu esse trabalho da comparação nos diversos períodos da história norte-americana e mostrar também que não é possível realizar a comparação com a mesma eficácia em todos os períodos da história dos Estados Unidos.

Um dos capítulos em que foi bastante trabalhada a metodologia comparativa foi o capítulo intitulado: *“A fase colonial”*. Tal capítulo foi escrito por Merrill Jensen que foi professor-pesquisador da Universidade de Wisconsin. Entre as suas principais obras estão: *“The New Nation: a History of the United States During the Confederation”* (1950), e foi

²² Seria equivalente ao chefe de departamento para as universidades brasileiras.

²³ MOURA, Gerson, Op. Cit., p. 52.

²⁴ MOURA, Gerson, Op. Cit., p. 58.

organizador de “*American Colonial Documents to 1776*” (1955). Vale ressaltar aqui que esta última obra também é muito utilizada nas ementas das instituições federais.

O texto de Jensen começa analisando a independência das Treze Colônias e a sua influência no contexto internacional. Ou seja, percebemos aqui que Jensen já realiza um recorte temporal em que prioriza trabalhar somente com o período da independência das Treze Colônias. A fim de favorecer a comparação, o autor procura fazer paralelos entre a colonização espanhola e a colonização inglesa. Para isso afirma que, naquele período, existia um mito do grande poderio espanhol, por este possuir colônias com minas de ouro e prata. Enquanto a colonização espanhola priorizava a busca de metais preciosos, a colonização inglesa priorizou a exportação de pessoas. “A Inglaterra não fez tentativa alguma para controlar a migração para as suas colônias, como fez a Espanha”. (1972, p. 36). Segundo Jensen, para os britânicos, os Estados Unidos não tinham importância econômica no princípio, como as colônias das Índias Ocidentais. Somente quando as colônias inglesas começaram a se tornar prósperas e fixas que a Inglaterra começou a articular uma estratégia de domínio sobre as colônias.

Essa falta de controle rígido por parte da Inglaterra possibilitou, segundo Jensen, uma experiência política e administrativa por parte das treze colônias que jamais foi vista e vivenciada por outras colônias. Naquele momento não existia uma estrutura de classe rígida e definida. “O resultado foi que as colônias inglesas continham uma mistura de nacionalidades e povos que não se encontrava em nenhuma outra, fato esse que daria aos futuros Estados Unidos uma qualidade única entre as nações”. (1972, p. 37). Percebemos aqui que a singularidade e excepcionalidade dos Estados Unidos se dariam justamente pela diversidade dos imigrantes e pelo certo grau de liberdade que estes tiveram no início da colonização. Ou seja, aqui fica claro que o texto de Jensen se mostra um tanto quanto conservador, reforçando assim a singularidade e fugindo da proposta da obra que seria de fazer uma história diferente da historiografia consensualista, que tem como princípios enfatizar o caráter único e singular da nação norte-americana.

Portanto, fatores como: a diversidade; a terra de oportunidades; sem resquícios do Velho Mundo; tudo isso teria contribuído para o desenvolvimento do caráter e do sentimento dos americanos. “O americano é um novo homem, que age de acordo com novos princípios; precisa, portanto, nutrir novas ideias e formar novas opiniões.” (1972, p. 40).

Percebemos então que a herança singular do que veio a ser chamado de Estados Unidos advém de uma única raiz. Uma herança única de ideias e instituições advindas dessa experiência política prévia. O que podemos tirar de conclusão do texto de Jensen é que este

conseguiu fazer um artigo partindo da ótica comparativa. Entretanto o autor não conseguiu atingir um dos principais objetivos da obra, que é o de acabar com a ilusão de que os Estados Unidos foi uma nação singular e única. Pelo contrário, como veremos ao decorrer da obra, é possível enumerar diversos paralelos que assemelham os Estados Unidos de outras nações.

Através da comparação, o que Jensen fez foi apenas afirmar a perspectiva consensualista. Em que a todo tempo se afirmou a tese de que esta nova nação vivenciou uma experiência única que difere de todas as outras nações.

Outro capítulo que analisei foi o escrito por David Brion Davis e que é intitulado “*A Escravidão*”. Davis que é um historiador que passou a sua vida acadêmica produzindo sobre temas como escravidão e a abolição. Assim como Woodward, Davis foi professor Sterling em Yale. Segundo Ira Berlin, historiador norte-americano da Universidade de Maryland, David Brion Davis desempenhou um grande papel na compreensão de como a escravidão moldou a História dos Estados Unidos, as Américas e o mundo.

Davis começa o capítulo colocando a escravidão norte-americana como sendo resultado do tráfico que fazia parte tanto da expansão comercial europeia quanto da colonização do Novo Mundo. Para Davis, o tráfico atlântico foi uma empresa global, realizada por diversos países. Tal escravidão foi essencial para o desenvolvimento da colonização do Novo Mundo, sem ela dificilmente tal colonização daria certo. “Nas regiões em que se poderiam cultivar gêneros de primeira necessidade tropicais e semitropicais, tornou-se evidente que a invasão na mão-de-obra escrava era o segredo da expansão da produção e dos lucros”. (1972, p. 135).

Mas a escravidão significava a mesma coisa para os vários colonizadores do Novo Mundo? Essa é a principal questão levantada no texto de Davis. É aí que entra a história comparativa. No âmbito jurídico, o conceito de escravo era o mesmo nos diferentes lugares da América. “Não obstante, o escravo era juridicamente definido como coisa, não só no sul dos Estados Unidos, mas também no antigo Egito, na Babilônia, na Grécia e em Roma”. (1972, p. 137). Ou seja, o escravo era visto como uma propriedade móvel e não possuía em certos aspectos mais facilidade de se libertar do que no Brasil. “É verdade também que, em certas áreas da América Latina, o escravo não tinha maiores oportunidades de emancipar-se do que o seu irmão Mississippi”. (1972, p. 141).

Outra importante observação de Davis, é que tanto nas Índias Ocidentais quanto no Brasil, o negro estava intimamente ligado à grandes latifúndios enquanto nos Estados Unidos, os negros estavam dispersos em pequenas propriedades e unidades de produção que atendia a própria subsistência, diferente das primeiras que visavam a exportação. Um paralelo que é

semelhante em várias instituições é que o negro esteve profundamente envolvido nos processos de guerras imperiais, revoluções e guerras de independência em vários países. Concluindo seu texto, Davis afirma que existem poucas pesquisas que abrange a comparação de formas de administrações da mão-de-obra escrava.

Realizando essa breve análise do texto de David Brion Davis, percebemos que este, diferentemente de Jensen, rompe totalmente com a visão consensualista, em que como já foi mencionado anteriormente, era embasada em uma ótica de uma nação singular.

Expandindo o âmbito e o vigor crítico do estudo comparativo da história da escravidão, David Brion Davis e outros modificaram substancialmente a força dessa denúncia. Os seus descobrimentos puseram em destaque inúmeros traços comuns à escravidão em todos os lugares e em todas as épocas.²⁵

Neste sentido, através da citação, podemos perceber que Davis se utilizou do negro como uma categoria que foi aplicada em diversas colônias. Um terceiro capítulo que analisamos é o que trata a respeito da Guerra Civil. Tal capítulo foi escrito por David M. Potter, que é um historiador do Sul. Assim como os historiadores citados anteriormente. Este historiador que faz parte da “geração de Yale”²⁶ e que tem uma grande produção em estudos coloniais. Potter também lecionou na Universidade de Yale (1942-1961). Suas principais publicações foram “*The Impending Crisis, 1848-1861*” (1976) e “*Lincoln and His Party in the Secession Crisis*” (1995). Ao longo de sua carreira acadêmica, Potter focou em se especializar no tema da Guerra Civil.

No que diz respeito ao capítulo, Potter faz uma mudança de perspectiva em que ao invés dele analisar a Guerra Civil em si, o autor procura analisar a questão do nacionalismo e compará-la com as outras instituições. Para o estudioso, a metodologia comparativa é importante para o caso dos Estados Unidos, pois:

Se os norte-americanos não conseguem interpretar efetivamente a sua experiência para os demais em outras sociedades, isso se deve, em parte, ao fato de nem sempre terem sido eles capazes de interpretá-la para si mesmos.²⁷

Ou seja, a comparação ajudaria os historiadores norte-americanos a compreenderem a sua própria história. Para Potter, o principal legado deixado pela Guerra Civil foi o fim da

²⁵ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 359.

²⁶ Ver em AZEVEDO, Cecília, *Relações Interamericanas no século XX: percursos e debates acadêmicos*. In: AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald, **História das Américas: novas perspectivas**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

²⁷ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 147.

escravidão, mas ressalta afirmando que, nesse caso, os Estados Unidos não foram pioneiros, pois na Europa a escravidão já havia sido abolida há algum tempo.

Algumas questões pertinentes que são levantadas no texto de Potter são: Qual a influência da Guerra Civil para o mundo moderno? Ou ela só interessou aos próprios norte-americanos? Segundo a tese do autor, o interesse da Guerra Civil para as nações europeias era se os Estados Unidos saíam mais fortes ou mais fracos após o término do conflito, pois a única ótica que se tinha daquele país recém-formado era se ela se tornaria uma potência econômica que pudesse competir com os países do Velho Mundo. Já no que tange a sua influência, Potter afirma que existe dois aspectos que afetaram a ordem mundial. O primeiro aspecto seria que a Guerra Civil propiciou uma inversão do curso desfavorável ao nacionalismo e o segundo foi que tal conflito forjou um elo entre o nacionalismo e o liberalismo. Como forma de explicitar tal inversão, o autor faz uma comparação do conceito de nacionalismo em outras instituições:

As forças do nacionalismo reafirmaram-se prosperamente na península italiana nos dois anos anteriores à Guerra Civil norte-americana mas, a não ser assim, o nacionalismo, sobretudo o nacionalismo liberal, parecia uma causa perdida na Europa. Luís Napoleão fizera-se imperador da França em 1852 e, na década seguinte, se empenhava em implantar um regime imperialista no México, confiando-o a um Hapsburg.²⁸

Para David M. Potter, naquele momento da Guerra Civil, existiam duas forças dominantes nos Estados Unidos: o nacionalismo e o seu oposto, o localismo e o regionalismo. Os produtores do sul eram a favor de um país descentralizado em que cada estado estivesse sua autonomia sem nenhuma intervenção. Já para os industriais do norte, que eram a favor de uma nação centralizada, que possuísse um poder central e forte. Um paralelo interessante que o autor realiza é que tais lavradores e produtores do sul dos Estados Unidos não diferiam em muito dos proprietários de terra da Europa Central que eram contra aos nacionalismos alemão, polonês e italiano.

Lincoln, sendo um nacionalista, procurou não só salvar este nacionalismo, mas como também justificar o porquê de salvá-lo. Para Lincoln, o nacionalismo juntamente com o liberalismo seriam como complementos da ideia de indivíduo livre. É nesse ponto do texto, que Potter faz outro paralelo interessante, comparando Lincoln a Bismarck. “Bismarck e Lincoln foram talvez, depois de Napoleão, os dois maiores expoentes do nacionalismo no século XIX”. (1972, p. 155). Para o autor, enquanto Lincoln associa nacionalismo e liberalismo em um mesmo bloco, como já foi dito antes, Bismarck já afirma que para a

²⁸ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 151.

constituição de indivíduo livre não é necessário a união desses dois elementos, fazendo assim uma separação entre o nacionalismo e o liberalismo. Concluindo seu texto, David M. Potter afirma que: “A significação reside antes no fato de que a Guerra Civil, mais talvez do que qualquer evento europeu uniu as duas grandes forças do século XIX – o liberalismo e o nacionalismo”. (1972, p. 156).

O que podemos tirar como reflexão do texto de Potter é que os Estados Unidos peca no velho hábito de olhar para si mesmo tentando encontrar uma experiência única que comprove o seu excepcionalismo, ao invés de olhar e ver que o contexto internacional que também faz parte de sua história.

Seguindo esses preceitos, os norte-americanos buscaram na abolição da escravatura e na nova demarcação do poder dentro do seu sistema federativo a importância histórica da sua guerra civil. Mas visto que a escravidão, a esse tempo, já era um anacronismo no resto do mundo, e visto que os intrincamentos e contradições do sistema federativo constituíam, em grande parte, um problema local, desconhecido ou misterioso aos olhos das outras nações.²⁹

O que Woodward aponta aqui é que os Estados Unidos se espelhou nas outras nações da Europa para acabar com a escravidão em seu território e outro ponto interessante que o autor aponta é que nem todos naquele momento tinham conhecimento da Guerra Civil. Ou seja, ao contrário do que a maioria dos norte-americanos pensava, nem todos estavam com os olhos apontados para o que estava acontecendo nos Estados Unidos.

Outro capítulo da obra de Woodward que tenta colocar em cheque o excepcionalismo e a singularidade da nação norte-americana foi o capítulo dedicado à crise de 1929, sendo nomeado de “*A Grande Crise*”. Tal capítulo foi escrito por William E. Leuchtenburg que é um especialista em crises econômicas e o New Deal. Suas principais publicações foram: “*Flood Control Politics*” (1953) e “*Franklin D. Roosevelt and the New Deal*” (1963).

Segundo Leuchtenburg, a grande crise foi um ponto culminante para produzir uma mudança das relações entre Estados Unidos e o resto do mundo. Para o autor, a grande crise teve início na nação norte-americana e depois como efeito dominó se difundiu por outros países. Mas quem foram os maiores prejudicados da crise foram os próprios americanos, o que possibilitou que a nação perdesse o seu status de singularidade e de ser uma nação “jovem” frente à Europa. Em um pronunciamento Hoover reconheceu a perda de tal status:

Após o desastre, Hoover reconheceu que, para serem críveis as suas afirmativas acerca do sistema norte-americano, ser-lhe-ia preciso explicar como um sistema tão notável cairia vítima da Grande Crise.³⁰

²⁹ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 359.

³⁰ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 307.

Apesar de a Grande Crise ter surgido nos Estados Unidos, Leuchtenburg afirma que as causas e os motivos foram advindos de fora do país, o que mostra que existe um laço de dependência econômica muito forte entre o país e o restante da Europa. O próprio remédio que livraria os Estados Unidos da crise teve como base a experiência europeia. “O sucessor de Hoover, Franklin Delano Roosevelt, não tinha tantas ilusões a respeito da unicidade da América do Norte e estava mais disposto a tirar proveito da experiência da Europa”. (1972, p. 308).

O que podemos perceber, assim como afirma Leuchtenburg, é que tanto Roosevelt quanto o New Deal contribuíram para acabar com a velha antítese entre a Europa e a América do Norte. Ou seja, os Estados Unidos chegam até meados da década de 1920 como sendo a nação mais próspera do mundo com os seus grandes arranha-céus e com a sua extraordinária produção automobilística, e com o fim da crise, passou a ser vista como uma nação vulnerável como todas as outras. Mas como foi citado acima, o New Deal não recuperou totalmente a economia americana. O que recuperou de fato a economia, como afirma o autor, foi o início da Segunda Guerra Mundial em que os Estados Unidos forneceram em grande escala armamentos para outras nações que estavam em disputa no conflito. Por fim, Leuchtenburg conclui que:

No entanto, se o excepcionalismo sobreviveu à Grande Crise, dela não saiu idene. Muitas instituições nos Estados Unidos permaneceram “europeizadas”. E o que é até mais importante, os norte-americanos já não sentiam o mesmo eufórico otimismo. Era consternador dar-se conta de que os infortúnios do Velho Mundo podiam visitar os Estados Unidos e que a América do Norte, como outros países, só encontrara a recuperação através dos armamentos e da guerra.³¹

Após analisada a tese de Leuchtenburg percebeu-se que este nos conseguiu mostrar um trabalho comparativo e deixou claro que a tese Consensualista estava ultrapassada. É importante deixar claro que devemos relativizar a crise de 1929. Pois assim como ela, dentro da história existiram outros momentos voláteis. Isso nos deixa uma questão como reflexão: a crise de 1929 foi “A Crise” ou foi apenas uma crise dentre outras?

O penúltimo capítulo que analisamos é o que trata da Segunda Guerra Mundial. Este é um tema que favorece em muito uma abordagem comparativa. Tal capítulo foi escrito por John Morton Blum que como alguns historiadores que já foram citados anteriormente, também lecionou na Univesidade de Yale. A sua área de estudo é voltada para a política

³¹ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 319.

norte-americana no século XX. Foi autor de diversas biografias, entre elas: “*Joseph Tumulty*” (1951) e “*The Republican Roosevelt*” (1954).

Segundo Blum, tal conflito foi de caráter global. No início da guerra existia por parte da nação norte-americana uma política de isolacionismo e paz mundial. As reações ao incidente foram ora semelhantes e ora opostas entre as nações. “Os países que participaram inclusive os Estados Unidos, responderam às circunstâncias do período da guerra, ora de maneiras surpreendentemente semelhantes, ora com nítidas diferenças entre uma nação e outra”. (1972, p. 322). No caso dos Estados Unidos, a herança da primeira guerra mundial fazia com que este país se visse como uma nação auto-suficiente. Mas, na verdade, era justamente o contrário, era uma instituição totalmente vulnerável. Resposta disto, como afirma Blum, foi o total despreparo na reação norte-americana após o ataque à base Pearl Harbor no Hawaií.

A experiência norte-americana em Pearl Harbor diferiu da experiência dos franceses durante a retirada desordenada dos exércitos, dos ingleses em Dunquerque e dos russos no verão de 1941, porque fazia mais de um século que os Estados Unidos não sofriam uma agressão partida do estrangeiro, porque o inimigo atacou pelo mar, e por ser o Japão, e não a Alemanha, o ofensor.³²

Mas o autor ressalta, que apesar de os Estados Unidos não estarem preparados no momento que levaram o ataque, que a nação foi a mais beneficiada no acordo de Munique, pois esta já possuía um armamento considerável e forneceu estes para os franceses e ingleses. “Os norte-americanos souberam aproveitar o tempo que os seus aliados compraram para eles”. (1972, p. 325). Já no que diz respeito à aprovação popular da entrada do país norte-americano, o autor ressalta afirmando que jamais se conseguiu uma mobilização total da população durante o período da Segunda Guerra Mundial.

No aspecto que tange a relação entre economia e a guerra, os Estados Unidos souberam tirar proveito da situação. A economia do país era vista como ótima naquele período. “A economia era capaz de suprir não só as necessidades internas, mas também uma proporção substancial das necessidades, militares e civis, dos países aliados”. (1972, p. 325). O que podemos perceber é que nesse momento, a economia norte-americana estava totalmente recuperada da crise de 1929. Aqui, o autor relativiza a eficácia do New Deal, criado por Roosevelt. Segundo Blum, o New Deal não atingiu o seu objetivo principal que era o de batalhar por uma tributação mais equitativa da sociedade.

³² WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 323-324.

O autor aponta também certo excepcionalismo norte-americano. Blum afirma que de todas as nações que participaram do conflito, os Estados Unidos foram à única que saiu da guerra mais forte economicamente do que entrara, pois como bem sabemos ela exportou diversas mercadorias (entre elas comida e armamentos) para as nações que estavam participando do conflito.

Um último ponto que o autor analisa é os rumos depois da guerra. Ele afirma que a nação russa, nas mãos de Stalin, com o seu grande poder soviético já começou a dominar aos poucos algumas zonas de influência ao redor do mundo, no que mais tarde resultou na Guerra Fria. Outros dois resultados da guerra foram um maior fluxo de política transoceânica entre os países da América e da Europa e a criação da ONU como sendo o órgão responsável por garantir a paz mundial. “Pareciam acreditar que, fosse como fosse, a criação de um fórum internacional seria uma garantia quase automática de paz ininterrupta”. (1972, p. 327).

Após analisado o capítulo referente à Segunda Guerra Mundial se percebe que não há nenhuma menção a respeito do holocausto, das bombas atômicas que atingiram Hiroshima e Nagasaki e muito menos sobre o nazismo. Ou seja, o autor prioriza por relatar apenas a história dos vencedores em que são escolhidos certos aspectos que são relatados e outros permanecem ocultos. Blum, partindo de uma visão comparativa, vê o conflito como algo que proporcionou uma intensa política transoceânica entre os aliados. Para Woodward, tal tema assim como a Guerra Fria e a Grande Crise, possibilitou ainda mais a necessidade de trabalhos comparativos.

Vieram, em seguida, as depredações da Grande Crise e, imediatamente depois, a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria. Esses envolvimento mundiais multiplicaram as oportunidades e tentações, assim como as necessidades de comparação.³³

O último capítulo que analisamos é o que trata do Iluminismo. Tal parte da obra foi escrita por Peter Gay. O historiador foi professor na Universidade de Colúmbia, onde passou grande parte de sua vida na especialização da história intelectual no século XVIII. Seus principais livros foram “*The Party of Humanity*” (1964), “*Voltaire’s Politics*” (1959) e “*The Enlightenment: An Interpretation*” (1966).

Peter Gay começa seu capítulo realizando uma comparação entre o iluminismo europeu e o americano. Segundo a sua ótica, ambos podem ser considerados semelhantes, mas não possuem uma mesma ordem lógica. Gay ainda acrescenta que essa comparação advém das principais escolas de historiadores norte-americanos. O iluminismo americano foi

³³ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 363.

composto por intelectuais políticos que redigiram a Constituição e que começaram a governar a nova nação. Estes intelectuais também foram chamados de “*philosophes*” norte-americanos. Tais intelectuais tiveram influência dos clássicos romanos e influência de pensadores europeus, que não se limitou somente aos franceses.

Como demonstrou Bernard Bailyn, os radicais norte-americanos que, desde o princípio da década de 1760, entraram a perguntar em voz alta a si mesmo se as colônias poderiam continuar vivendo sob a tirania de uma mãe-pátria britânica corrupta, tiravam quase todos os seus argumentos da Europa.³⁴

Apesar de Peter Gay afirmar que o iluminismo americano ter sido embasado através de ideais europeus, o autor ressalta que cada iluminismo teve a sua particularidade. “Cada iluminismo local, seja ele norte-americano, francês ou lombardo, gerou, transformou e ecoou certas ideias, e cada qual modificou as suas ideias através da sua experiência particular”. (1972, p. 47) A experiência norte-americana mostra que com a Declaração de Independência mostrou ao mundo que o iluminismo americano muda do status de consumidor para o status de produtor de ideais. Ou seja, ao invés de importador, este movimento se tornou um exportador ideias. Concluindo seu capítulo, Peter Gay nos indaga se os Estados Unidos foram utilizados como um laboratório dos ideais iluministas?

É precisamente neste ponto que a tarefa da história comparativa se torna complicadíssima, ainda precisamos trabalhar muito para compreender até que ponto os ideais políticos da jovem república provinham das ideias do Iluminismo.³⁵

Se os Estados Unidos foram realmente um laboratório para tais ideais, podemos afirmar que tal experiência contribuiu em muito para a formação da nova nação e teve como produto obras como a declaração de independência e a constituição dos Estados Unidos.

Depois de feita a análise e a reflexão de alguns capítulos da obra “*Ensaio Comparativos sobre a História Americana*” organizada por C. Vann Woodward temos de refletir e analisar três pontos principais: Como foi a recepção de tal obra nos Estados Unidos? A obra conseguiu alcançar o seu principal objetivo? E qual os motivos de tal obra estar intensamente presente nas ementas dos cursos de História nas Universidades Brasileiras?

Realmente são muitas perguntas sem respostas, acreditamos que mesmo levantando algumas suposições e hipóteses ainda não conseguiremos respondê-las, mas mesmo assim tentarei responder algumas lacunas.

Segundo Carl J. Guarnieri em seu texto “*Reconsidering C. Vann Woodward’s The Comparative Approach to American History (1968)*”, o objetivo de C. Vann Woodward era

³⁴ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 51.

³⁵ WOODWARD, C. Vann, Op. Cit., p. 54.

de fazer uma nova história dos Estados Unidos mais inteligível e mais relevante para o público estrangeiro. Woodward, através da obra, pretendia rever os tradicionais e os conservadores supostos da singularidade³⁶ e superioridade americana que ainda estava bem enraizada dentro da historiografia norte-americana. Ou seja, o que o autor queria era justamente remodelar e recriar tais perspectivas, mostrando para a historiografia, que a partir da ótica comparativa, os Estados Unidos eram uma nação igual a todas as outras e que estava intimamente ligada a assuntos mundiais.

Rereading it today, we can find much to admire in its promotion of a comparative agenda that would not only test American claims of national uniqueness but set United States history in an international frame of reference.³⁷³⁸

Outro objetivo, segundo Guarnieri, era de abrir um diálogo com estudiosos de História dos Estados Unidos no exterior. Para isso Woodward concluiu que a melhor forma de familiarizar a História norte-americana com o público estrangeiro era realizar uma abordagem comparativa. Desta forma, ele organizou um manual que foi composto por vinte e dois especialistas que ficaram responsáveis por escrever sobre temas clássicos da História Americana adicionando uma dimensão comparativa que relacionasse paralelos entre seus temas às evoluções no resto do mundo. A disposição da obra foi feita de forma cronológica que reunia discussão tanto de tópicos como de conceitos um tanto quanto pertinentes.

Generally, Woodward's volume took the third approach, which might be labeled "comparative perspective." American history was still the primary concern; its topics were covered in rough chronological order with a dual focus on events (from the colonial period to the Cold War) and concepts (from the Enlightenment to imperialism)^{39 40}.

Mas o que a concepção comparativa traz de positivo? Segundo Carl J. Guarnieri, a abordagem comparativa realizada por Woodward possibilitou revelar ausências que necessitavam de uma explicação.

³⁶ Pressupostos que eram advindos da Escola Consensualista.

³⁷ Tradução: "Relendo hoje, podemos encontrar muito para admirar em sua promoção de uma agenda comparativa que não só testaria as alegações americanas de singularidade nacional, mas definiria História dos Estados Unidos em um quadro de referência internacional".

³⁸ GUARNIERI, Carl J., **Reconsidering C. Vann Woodward's The Comparative Approach to American History**, reviews in *American History*, Vol. 23, No. 3, 1995, p. 553.

³⁹ Tradução: "Geralmente, o volume de Woodward levou a terceira abordagem, o que pode ser rotulado "perspectiva comparativa". A História norte-americana ainda era a principal preocupação; seus tópicos foram, em ordem cronológica grosseira com um duplo foco sobre eventos (desde o período colonial até a Guerra Fria) e conceitos (a partir do iluminismo para o imperialismo)".

⁴⁰ GUARNIERI, Carl J., Op. Cit., p. 555.

Já entrando nos méritos no que diz respeito da recepção crítica nos Estados Unidos, Guarnieri afirma que foi uma obra que inicialmente passou despercebida aos olhos da historiografia norte-americana. Apesar desta atacar o consensualismo e também dela estar inserida em um período onde tal ótica estava totalmente em descrédito, isso não alterou o seu status. O interessante é que a proposta de Woodward passou ignorada também pela nova história social (isso dentro dos Estados Unidos) dos anos 1960 e 1970. Aspecto que foi adverso a sua recepção no Brasil. A obra só passou a ser percebida e utilizada como referência anos após a sua publicação, o que influenciou centenas de trabalhos posteriores a realizarem também uma abordagem comparativa.

There was undeniable evidence of an increased “comparative consciousness” among Americanists in the next decade, and internationally comparative studies appeared with greater frequency than before^{41, 42}.

Mesmo após muitos historiadores elogiarem a obra afirmando que esta contribuiu para uma melhor compreensão da história norte-americana, outros historiadores a criticaram afirmando que esta coleção de ensaios comparativos não possuía um rigor metodológico e nem uma uniformidade. Mas para Guarnieri, o que faz com que tal obra fosse inovadora em, justamente, o fato dela não apresentar uma uniformidade. A maioria dos críticos concordou que apesar dos ensaios apresentaram uma qualidade desigual havia exemplos suficientes para demonstrar a sua utilidade.

Já no que diz respeito à influência da obra de Woodward nas universidades brasileiras foi possível realizar alguns paralelos. Fazendo um levantamento dos livros utilizados nas disciplinas tanto de História dos Estados Unidos quanto o de História da América das principais universidades, encontramos na maioria das ementas a presença da obra de Woodward. O que vemos é que o autor conseguiu realizar um dos seus objetivos que é o de proporcionar um maior diálogo entre os americanistas do exterior. Existiu, um diálogo entre historiadores brasileiros que tratavam também da abordagem comparativa.

Included two thoughtful contributions to the debate over comparative slavery in the Americas: a reading of the work of Gilberto Freyre on Brazilian slavery, and a search for a convincing way to explain the unique increase of the African slave population in the United States^{43, 44}.

⁴¹ Tradução: “Havia provas incontestáveis de um aumento da “consciência comparativa” entre os americanistas nas próximas décadas, e internacionalmente apareceram estudos comparativos com maior frequência do que antes”.

⁴² GUARNIERI, Carl J., Op. Cit., p. 559

⁴³ Tradução: “Incluiu duas úteis contribuições para o debate sobre comparativos da escravidão nas Américas: uma leitura da obra de Gilberto Freyre sobre a escravidão brasileira, e a busca de uma forma convincente para explicar o único aumento da população africana escrava nos Estados Unidos”.

⁴⁴ GUARNIERI, Carl J., Op. Cit., p. 559.

Um lugar onde podemos encontrar alguma resposta é nos relatos dos professores que lecionam tanto História dos Estados Unidos quanto História do Brasil. Um dos relatos que nos ajudará nessa reflexão é o relato de Célia M. Azevedo em seu texto: “*Ten Years of Teaching U.S. History at UNICAMP, Brazil: A Memoir*”. Nesse texto, Azevedo relata as memórias dos dez anos em que lecionou a disciplina de História nos Estados Unidos na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Azevedo começou a lecionar em tal disciplina em 1993, mas antes disso a historiadora fez uma pós-graduação na Universidade de Colúmbia, a mesma universidade que Peter Gay lecionou por um bom tempo. Ou seja, na pós-graduação, Azevedo já teve conhecimento da abordagem comparativa que a obra de C. Vann Woodward trazia.

Segundo Azevedo trabalhar a história dos Estados Unidos aqui no Brasil é uma tarefa um tanto difícil, por vários motivos. Um deles é justamente lidar com alunos de diferentes expectativas. Uns queriam entender como tal nação se tornou um dos maiores símbolos imperialistas e símbolo de opressão dos países do Terceiro Milênio. Outros viam o país norte-americano como uma terra de riquezas, cheio de estrelas de cinema e de prosperidade infinita. O que a professora brasileira tinha em mente era desnaturalizar a visão que tais alunos tinham daquela nação, que advinda do Ensino Médio. Ela queria desmitificar a noção do excepcionalismo e da singularidade dos Estados Unidos. Ela faz em seu artigo, menções à coleção de ensaios de Woodward, o que pressupõe que a tenha utilizado como suporte.

Outra barreira no trabalho de Célia M. Azevedo foi justamente a língua. No Brasil, até hoje, somente uma pequena parcela das obras de historiadores norte-americanos foi traduzida.

The lack of translations of outstanding American historians’ books and memoirs into Portuguese posed a major problem. Students had to read Frederick Douglass’s narrative in Spanish and French. They had to read Bailyn, Nash, and Bernstein in Spanish (a Portuguese translation of Bailyn appeared only in 2003). Requiring readings in Spanish was always a challenge, since this generation – born in a democracy – had never read the forbidden (Spanish-language) leftist books brought from abroad during Brazilian military dictatorship (1964-1985).⁴⁵⁴⁶

Portanto, podemos perceber que no Brasil nunca houve um estudo efetivo e rigoroso de inglês nas escolas públicas. O que dificulta ainda mais na leitura de obras de autores norte-

⁴⁵ Tradução: “A falta de traduções de livros notáveis de historiadores americanos e memórias em Português representava um grande problema. Os alunos tiveram de ler a narrativa Frederick Douglass em espanhol e francês. Eles tiveram de ler Bailyn, Nash, e Bernstein em espanhol (tradução em Português de Bailyn apareceu apenas em 2003). A exigência de leituras em espanhol foi sempre um desafio, uma vez que esta geração – nasceu em uma democracia – nunca tinha lido o que é proibido (em espanhol) de livros de esquerda trazidos do exterior durante a ditadura militar brasileira (1964-1985)”.

⁴⁶ AZEVEDO, Célia M., **Ten Years of Teaching U.S. History at UNICAMP, Brazil: A Memoir**, *The Journal of American History*, 2010, p. 1136.

americanos. Mas Azevedo ressalta que mesmo assim tivemos muitas obras importantes que foram traduzidas para o Português. Entre elas podem ser citadas, as obras de: a coleção de documentos organizada por Harold Syrett e B. Richard Morris, David Brion Davis, Genovese, Richard L. Bushman, G. Hebert Gutman, C. Vann Woodward, entre outros.

Outro fator que é apontado por Azevedo é que existe um “interesse de mercado” entre as editoras. As editoras fazem previamente uma pesquisa de mercado para analisar quais obras estão sendo mais solicitadas tanto pelo público acadêmico quanto pelo público em geral. Desta forma, podemos concluir que o fato da coleção de ensaios de C. Vann Woodward estar traduzida indica que ela foi uma obra solicitada por um público alvo. Outro veículo de informação, que segundo Azevedo, vem contribuindo para um maior acesso as obras de historiadores norte-americanos é justamente a internet.

This situation has improved recently with the expansion of the Internet. But one still needs to be extremely careful with the translations circulating in this new virtual world. Further, the easy and not-always-reliable information offered by numerous sites may present a new source of problems for U.S. history courses.⁴⁷⁴⁸

No caso da professora Célia M. Azevedo, talvez seja o principal que comprove a inserção de tal obra na sua disciplina se dê pelo fato de que a historiadora trabalhe também com a abordagem comparativa. Uma das suas principais publicações foi: “*Abolitionism in the United States and Brazil: A Comparative Perspective*” (1995) em que Azevedo realiza paralelos entre a abolição da escravidão nos Estados Unidos e no Brasil.

2.2 Sellers e as perspectivas conflitantes

Após ter feito uma análise da obra C. Vann Woodward intitulada “Ensaio comparativos sobre a história americana” e ter feito algumas considerações sobre a utilização de tal livro nas academias brasileiras, fizemos o mesmo com o manual de Charles Sellers, Henry May e Neil R. McMilen “*Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*”, editado no Brasil pela Jorge Zahar Editor, em 1990.

⁴⁷ Tradução: “Esta situação tem melhorado recentemente, com a expansão da Internet. Mas ainda é preciso ter muito cuidado com as traduções que circulam neste novo mundo virtual. Além disso, a informação fácil e nem sempre confiável oferecido por inúmeros sites podem apresentar uma nova fonte de problemas para os cursos de história dos EUA”.

⁴⁸ AZEVEDO, Célia M., Op. Cit., p. 1136-1137.

Como é enfatizado no prefácio da edição brasileira a obra está na 6ª edição o que poderia indicar certo sucesso nas vendas. Mas deve ser ressaltado que até o momento a editora parou de publicar e está sem previsão de retorno para voltar a editar.

O objetivo dos autores com essa obra é de apresentar a história dos Estados Unidos partindo da ótica da história política, que segundo eles é a melhor forma de expor a história dessa nação. Mas o interessante é que temos algo peculiar na sexta edição. Somente na sexta edição americana, aquela que foi traduzida para o português, foi analisada juntamente com o aspecto político foi acrescentada também a perspectiva cultural.

Ainda assim, definimos política em termos amplos e procuramos vinculá-la ao contexto mais largo onde se insere. O foco de nossa análise, portanto, é político, embora, nesta 6ª edição, analisaremos também as correntes sociais, culturais, econômicas e intelectuais que se entrecruzaram na vida americana.⁴⁹

Essa nova inserção de uma ótica cultural fez com que o manual se reestruturasse. Segundo os autores, capítulos como “Uma Nova Sociedade, de 1600 a 1700”, “Iluminismo” e “O Grande Despertar” acrescentaram novas dimensões ao livro. E foi adicionado um novo capítulo intitulado “Um povo em abundância, 1946-1961”, que analisa a sociedade americana consumista do período pós- II Guerra Mundial.

Um aspecto interessante que os autores apontam sobre o objetivo do livro é que este se destina a ser um auxílio as pesquisas históricas em fontes primárias e em relatos especializados. Esta obra visa a que o leitor tenha uma visão diferente do que Charles Sellers chama de o “tradicional livro-texto volumoso”. Desde o início, os autores deixam claro que é impossível analisar a história dos Estados Unidos sem assumir um ponto de vista.

Ao final de cada capítulo, geralmente, existem duas seções que são: as leituras adicionais e as perspectivas históricas conflitantes, e são em torno de dez tópicos de discussão. A primeira tem como objetivo fazer uma listagem a cerca da bibliografia e da literatura disponível sobre o tema referente. Já a segunda seção tem objetivo de mostrar ao estudante o que Sellers chama de “a subjetividade do ofício do historiador”. Ou seja, aqui é apresentado ao estudante as problematizações do tema acerca da história da historiografia, mostrando o que já foi superado e o que ainda persiste na historiografia. Esse fator foi algo que fez com que muitos docentes utilizassem esse manual em suas disciplinas. Beatriz Domingues, professora de História da América da UFJF. Argumenta que:

⁴⁹ SELLERS, Charles, **Uma reavaliação da história dos Estados Unidos**, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 15

Considero o do Sellers, etc um bom manual de história norte-americana, com a vantagem de ter sido traduzido para o português. É um livro pouco analítico, mas com o mérito de fornecer informações mais ou menos atualizadas, e de propor, ao final de cada capítulo, uma discussão historiográfica, incluindo sugestões de leituras. Ajuda muito até mesmo para sugerir pontos a serem debatidos.⁵⁰

Ou seja, tal manual propiciaria um maior tentativa de reflexão e problematização da história norte-americana e até mesmo um maior incentivo para que os discentes se aprofundarem no tema.

É interessante refletir sobre o porquê os autores resolveram acrescentar uma perspectiva cultural/social. Tal mudança de perspectiva se deu pelo fato do desuso da análise das estruturas e da análise econômica para se entender a sociedade em questão em 1974. O que temos em voga naquele período é grande número de trabalhos acadêmicos que têm como principal perspectiva o viés cultural e das relações sociais. Segundo Peter Burke, em seu livro “O que é história cultural”, com a grande diáspora muitos historiadores se exilou nos Estados Unidos. A diáspora incluiu um grupo de marxistas que tinham como preocupação a relação entre cultura e sociedade. Para Burke, tal mobilidade foi essencial para que nos Estados Unidos houvesse a ascensão da história cultural.

O fato é que a chegada de um grupo de acadêmicos emigrados da Europa Central fez com que os estudiosos britânicos e norte-americanos tornassem uma consciência mais aguda da relação entre cultura e sociedade.⁵¹

Um dos primeiros trabalhos que se tem a partir da ótica cultural é o de E. P. Thompson, intitulado “A formação da classe operária inglesa” em que examina o lugar da cultura popular no processo de formação de classe e das mudanças econômicas. E vale a pena acrescentar aqui, que Thompson realizou uma série de palestras e de cursos em universidades americanas, com grande sucesso, nos anos 1970. Portanto, para Burke o conceito de cultura seria, num sentido mais amplo, a preocupação antropológica com o cotidiano e com sociedades. Esse sentido antropológico é adquirido, segundo Burke, entre as décadas de 1960-1990. Essa geração passa ser conhecida como a era da “antropologia histórica” e da “nova história cultural”. Peter Burke, afirma que essa nova história cultural teve grande sucesso dentro das academias norte-americanas.

A expressão “nova história cultural” teve muito sucesso nos Estados Unidos, reunindo historiadores da literatura associados ao “novo historicismo”,

⁵⁰ Entrevista realizada com Beatriz Domingues no mês de Agosto.

⁵¹ BURKE, Peter, **O que é história cultural**, p. 27.

historiadores da arte e da ciência, bem como o que podemos chamar de historiadores “comuns” ou “normais”.⁵²

Pelo que podemos perceber Charles Sellers nesta sexta edição da obra responderam a essa nova demanda da “nova história cultural”, mostrando que era algo que estava bem presente nas academias norte-americanas. Embora não abandonassem o fim condutor eminentemente político e cronológico do livro.

A obra “*Uma reavaliação da história dos Estados Unidos*” possui um total de trinta e dois capítulos que são distribuídos em ordem cronológica assim como a maioria dos manuais de história. Mas diferente da obra de Woodward, Sellers opta por mostrar como se deu o desenvolvimento e a construção de forma geográfica e territorial em que ao longo da obra são apresentados diversos mapas. Como exemplos temos o mapa da Nova Inglaterra, da expansão para o oeste (1800-1860), da Guerra Civil e a expansão norte-americana no ultramar até 1917.

Entrando nos méritos do autor, Charles Grier Sellers nasceu em Charlotte, Carolina do Norte e lecionou na Universidade da Califórnia e na Universidade de Princeton. É membro da Southern Historical Association. Tal associação foi organizada em 02 de novembro de 1934 e tem como objetivos principais a promoção de um interesse e pesquisa sobre a história do Sul, o resgate e a preservação de documentos históricos da região e também a busca de incentivos por parte dos governos estaduais e locais para o auxílio destas associações de historiadores sulistas. A SHA tem como publicações o *Journal of Southern History*. Em 1961, Charles Sellers foi preso em Jackson, Mississippi, juntamente com oito pessoas na sua participação nos passeios da Liberdade. Entre as suas principais publicações podemos citar: “*Andrew Jackson, nullification and the State-rights tradition*” (1963), “*The travail of slavery*” (1966) e “*A synopsis of American history*”⁵³ (1990).

Para realizar uma análise equitativa entre os manuais, escolhemos os mesmos capítulos referentes aos mesmos temas em que escolhi na obra de C. Vann Woodward. Ou seja, o primeiro capítulo que analisamos será referente ao capítulo de Jensen que era intitulado a “*Fase Colonial*”. Na obra de Sellers, o período colonial abrange dois capítulos que são: “*Primórdios, 1607-1700*” e “*O império norte-americano da Grã-Bretanha, 1660-1773*”.

Sellers começa o capítulo apontando as consequências da descoberta do Novo Mundo. Uma das consequências seria a aceleração dos movimentos intelectuais que já existiam naquele período e que segundo Sellers se transformou em uma revolução que duraria por

⁵² BURKE, Peter, Op. Cit., p. 46.

⁵³ Que nos Estados Unidos está na 7ª edição e no Brasil (6ª edição) foi traduzido como “Uma reavaliação da história dos Estados Unidos”.

volta de 400 anos. Esse conhecimento de um novo espaço de oportunidades estimulou um prolongado surto econômico e a existência, no princípio, de recursos ilimitados.

Sellers afirma que a humanidade a partir daí caminharia para a dita época “moderna” em que se tinha como importância crescente ação individual. Ou seja, o sucesso, a riqueza e a felicidade estavam intimamente ligados ao esforço individual. Percebemos o autor tem uma matriz weberiana em que vemos de forma clara a tese da obra de Weber, “*Ética protestante e o espírito do capitalismo*”, em que este afirma que o sucesso individual estava ligado aos dogmas do puritanismo. Isto também é uma longa tradição da historiografia norte-americana de pensar o assunto.

Tal perspectiva individual fez com que surgisse uma filosofia social que mais tarde ficou conhecida como liberalismo. Esta filosofia defendia a liberdade do indivíduo para as conquistas. Para Sellers, na ótica econômica o Liberalismo se desenvolveu e resultou mais tarde na política do *laissez-faire* do capitalismo que possuía doutrinas liberais. Percebemos aqui certo historicismo⁵⁴ por parte do autor, em que parece que a sociedade norte-americana teria um rumo econômico a ser seguido em que resultaria na no modo capitalista do *laissez-faire*. E o interessante é que antes mesmo das treze colônias se conceberem como nação norte-americana ela já cultivava na sua origem a ótica liberal, o que apontaria certo excepcionalismo frente às outras nações.

Para reafirmar tal ponto de vista, Charles Sellers aponta que a colonização inglesa foi bem diferente das outras colonizações:

Em caráter e consequências, a colonização inglesa na América diferiu daquelas de outras nações europeias. A Inglaterra tinha mais tradições de direitos individuais e mobilidade social e seu povo exibiu mais cedo e em maior grau aquele espírito de iniciativa individual que viria a ser uma grande força na modernização do mundo europeu.⁵⁵

O que podemos perceber na citação acima é que mais do que cultivar o espírito liberal, o povo inglês e aqueles que foram para a América inglesa foram os únicos capazes de compreender essa perspectiva da iniciativa individual. Mais a frente no capítulo, o autor reforça a sua base weberiana afirmando que a teologia protestante reforçou o espírito da individualidade e do empreendedorismo daquele povo inglês que habitava as treze colônias. Outra diferença que é apontada com relação à colonização inglesa é que diferentemente das outras nações europeias, a Inglaterra iniciou sua expansão marítima com poucos recursos e a

⁵⁴ Partindo do princípio que o historicismo seria o modo pensamento que afirma que a História teria um único caminho a percorrer e que não seria possível ocorrer desvios.

⁵⁵ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 19

partir de iniciativas particulares. Ou seja, a colonização inglesa visava a garantir os lucros privados e não só a realização de fins nacionais.

Mas o que justificaria os americanos a desenvolver esses princípios liberais e individuais? Segundo Sellers, além das doutrinas protestantes, os colonos americanos estavam inseridos em sociedade colonial em que não se tinha instituições tradicionais de controle colonial, o que possibilitou que aquele povo construísse novas ordens sociais, dentre elas um modo de vida liberal. Importante ressaltar que quando o autor fala em liberal é somente na perspectiva econômica e administrativa. Pois como sabemos, na Nova Inglaterra, culturalmente falando esse modo liberal não vigorava na colônia, e sim um modo de vida moralista que era imposto pelo puritanismo.

Já entrando nos méritos da fundação, Sellers afirma que as primeiras colônias fundadas foram: Virgínia e Maryland. Pela falta de experiência dos ingleses na questão da agricultura, eles tiveram muitas dificuldades no início. Fome, doenças e atrito com os nativos, foram alguns dos problemas enfrentados pelos colonos. Diferentemente dos espanhóis, os colonos ingleses não conseguiram encontrar lucros rápidos com metais preciosos. A fim de atrair pessoas para o Novo Mundo, Sellers afirma que foi criado o sistema de “direito de primazia” em que o indivíduo que custeasse seu transporte seria doado um pedaço de terra do novo território americano. Nessas colônias como o solo não favorecia muito, o que prosperou foi o plantio de fumo e segundo o autor o ambiente não proporcionou uma “auto-realização pessoal”, mas sim a escravidão. O ambiente, portanto era caracterizado pelos grandes latifúndios, por uma aristocracia rural marcado pelo trabalho negro. Este que seria o mito de nascimento do Sul.

Já na segunda seção do capítulo, o autor trata de caracterizar as colônias de Plymouth e Massachusetts Bay, que possuíam um legislativo bicameral. Ou seja, os cidadãos elegeriam dois deputados a fim de representá-los no poder legislativo. Como podemos ver, os cidadãos podiam participar diretamente das assembleias da cidade. Diferentemente da Virgínia, não podia se comprar terras onde bem se quisesse. O que Sellers faz nessas duas seções é mostrar a todo momento as diferenças e os paralelos entre as colônias do norte e do sul e comparar com as colônias ibéricas.

Entrementes, muito ao norte das colônias da baía de Chesapeake, um tipo diferente de colonização inglesa ocorria nas costas menos hospitaleiras da Nova Inglaterra. As colônias da Nova Inglaterra constituíam consequências diretas do recrudescimento do conflito religioso na Inglaterra.⁵⁶

⁵⁶ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 24.

Ou seja, desde o início Charles Sellers já faz questão de realizar uma separação entre as colônias caindo no tradicional classificação de intitular as colônias do Norte e do Sul chamando-as de colônias de povoamento e colônias de exploração. Como Leandro Karnal⁵⁷ alerta não podemos cair nessa dicotomia, afinal não quer dizer se por acaso um colono do norte encontrar alguma mina de ouro e ele vai deixar de explorar, pois ele pertence a uma colônia de povoamento.

Nesse primeiro capítulo uma seção que podemos destacar é a intitulada: “*O puritanismo em uma sociedade secularizante*”. Nessa seção, o autor afirma que surgira uma sociedade em sua essência autônoma na Nova Inglaterra, mas o puritanismo em sua forma institucionalizada atuaria como uma barreira em que o Novo Mundo teria rumo à modernidade. O que acontecia era o choque de ideias. Enquanto o puritanismo agia em defesa de uma soberania de Deus juntamente com a dependência do homem, o ambiente moderno já partia da ótica de um otimismo e do individualismo do ser.

Esse choque de ideias provocou alguns momentos de intolerância como o episódio de Salém. A cidade de Salém viveu uma histeria coletiva em que aconteceu uma verdadeira caça às bruxas. Isso foi resultado de um autoritarismo religioso que bania qualquer forma de contestações. Sellers conclui esse primeiro capítulo referente a colônia afirmando que mesmo que não tais puritanos não fossem libertinos, estes absolutamente não eram mais puritanos que os ingleses do atlântico no século XVII. No final desse primeiro capítulo é apresentado um mapa em que mostra a relação do território colonial e o das tribos indígenas em 1650. Nesse mapa é possível ver que a maioria do território americano naquele momento estava ocupada por indígenas. É bom enfatizar aqui que este mapa também apresenta algumas lacunas, como por exemplo, as ocupações dos franceses e espanhóis que são ocultadas.

Já o segundo capítulo que se refere ao tema da colônia é intitulado “*O império norte-americano da Grã-Bretanha, 1660-1763*”. Sellers começa esse capítulo afirmando que antes de 1660, não se tinha a concepção da Inglaterra como um império colonial. Nesse período (1660-1763), a metrópole já passa a realizar um controle mais rígido sobre a colônia. Carlos II e o parlamento implantam as leis de Comércio e Navegação que tinha como objetivo a subordinação do comércio colonial frente à Inglaterra. A Nova Inglaterra tornou-se também um grande mercado consumidor dos bens manufaturados britânicos. Segundo Sellers o que se tinha, portanto era uma nova forma de administração do império em que “um de seus objetivos básicos era o de converter todas as colônias que haviam sido formadas como

⁵⁷ Ver em KARNAL, Leandro, **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**, São Paulo: Contexto, 2010.

companhias por ação e donatárias em colônias reais”. (1990, p. 39). Como parte da seção de leituras adicionais desses dois capítulos, Sellers inclui uma bibliografia que vai desde a década de 1930 até 1970. Se considerarmos que a sexta edição da obra passou por uma reestruturação, percebemos, no entanto que não houve uma revisão da bibliografia sobre a historiografia do tema, pois o autor deixou de considerar pelo menos vinte anos de contribuições das academias norte-americanas.

Um tema que pretendo analisar dentro da obra de Sellers, e que também foi analisada na obra de Woodward, é o Iluminismo. Tal tema está inserido no capítulo intitulado “Uma nova sociedade, 1600-1700”. Sellers afirma que o progresso gerado pela expansão marítima rumo à modernidade gerou um pensamento no séc. XVIII que ficou conhecido como Iluminismo. Os pensadores desse período tinham como premissa o raciocínio e o uso da razão. Tais pensadores também defendiam que seus governadores deveriam os “direitos naturais” que seriam inerentes a todos.

Para Charles Sellers, houve grande influência do Iluminismo no pensamento norte-americano:

Pode-se perceber a influência do pensamento iluminista na vida norte-americana do século XVIII. Os princípios estéticos de simplicidade racional, ordem e equilíbrio, por exemplo, transparecem na arquitetura colonial, ou georgiana, do período. Escritores norte-americanos imitavam a elegância simples dos autores ingleses Joseph Addison e Sir Richard Steele e, através de argumentos racionais, procuravam convencer seus leitores.⁵⁸

Esta influência se deu também no âmbito da educação colonial, em que se foi reforçada a ênfase religiosa na educação superior. Muitas faculdades foram fundadas nesse período, inclusive a faculdade de Harvard. O autor ressalta que nem todos eram adeptos do ideal iluminista, o que fez com que surgisse o Grande Despertar. Tal movimento não foi algo somente presente nas treze colônias, mas foi algo paralelo assim “como recrudescimento do pietismo na Alemanha e a revivescência wesleyana na Inglaterra”. (1990, p. 52). O Grande Despertar em síntese possuía um viés emocional, popular e anti-intelectual. Sellers aponta que existe um debate historiográfico com relação ao Grande Despertar. Para alguns estudiosos, esse seria o primeiro evento autêntico norte-americano. E outros afirmam que este evento não só foi o primeiro marco originalmente americano, mas como também sem ele não teria havido revolução e nem mesmo a independência, visão que para Sellers é inconcebível. Mas mesmo assim o autor valoriza o significado do Grande Despertar afirmando que este “alimentou também o temperamento igualitário colonial e o desenvolvimento de um senso de

⁵⁸ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 51.

singularidade norte-americana e, dessa forma, apressou o rompimento com a Grã-Bretanha”. (1990, p. 54).

A seção que logo segue seria a transformação que evento proporcionou a sociedade que é intitulada: “Este novo homem”. Nesta seção são apontados alguns questionamentos que indivíduos como De Crèvecoeur e o próprio Benjamin Franklin faziam naquele período. Estes indivíduos se perguntavam “Quem é esse norte-americano?”, “O que pode ele fazer?”, “Qual a sua origem?”. Para Franklin, o povo americano possuía o senso de um povo novo e que estava em evolução. Portanto ele seria um povo que já se identificava como americano e que era distinto tanto no caráter quanto na cultura:

O norte-americano é um novo homem, que age de acordo com novos princípios. Deve, por conseguinte, ter novas ideias e formar novas opiniões. Do ócio involuntário, da dependência servil, da penúria e do trabalho inútil, ele passou para as dores de uma natureza diferente, premiadas por ampla subsistência. – Este é o norte-americano.⁵⁹

No que tange a seção das leituras adicionais sobre o tema do iluminismo percebemos de forma clara a mudança de análise que o autor já assinalava no prefácio, em que este indica que faria uma análise tendo como base uma perspectiva cultural e das relações sociais. Estes autores que Sellers indica analisam os diversos níveis da sociedade norte-americana. Leonard W. Labaree que é citado analisa em sua obra *Conservatism in Early American History* (1948) a influência das classes altas na política colonial. Já Carl Bridenbaugh faz um estudo dos artesãos nas cidades, em sua obra intitulada *The Colonial Craftsman* (1950).

Outro capítulo que analisamos é o referente à Guerra Civil. O interesse desse capítulo que todos os sub-capítulos que o compõe são associados à imagem de Lincoln como se este fosse o ícone máximo do conflito. Alguns nomes dos itens/seções, por exemplo, são: Lincoln e a crise de secessão, Lincoln e a guerra e Lincoln e Sul. Seria como se o autor quisesse demonstrar que o conflito se efetivou entre Lincoln e a parte Sul da nova nação. Ou seja, acredito que Sellers nomeou Lincoln como sendo o símbolo político e administrativo daquele período da história norte-americana.

Sellers começa o capítulo da guerra civil justamente descrevendo o discurso de posse de Abraham Lincoln em 1861. Para Sellers esse seria o marco inicial que antecederia a secessão. Sellers problematiza a questão dos motivos para o conflito afirmando que não podemos reduzir tal evento somente para a questão da escravidão.

A guerra, quando finalmente explodiu, como aliás acontece com a maioria delas, começou não porque alguém deliberadamente a quisesse, mas como

⁵⁹ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 55.

fruto de uma cadeia de circunstâncias cujo resultado refletia apenas imperfeitamente a vontade coletiva consciente de Norte ou Sul.⁶⁰

Segundo o autor, a política praticada por Lincoln impedia qualquer solução que conservasse a instituição da escravidão. Mas ele ressalta, que isso não quer dizer que o novo presidente era favor da abolição. Pelo contrário, ele queria somente barrar a expansão da escravidão que na sua ótica seria um atraso para o desenvolvimento da nação. Ou seja, não existia uma campanha a favor da libertação dos escravos.

Logo em seguida, Sellers nos apresenta uma tabela intitulada: “Eleições presidenciais e principais fatos políticos (1860-1865)”. O interessante dessa tabela é que ela inicia com o marco em que Lincoln é eleito e termina com o assassinato deste. Portanto, podemos perceber que toda história da Guerra Civil é restringida à imagem de Lincoln, ou seja a história é contada tendo como base a memória nortista e a transformação de Lincoln num protagonista. O autor cita J. Davis e outros líderes sulistas.

O que é interessante é que como já foi dito Charles Sellers compõe a associação dos historiadores do Sul e o mesmo ao invés de buscar resgatar uma memória do sul faz uma história baseada na história dos supostamente “vencedores do conflito”, que no caso seria o Norte. O que Sellers nos traz com a figura de Abraham Lincoln é a figura do herói martirizado em que este possuía uma missão que seria de uma sociedade unida e igualitária. E acrescenta que de todos os presidentes dos Estados Unidos foi o que governou no momento mais delicado e difícil da história da nação:

Uma nação lanceada pela dor descobriu de repente um herói trágico. À força, humildade, eloquência e magnanimidade de Lincoln foi adicionada a dimensão do martírio. Ele presidiu o país durante a guerra mais sanguinolenta de toda a experiência norte-americana, preservando a União como terra de liberdade e a última e melhor esperança da humanidade.⁶¹

Esse predomínio da representação da história do Norte se repete na seção das leituras adicionais, onde Sellers lista muitos historiadores que estudam a Guerra de Secessão partindo da perspectiva do Norte. Um dos autores citados por Charles Sellers é justamente David M. Potter que contribuiu com o capítulo da “Escravidão” na obra de C. Vann Woodward. A obra de Potter que é indicada é a *Lincoln and His Party in the Secession Crisis* (1950) que na ótica de Sellers se contrapõe a obra clássica de Allan Nevins⁶² sobre o período. As duas obras teriam uma visão análoga com relação à reação do Norte à secessão.

⁶⁰ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 189.

⁶¹ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 201

⁶² A obra de Nevins citada é *The War for the Union* (4 vols., 1959-1971).

É somente na seção das “Perspectivas históricas conflitantes” em que se faz um breve levantamento a cerca do debate historiográfico é que alguns historiadores sulistas aparecem com suas respectivas contribuições. Sellers recortou o debate somente no que tange a questão da reconstrução como sendo uma era trágica. Ele começa esse recorte a partir da década de 1930, período em que segundo Sellers o estudioso sulista Francis Butler Simkins sugere que o negro pertenceria a uma raça inferior dentro sociedade. “Os negros eram descritos como “a mais inferior de todas as raças”.” (1990, p. 212). Portanto o debate da década de 1930 perpassaria na questão da raça. Somente na década 1960 surge um grupo de estudiosos que foram mais tarde chamados de revisionistas. Tais estudiosos passam a desconsiderar os estereótipos raciais e afirmam que o período do pós-guerra ou da reconstrução foi no geral favorável. Um dos trabalhos que é citado é o de Kenneth Stampff intitulado *The Era of Reconstruction*. Segundo Stampff, a Reconstrução só pode ser considerada trágica se entendermos que esse período não conseguiu proporcionar uma igualdade econômica, política e muito menos social dos negros. Sellers afirma que a perspectiva que se encontra mais em evidência é justamente a visão dos revisionistas. Mas ressalta que, assim como os historiadores da década de 1930 passaram por uma revisão historiográfica, estes revisores também estão fadados ao mesmo destino.

Outro capítulo que analisamos é intitulado “*A Depressão e o New Deal, 1929-1938*” em que é tratado o tema da crise de 1929. Pela disposição dos nomes das seções podemos perceber que a figura de Hoover está associada como sendo o culpado principal pela Depressão e a mudança viria com a política de Roosevelt e o seu inovador plano econômico chamado New Deal.

Segundo Sellers, o período da Grande Depressão é um período ainda pouco estudado⁶³ dentro da historiografia norte-americana. Para ele, e como para muitos historiadores, é importante considerar que a presença de Roosevelt com seu inovador New Deal foi muito bem aceita pela opinião pública, e que também foi decisivo para uma parcial recuperação dos Estados Unidos. Mas o que Sellers traz juntamente com sua visão é que devemos problematizar o New Deal. Ou seja, até que ponto foi inovador a nova ordem (New Deal)? Para isso ele traz alguns argumentos de historiadores que ele chama de “conservadores” que afirmam que o New Deal foi uma experiência em sua essência socialista, em que se houve uma “ajuda” por parte do Estado. Mas, Sellers ressalta que essa visão não ganhou muita força dentro da historiografia. Outra visão que Sellers apresenta é a dos

⁶³ Mas hoje na historiografia norte-americana podemos presenciar uma série de trabalhos que comparam as crises e as recessões/depressões.

estudiosos que possuem uma perspectiva mais radical em que estes condenam em muito o ato do New Deal:

Autores da Nova Esquerda como Howard Zinn (org., *New Deal Thought*, 1966) e Barton J. Bernstein (org., *Towards a New Past*, 1967) tentaram expor a pobreza de imaginação do New Deal e o conservantismo básico de sua liderança. Na opinião desses autores, Roosevelt foi criatura do capitalismo das sociedades anônimas: não conseguiu resolver os problemas da Depressão e nenhum esforço fez para criar uma sociedade equitativa.⁶⁴

Podemos perceber que a visão da Nova Esquerda é completamente negativa no que diz a ação preventiva de Roosevelt e também a respeito da efetividade do programa do New Deal. Na historiografia da década de 1970, segundo Sellers, vê o New Deal de outra maneira. Para estes, o New Deal rompeu totalmente com o passado conservador dos Estados Unidos e contribuiu em muito para uma recuperação efetiva frente à situação caótica que a Grande Depressão proporcionava. Charles Sellers conclui que não se deve analisar o aspecto efetivo do New Deal, mas ver nele uma alternativa inovadora dentro da sociedade norte-americana que a partir de tal experiência virou modelo para os anos seguintes.

A significação dos anos do New Deal será encontrada não no sucesso ou fracasso de determinadas políticas ou programas, mas no renascimento da criatividade, confiança e esperança – qualidades estas que seriam fundamentais nas décadas vindouras⁶⁵

Este capítulo é um exemplo claro da parcialidade por parte de Charles Sellers. Em que após um breve levantamento historiográfico, seguido de uma problematização do tema, este dá a sua opinião sobre o período.

Ao reduzir uma história longa e complicada a um número relativamente limitado de páginas, não julgamos possível e nem desejável evitar assumir um ponto de vista. Conquanto tenhamos nos esforçado para ser justos e imparciais, não nos furtamos de oferecer um julgamento dos fatos históricos.⁶⁶

Ou seja, na opinião de Sellers, podemos perceber que não podemos só analisar pontualmente o processo do New Deal, mas sim, analisar o contexto em que ele está inserido e perceber também que a partir dele possibilitou o surgimento de diversas políticas e projetos que pudessem resgatar a nação em possíveis crises posteriores.

Já analisando o capítulo referente à Segunda Guerra Mundial vemos que Sellers coloca a entrada dos Estados Unidos como sendo o elemento-chave para o término da guerra. O capítulo referente ao tema é intitulado de *“Guerra para Salvar o Mundo, 1941-1945”*. Ou

⁶⁴SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 336

⁶⁵ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 336

⁶⁶ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 15

seja, seria uma guerra para livrar o mundo de políticas fascistas e regimes totalitários. No início do capítulo o autor começa relatando os próprios conflitos mostrando as expansões do Japão pela Ásia e também das ocupações realizadas pela Alemanha. Sellers tem como perspectiva de análise a ótica dos vencedores:

No verão e outono de 1942, notícias mais animadoras começaram a surgir: o poder naval japonês, detido no mar de Coral em maio, acabara como ameaça ofensiva em Midway em junho.⁶⁷

Ou seja, em que grande parte do seu capítulo ele mostra somente a parte dos Aliados. Segundo Charles Sellers, o fator determinante para a vitória dos aliados foi sem dúvida a grande escala de produção de navios, tanques e de instrumentos de cunho bélico por parte dos Estados Unidos. Toda produtividade industrial da nação americana estava voltada para a guerra. E essa grande produção industrial trouxe consigo um grande crescimento econômico que seria o último impulso depois do New Deal para que os Estados Unidos conseguissem se recuperar totalmente da crise.

Já pensando no âmbito social e cultural, Sellers afirma que houve uma grande mudança na sociedade americana. Os altos salários e uma maior valorização dos produtos agrícolas possibilitaram à aquela nação uma maior igualdade econômica que jamais se encontraria em outros períodos da história americana. Esse período foi marcado por grandes conquistas dos negros. Eles tiveram uma grande inserção no mercado e alcançaram postos que eram tidos como inacessíveis. No exército essa mudança não ocorreu. Ali se tinha uma instituição totalmente segregada em que eram poucos os negros que atingiam os grandes postos militares. O papel das mulheres também foi primordial. Sem elas, os Estados Unidos nunca teria chegado a esse “boom” industrial. Só que diferentemente dos negros, elas ingressariam na economia de forma temporária em que depois da guerra como Sellers afirma: “a maioria esperava voltar para casa “quando os rapazes voltassem”.” (1990, p. 352).

Já na seção intitulada “A grande aliança”, Sellers busca mostrar que o posicionamento dos Estados Unidos frente à guerra é bem diferente do que se tinha na I guerra mundial. Naquele momento aquele país havia sido co-beligerante, agindo de forma individual. Agora se propunha uma aliança a outras nações comprometidas a combater os regimes totalitários em que recusariam uma paz individual. Para o autor, as tradições nacionais semelhantes entre os países possibilitaram que aquela fosse a união internacional mais bem sucedida da história. No entanto, tais países possuíam uma grande diferença no que diz respeito às experiências com guerras:

⁶⁷ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 348

Os norte-americanos estavam acostumados a pensar em guerra em termos de uma campanha total pela vitória, seguida pela volta à paz e à normalidade, ao passo que os britânicos tinham alguma experiência das desilusões e custos da vitória.⁶⁸

Essas diferenças nas experiências dificultaram um pouco as ações que seriam tomadas pelos aliados. Enquanto os políticos norte-americanos exigiam uma invasão imediata, Churchill já partilha de uma invasão em longo prazo. Durante o período da aliança, Sellers afirma que as relações mais divergentes e conflitantes que se deva entre os aliados era justamente a relação Estados Unidos - União Soviética.

O que Sellers quer mostrar é que embora estivessem claras as ambições soviéticas, existia a ideia de que a sobrevivência dos aliados seria a única saída para se ter um mundo pacífico novamente. Como as nações aliadas estavam conseguindo vitórias significativas, em 1945, foi-se realizada uma conferência em Ialta para se planejar o que seria feito depois do pós-guerra. Uma das medidas foi a divisão da Alemanha em quatro zonas que teria a ocupação militar das três grandes potências (Estados Unidos, Inglaterra e URSS) que emergiram após o conflito. Decidiram também em criar a Organização das Nações Unidas (ONU) em que teria como objetivo principal manter a paz entre as nações. Ela só agiria se houvesse apoio unânime, apesar de tanto os Estados Unidos como também a URSS terem o poder de veto. Atitudes que foram contestadas mais tarde no período da Guerra Fria.

O capítulo que fica mais evidente o ponto de vista do autor é na seção intitulada “De Ialta a Hiroxima” em que Sellers vai apresentar como que uma nação que a princípio defende a paz e sentimento humanista entre as nações dentro da ONU e logo depois lança duas bombas atômicas no Japão, indo totalmente contra o princípio que foi adotado.

Mesmo na euforia das celebrações de vitória, alguns norte-americanos não puderam deixar de perguntar a si mesmos como acontecera que seu país, com suas tradições profundamente humanitárias, tivesse sido o primeiro a utilizar a mais terrível arma conhecida na história. A bomba de Hiroxima matou 80.000 pessoas e feriu muitas mais, algumas das quais tiveram morte horrível nas semanas e meses que se seguiram.⁶⁹

Sellers ainda aprofunda a questão em que através das perspectivas históricas conflitantes, o autor faz um breve levantamento historiográfico em cima da problemática: “Por que foi usada a bomba atômica contra o Japão?”. Pelo o que Charles Sellers indica a verdadeira questão levantada pela historiografia era se os Estados Unidos usaram a bomba como sendo uma arma final para acabar de vez com a guerra ou se era simplesmente para

⁶⁸ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 354.

⁶⁹ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 359.

intimidar Moscou, dando indicar o início do conflito da Guerra Fria. Nas próprias memórias de Truman e nos escritos do seu secretário de guerra, Henry L. Stimson que caracterizam a iniciativa do ataque atômico como sendo algo puramente humanitário e militar. Para Stimson, o uso da bomba foi feito no intuito de acabar a guerra o mais rápido possível e evitar enormes perdas futuras. Um dos primeiros a questionar as falas do secretário, foi P. M. S. Blackett. Tal historiador tem como tese a ideia de que a o uso da bomba se deu como forma de exercer uma influência diplomática por parte dos Estados Unidos. Ou seja, seria uma forma demonstrar certo poderio norte-americano e assim conter a forma incontrolável da URSS na Europa central.

Já os trabalhos mais recentes, como afirma Sellers, apontam para a questão da causa efeito. O trabalho de Martin Sherwin intitulado "*A world destroyed (1975)*" faz uma análise das interações entre ciência, diplomacia e política. Para Sherwin, os Estados Unidos ao utilizar a bomba atômica tinha sim a intenção de acabar com a guerra. Mas além de acabar com a guerra, gerou também por consequência uma influência diplomática num grau intimidador com relação a não só a URSS, mas também a outros países. Ou seja, Sherwin faz uma crítica à tese revisionista que aponta que a bomba foi usada exclusivamente para impressionar os soviéticos. Diferentemente do capítulo escrito por John Morton Bloom, na obra de C. Vann Woodward, em que não há nenhuma referência sobre a bomba atômica e o holocausto, Sellers faz questão de mostrar as atrocidades que foram causadas pela guerra.

Um último capítulo que analisamos na obra de Charles Sellers é o capítulo referente ao tema da Guerra Fria. O interessante desse capítulo é que o autor não analisa a Guerra Fria em sua totalidade que seria, em linhas gerais, o começo do conflito iniciando no final da Segunda Guerra Mundial e terminando com a queda do muro de Berlim. O capítulo que introduz o tema é intitulado de "Os perigos da paz, 1946-1961". A análise de Sellers se inicia mostrando que a união dos aliados só ocorreu apenas para combater um inimigo comum e que depois da vitória foi-se clara a visão de que aquele grupo de países possuía uma unidade frágil. Houve uma grande divergência na conferência com relação ao que fazer com o futuro da Alemanha. Ao sair da conferência os chefes de estado dos Estados Unidos tinham, nas palavras de Sellers, se "convencido de que os soviéticos estavam planejando a conquista do mundo". (1990, p. 363).

No texto, o autor enfatiza a ideia de que os Estados Unidos foram a única nação que saiu da guerra com um grande crescimento econômico e um alto poderio militar. Sellers a coloca como a única potência global restante no contexto internacional. Logo em seguida é apresentado um mapa em que estão ilustrados os novos estados que se tornaram comunistas e

as bases do exército norte-americano na Europa. O conflito no início se deu na Europa em que a busca de um mundo democrático que era proposto pelos Estados Unidos foi confrontado pela necessidade de segurança por parte dos soviéticos. O interessante é que o autor coloca a necessidade de se ter uma ideologia em que esta se sobrepõe as outras. Então dado esse choque de ideologias entre Estados Unidos e URSS foi-se inevitável o conflito. Nesse momento entra uma questão historiográfica, que é mais aprofundada nas perspectivas conflitantes, em que se discute qual potência teria iniciado o conflito. A historiografia chamada de tradicional postula que a América somente respondeu a uma iniciativa soviética, já os revisionistas atestam o contrário.

Essa argumentação tradicional ou “ortodoxa” postula que a América, relutante mas valentemente, respondeu ao desafio da expansão soviética. Evidentemente, essa visão revisionista contraria o que o Presidente Truman e seus mais chegados conselheiros julgavam ser a lição do acordo de Munique com Hitler.⁷⁰

Não pretendo entrar aqui nos méritos do restante da análise de Charles Sellers referente ao tema da Guerra Fria, pois o autor faz uma longa descrição dos fatos em que são listados as zonas de influência das duas potências. Mas o que Sellers conclui do final do conflito foi o que chama de “coexistência” das ideologias. O que houve foi um fortalecimento e uma recuperação das outras nações que começaram a criticar as posições dos Estados Unidos e também a reivindicar a sua posição de liderança e que queriam um mundo livre novamente.

Já entrando na análise das perspectivas históricas conflitantes, Sellers tem como principal problemática a questão de quem teria começado a Guerra Fria? O autor começa a sua análise apontando que os dois governos teriam dado explicações semelhantes com relação às origens da Guerra Fria. Os dois lados tratam a questão tendo como um pano de fundo a questão moral. Os dois apontam o outro como vilão e que combateriam um ao outro em nome de uma paz mundial.

É nesse momento em que se volta um discurso do combate do imperialismo que era advindo do final do século XIX e início do XX. Esta interpretação oficial norte-americana sobre as origens da Guerra Fria, segundo Sellers, foi aceita até a década 1960 pelos historiadores americanos. A crítica sobre as origens foi feita, a priori, pelos jornalistas. Os historiadores concordavam no geral que a União Soviética naquele momento ameaçava a estabilidade do mundo após a segunda guerra mundial. Um dos historiadores mais

⁷⁰ SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 366.

importantes que trabalha com essa questão é Hebert Feis⁷¹. Para ele, a URSS instigou revoluções ao redor do mundo. O que provocou uma quebra da aliança entre os aliados e culminou no conflito da Guerra Fria.

Fomentando revoluções e voltando-se para a conquista, o Estado soviético, acreditava ele, despedaçou a Grande Aliança, violou os acordos de Ialta e obrigou uma América relutante e cansada de guerra a assumir a liderança do mundo livre ameaçado.⁷²

Mas Sellers ressalta que mesmo no período Guerra Fria, historiadores se perguntaram sobre a política norte-americana. Muitos tinham reflexão a questão da experiência dos Estados Unidos na Guerra do Vietnã. A historiografia recente condena a explicação simplória da ortodoxa. E um desses historiadores é John Gaddis⁷³ que tem como tese principal a ideia de que as duas potências defendiam a paz mundial, portanto nenhuma das duas pode assumir a responsabilidade de ter começado o conflito.

Após termos analisado os capítulos referentes a obra “Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos” de Charles Sellers, apesar de não termos conhecimento da quinta edição da obra, podemos perceber que foi acrescentada em boa parte dos capítulos uma dimensão cultural e social. Mas retomando a discussão feita no início do texto, porque razão foi acrescentada essa perspectiva social?

Como afirma Roger Chartier, para entender o processo de atualização de uma obra, temos que ter noção que o livro está dependente da recepção e apropriação tanto do leitor quanto do editor.

Daí a atenção prestada à maneira pela qual se opera o encontro entre o “mundo do texto” e o “mundo do leitor” – para retomar os termos de Paul Ricoeur. Reconstruir em suas dimensões históricas esse processo de “atualização” de textos exige, inicialmente, considerar que as suas significações são dependentes das formas pelas quais eles são recebidos e apropriados por seus leitores (e editores)⁷⁴

Ou seja, um texto não existe sozinho. Ele só tem existência se houver um leitor que possa lhe dar um significado. Existe, portanto um triângulo que é composto pelo texto, o livro e a leitura. O que podemos levantar como hipótese é que como afirmado anteriormente, a História Cultural é um campo da historiografia que vem crescendo nos últimos anos e que uma perspectiva ligada a outras disciplinas como a antropologia cresceu muito desde a década

⁷¹ O interessante apontar aqui é que Feis também foi assessor do Departamento de Estado.

⁷² SELLERS, Charles, Op. Cit., p. 382.

⁷³ Gaddis defende essa perspectiva nas obras: “The United States and the Origino f the Cold War” (1972) e “Strategies of Containment” (1982).

⁷⁴ CHATIER, Roger, **A ordem dos livros: leitores, autores na Europa entre os séculos XIV e XVIII**, Brasília: Editora Unb, 1998, p. 12.

de 1970. O que se tem hoje, portanto é uma preocupação da história em fazer um diálogo com as outras áreas do conhecimento como as ciências sociais e as ciências políticas:

A história abriu-se ao diálogo com outras ciências humanas e sociais, num processo de mútuo enriquecimento. De um lado, constata-se hoje uma acentuada preocupação de sociólogos, cientistas políticos e antropólogos com a incorporação da historicidade enquanto dimensão indispensável à compreensão de seus respectivos objetos.⁷⁵

Josep Fontana em sua obra intitulada “A história dos homens” também aponta uma mudança na historiografia em que ao invés de se dar ênfase as causas econômicas passa se enfatizar o contexto cultural.

No terreno da história, a revolta dos jovens dos sessenta dirigia-se contra a ortodoxia acadêmica da história econômica e social que seus mestres haviam cultivado, (...) Dir-se-ia, então, que “as análises que abordam causas econômicas e sociais estão sendo substituídas pela crítica dos textos e pela análise cultural”.⁷⁶

Esse pode ser um dos motivos pelo qual Charles Sellers optou por aderir uma perspectiva social nesta edição. Quero ressaltar aqui, que não estou colocando o autor como sendo um representante da História Cultural, até porque como afirma Gerson Moura: “A magnitude e extrema diversidade da produção histórica nos Estados Unidos após a Segunda Guerra torna praticamente impossível discorrer com rigor sobre direções e tendências da disciplina”. (1995, p. 75). O que podemos entender é que esse tipo de história foi bem visto pelas academias brasileiras, o que fez com que nessa obra fosse acrescentada uma perspectiva cultural. A questão é que o livro de Sellers et al. não é um livro de História Cultural, mas um manual de história com ênfase numa visão tradicional de política e História nacional. Essa abertura do autor ao social e ao cultural tem uma grande relação a Thompson e aos Annales.

É importante destacar que a primeira proposta realizada por Charles Sellers que seria a de fazer uma história dos Estados Unidos dando ênfase na história política teve muito sucesso, o que resultou em cinco edições no Brasil. O que podemos refletir disso é que a história política também está muito em voga. O interessante é que dentre os manuais analisados nessa pesquisa, este foi o manual que mais apareceu presente nas disciplinas tanto de história da América quanto de história dos Estados Unidos. E isso foi recorrente em vários anos.

Infelizmente não encontramos textos que fizessem uma crítica sobre a aceção desta obra o que dificultou e deixou a nossa análise um pouco superficial. O único dado que temo é

⁷⁵ MOURA, Gerson, **História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX**, São Paulo: editora USP, 1995, p. 76.

⁷⁶ FONTANA, Josep, **A história dos homens**, Bauru: EDUSC, 2004, p. 383.

que esta edição brasileira foi traduzida da sexta edição norte-americana em que foi publicada nos Estados Unidos em 1985. Mas analisando o contexto brasileiro podemos perceber que a obra alcançou o que podemos chamar de “sucesso editorial”. Mas será que isso a determina a obra como tendo um caráter popular? Para Chartier, a partir do momento em que se há uma alteração nas edições, há sim que reconhecer um caráter popular da obra.

É, portanto, nas particularidades formais das edições e nas modificações que elas impõe às obras das quais se apoderam que se pode reconhecer o caráter “popular”. E isso não apenas porque as formas se modelam graças às expectativas e competências atribuídos ao público por elas visado, mas, sobretudo, porque as obras e objetos produzem o seu nicho social de recepção.⁷⁷

O que podemos concluir é que a obra de Charles Sellers foi uma obra muito estudada nas disciplinas da graduação, pois ela aparece em todas as ementas analisadas e que ao longo das suas edições ela buscou atingir um público alvo e que fez as devidas correções e alterações para que pudesse melhor atender ao que Chartier chama de o “nicho social de recepção”.

2.3 Bernstein e os Inconformistas

O próximo Manual de História dos Estados Unidos que analisaremos é o “*Ensayos Inconformistas sobre los Estados Unidos: Hacia un pasado*” organizado por Barton J. Bernstein e outros historiadores⁷⁸. Tal obra, originalmente foi publicada em inglês pela Pantheon Books em 1968 com o título de “*Towards a New Past: Dissecting Essays in American History*”. A única tradução que temos disponível aqui no Brasil está em espanhol e teve sua primeira edição somente em 1976 pela península ediciones.

Bernstein é professor auxiliar de História da Universidade de Stanford. Teve como formação acadêmica, a graduação em História na Universidade de Washington (1957) e doutorado em Filosofia em Harvard em 1963. Entre as suas principais obras, está a organização, juntamente com Allen J. Matusow, do livro “*The Truman Administration: A Documentary History*” em que trata do período de Truman na presidência.

⁷⁷ CHARTIER, Roger, Op. Cit., p. 21.

⁷⁸ Outros historiadores também estão na organização e na escrita dos ensaios, como: Lloyd G. Gardner, Eugene D. Genovese, Christopher Lasch, Michael A. Lebowitz, Jesse Lemisch, Staughton Lynd, James M. McPherson, Robert Freeman Smith, Stephan Thernstrom e Marilyn Blatt Young.

O autor como a sua introdução com o discurso do historiador progressista, Frederick Jackson Turner, quando este assumia a presidência da Associação Americana de História em 1910. Nesse discurso Turner afirma que:

La comprensión de los Estados Unidos de hoy, el conocimiento de la ascensión y el progreso de las fuerzas que los han convertido em lo que ahora son, exige que rehagamos nuestra historia desde puntos de vista que arranquen del presente.⁷⁹

O que podemos perceber aqui, portanto é que se tem uma proposta de escrita da História que problematize o passado partindo de questões do presente.

O primeiro capítulo que analisamos foi “*La Revolución vista desde el fondo*” escrito Jesse Lemisch. Tal historiador que é professor auxiliar da Universidade de Chicago. Tem como obra principal, o livro “*Benjamin Franklin Autobiography and other writings*”(1961). Como muitos historiadores já citados anteriormente, teve sua formação em Yale, onde realizou seu doutorado em Filosofia em 1963. Como veremos adiante, poderemos perceber que o lançamento do livro “*Ensayos Inconformistas sobre los Estados Unidos*” coincide com o término dos doutorados da maioria dos autores que organizaram esta obra.

O texto de Lemisch tem como propósito mostrar algumas lacunas e erros cometidos pela historiografia norte-americana no que diz respeito à análise do período da Revolução Americana. A sua tese é que os setores baixos da sociedade praticaram e participaram do pensamento político naquele momento. Um exemplo disso seria a anulação da lei do Selo, que para o autor, seria uma conquista das classes baixas contra os britânicos, a marginalização e contra o governo colonial. Para o historiador ocorre aqui um mascaramento da sociedade colonial em que coloca o pensamento da elite como sendo o modo de vista da maioria.

En consecuencia, la conclusión acerca de “los coloniales” indica o que el historiador ha permitido que las opiniones de una elite pasen por ser las de la mayoría, o que se há olvidado de que en realidad ignora lo que la mayoría opinaba. Este dilema sugiere dos maneras muy distintas de escribir historia.⁸⁰

O que Lemisch está querendo nos mostrar é que existe ao longo da historiografia norte-americana uma tendência em se contar uma história partindo do ponto de vista da elite. O autor ainda acrescenta que não se deve fazer uma história da elite, mas entender como sua conduta incidiu sobre a sociedade.

⁷⁹ BERNSTEIN, Barton J., **Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos**. Barcelona: Ediciones Península, 1976, p. 5.

⁸⁰ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 17.

Outro erro que o autor aponta é que ao longo da historiografia se percebe uma espécie de hipocrisia equitativa em que se tem uma história sem classe.

Este enfoque há deformado nuestra visión y, a veces, nos ha desconectado completamente de la realidad del pasado. Nuestra primera historia se há visto como un período de uniformidad y desclasación, en parte porque nuestros historiadores han escogido verla de ese modo.⁸¹

O que vemos no texto, é uma argumentação que coloca em xeque essa liberdade e igualdade que a revolução americana propunha e, que para Lemisch, continuou a ser cultivada pela historiografia norte-americana. O autor coloca a Revolução Americana como sendo um movimento de caráter conservador, em que se tinha uma liberdade restrita. Como podemos ver nesse trecho:

Los que han gritado “libertad”, a menudo no han visto más que la libertad de unos pocos, sin proponerse nada en el campo de la revolución social: las libertades de que hablaron Coke y Pym eran principalmente, como há sugerido Christopher Hill, “los derechos de los propietarios”.⁸²

O que Lemisch atenta no final de seu capítulo é para uma revisão historiográfica sobre o tema, partindo do princípio que devemos olhar os menos favorecidos para podermos nos aproximar da objetividade histórica. E também afirma que a melhor forma de revisar não só esse tema, mas como toda história americana, é partindo do ponto de vista de que todos os homens são criados iguais e racionais, e que dessa forma podem pensar e refletir sobre a sua própria história. O que podemos refletir do texto de Lemisch é que o autor se utiliza em muito da sua formação filosófica a favor de sua argumentação.

Outro capítulo que analisamos foi escrito por Eugene D. Genovese e se chama “*Interpretaciones de Marx sobre el Sur esclavista*”. Genovese, catedrático de História na Universidade Sir George William, em Montreal, tem como objeto principal em suas pesquisas o escravismo no Sul. Entre as suas principais obras está: “*The political economy of slavery: Studies in the Economy and Society of the Slave South*” (1965). E também tem doutorado em Filosofia pela Universidade de Colúmbia em 1959. Outro dado importante é que Genovese é um dos editores do *Journal of Social History*.

Como o próprio nome do capítulo já diz, Genovese realiza uma análise historiográfica sobre as versões dos historiadores marxistas com relação ao Sul. O autor começa o seu ensaio mostrando que a primeira geração de historiadores marxistas americanos é da década de 1930 que foi um grande período de movimentação e crescimento do partido comunista. Muito

⁸¹ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 16.

⁸² BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 36.

desse estudiosos se utilizaram do uso da teoria marxista para uma justificativa revolucionária.

O autor faz uma interessante comparação entre Brasil e EUA, em que nos mostra que a produção marxista norte-americana é fraca com relação a brasileira. Genovese afirma que:

Las obras marxistas sobre el Sur Esclavista y sobre los Orígenes de la crisis de secesión aparecen como marcadamente pobres cuando se las compara con las realizadas sobre la sociedad esclavista brasileña por marxistas tales como Caio Prado Junior, Octavio Ianni y Fernando Henrique Cardoso.⁸³

O que Genovese está querendo nos mostrar é que os estudos marxistas sobre o Sul são fracos, pois ligam a teoria marxista ao determinismo econômico o que torna essa teoria facilmente refutável. O marxismo aqui tem sido entendido a partir de uma corrente de interpretação econômica, e ao mesmo tempo, tem sido contaminado por ela. Um historiador americano, que segundo Genovese é exemplo disso, é Hebert Aptheker.

A confusão entre o marxismo e o determinismo econômico, para o autor, se dá na definição das classes sociais, onde os interesses econômicos de uma classe determinada seriam mais importantes do que o seu comportamento específico, como por exemplo, os valores religiosos. Para Genovese, isso seria uma suposição não-histórica e não-marxista.

Outro erro que Genovese aponta, na questão da análise marxista, é que os historiadores marxistas tentam encaixar a guerra civil americana num contexto mundial sem considerar as especificidades do conflito.

La mayoría de los marxistas posteriores, así como la escuela⁸⁴ de Beard y sus seguidores, insisten sobre el mismo punto y en consecuencia sacrifican la realidad histórica en aras de la necesidad de que el conflicto encaje dentro de un modelo unilineal de desarrollo mundial. Marx y Engels, seguidos com algo más de cautela por la escuela de Beard, arguyen que el Sur no deseaba una existencia independiente, sino la reorganización de la Unión sobre una base esclavista.⁸⁵

E ao colocar a Guerra Civil nesse contexto mundial, os historiadores argumentam que a Secessão seria um golpe de estado malsucedido contra aqueles que não eram proprietários de escravos, cometendo assim mais um erro.

Concluindo seu ensaio, Genovese afirma que é a favor de uma análise marxista sobre o sul escravista, mas desde que esta priorize a noção de domínio de classe. O autor argumenta que:

⁸³ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 104.

⁸⁴ Lembrando que quando Genovese fala em escola de Beard, ele está apontando para a geração marxista de 1930 de historiadores norte-americanos.

⁸⁵ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 113.

Estas cuestiones que conciernen a la noción de clase y de dominio de clase, deberían ocupar el centro de todo análisis histórico marxista, pero como la mayoría de los liberales que escriben sobre la esclavitud y los negros, los marxistas americanos se han estado preocupando, por regla general, por análisis económicos estrechos o, peor todavía, por la romantización de las clases oprimidas.⁸⁶

O último capítulo que analisamos foi o ensaio escrito por Barton J. Bernstein intitulado: “*El New Deal: los resultados conservadores de la reforma liberal*”. O autor quer mostrar neste ensaio o erro que muitos historiadores americanos cometem que têm um ponto de vista democrata-liberal e, portanto veem a administração de Roosevelt como um governo de grande flexibilidade ideológica e com reformas de largo alcance.

Para Bernstein, o New Deal foi uma reforma econômica de viés conservador e que representou uma continuidade das desigualdades da sociedade dos anos 1920. E acrescenta afirmando que o New Deal foi um falso socialismo. O autor afirma que a maior parte dos historiadores norte-americanos vê essa reforma econômica como o ponto culminante da democracia.

Para la mayor parte de los historiadores liberales el New Deal significó la culminación de la democracia, la liberación del Gobierno federal de las garras de las grandes empresas y la redistribución sustancial del poder político. Rompiendo con el *laissez faire* de la nueva Administración, según estas interpretaciones, señaló en fin del Estado imparcial y pasivo y el comienzo del Gobierno eficaz.⁸⁷

Portanto, podemos concluir que a proposta de Bernstein ao organizar esta obra é contar a história dos Estados Unidos a partir de um revisionismo historiográfico, o que a torna um manual diferente dos outros que foram analisados nessa pesquisa.

2.4 Desmistificações do imaginário americano

Os Estados Unidos. Como pode uma nação ser considerada sem Deus e ter, ao mesmo tempo, numerosas escolas que negam o evolucionismo, ensinando a seus alunos as alegorias bíblicas como verdades históricas? Como pode uma cultura influenciar tantas outras e ostentar, na América profunda, um provincianismo digno de rincões escondidos no espaço e no tempo?⁸⁸

É através dessas inquietações que historiadores⁸⁹ liderados por Leandro Karnal tentam responder e problematizar questões acerca da nação norte-americana. Como o próprio autor

⁸⁶ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 118.

⁸⁷ BERNSTEIN, Barton J., Op. Cit., p. 272.

⁸⁸ KARNAL, Leandro et al, **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**, São Paulo: Contexto, 2010, P. 9.

⁸⁹ Sean Purdy é doutor em História pela Queen's University (Canadá) e atua na área da história social do trabalho da América do Norte e em estudos comparativos sobre as Américas. Luiz Estevam Fernandes é doutor

afirma, o objetivo da obra é de mostrar como um país que no século XVI era apenas uma colônia “sem futuro”, onde se concentrou toda a escória da sociedade inglesa juntamente com protestantes refugiados que foram perseguidos pela intolerância religiosa advinda da Reforma Protestante, se tornou no século XX uma das maiores - senão a maior - potência mundial com o fim da Guerra Fria.

Antes de entrarmos na análise da obra é imperativo levantar algumas questões a respeito do autor, da sua distribuição editorial e também da recepção. Começando pela biografia, Leandro Karnal é um historiador que leciona na Universidade Federal de Campinas (UNICAMP) e tem como tema de suas produções questões relacionadas tanto à História da América quanto ao ensino de História. Uma das suas principais obras é “Teatro da Fé” em que o autor, partindo de sua formação jesuíta, trabalha com os tipos de catequese na América Espanhola, defendendo a ideia de que houve uma catequese soteriológica com representações cênicas no intuito de facilitar a compreensão do território nativo⁹⁰.

Com relação ao mercado editorial, foi uma obra que teve um grande sucesso de vendas, prova disso é que está em sua terceira reimpressão e também ficou nas listas dos dez livros mais vendidos de não-ficção de algumas revistas e jornais⁹¹. Infelizmente, ao entrar em contato com a editora não consegui o número exato de exemplares, mas isto já mostra um grande sucesso editorial. Também surgiram diversas críticas em jornais de grande circulação no cenário brasileiro, entre eles podemos citar o Estado Minas, que coloca a obra de Karnal como “um rigoroso estudo histórico, sem se perder em ideologias, seja de acusação, seja de glorificação dos EUA”⁹². Fazendo uma breve análise desta citação, percebemos que de forma indireta se faz uma crítica aos autores que possuem alguma filiação política, seja de direita ou esquerda, e que ao longo de suas narrativas sobre a história da nação norte-americana trazem consigo uma história parcial seja tendendo para mostrar os horrores ou qualidades do que muitos a intitulam como sendo a essência do capitalismo e imperialismo regente.

A revista Viva História, que tem como conteúdo alguns debates históricos e atende ao mesmo tempo historiadores e pessoas que têm curiosidade a respeito de alguns temas de nossa história mundial, colocou a obra como sendo:

em História Cultural pela UNICAMP e Marcus Vinícius de Moraes é mestre em História Cultural pela UNICAMP.

⁹⁰ Ver em KARNAL, Leandro, **Teatro da Fé: representação religiosa no Brasil e no México no século XVI**, São Paulo: Hucitec, 1998.

⁹¹ Ver em Revista Uma e Jornal Brasil.

⁹² Ver em http://www.editoracontexto.com.br/webmail/contextonamidia/clipping/estado_de_minas_02-06-07.jpg

Um imenso esforço de interpretação histórica. E com bons resultados. A sua leitura é muito agradável – quase como se fosse um romance histórico. É bem ilustrado, e as discussões mais amplas e gerais sobre os grandes processos políticos, econômicos e culturais são recheadas de informações saborosas (...) Um dos aspectos mais interessantes do livro decorre do fato de ter sido escrito de um ponto de vista brasileiro.⁹³

Ao mesmo tempo em que tal crítica trata a obra como sendo uma narrativa de caráter científico, coloca-a como sendo também um tanto quanto literária e por isso tal concepção atingiria dois públicos: o acadêmico e o popular. Outro ponto importante abordado é a questão de ser uma obra escrita por brasileiros, o que denotaria que existam poucas publicações sobre o tema.

Mesmo não tendo a informação de qual seria o público prévio a que essa obra seria destinado, uma coisa temos certeza: o livro de Leandro Karnal consta na maioria dos programas das disciplinas tanto de História da América como também de História dos Estados Unidos das principais universidades brasileiras⁹⁴. Outro aspecto interessante é na apresentação do livro em que o próprio editor a coloca como sendo:

encomendado a historiadores especializados (...) Todos os quatro trabalhando no Brasil (um deles, Sean Purdy, é canadense de origem), todos com pesquisas importantes na área, todos distantes da visão maniqueísta (o bem contra o mal) que tem orientado muitos livros publicados sobre o tema.⁹⁵

Ou seja, se foi encomendado, quer dizer que existiu uma demanda que se interessa por tal problemática, seja ela intelectual ou até mesmo leiga. E houve também um esforço da editora de estar com profissionais da área para que se pudesse fazer uma narrativa fora de estereótipos e opiniões partidárias. Neste sentido, o objetivo prévio seria de que fossem levantadas as problemáticas que perpassam a história norte-americana e deixar que o leitor tirasse suas próprias conclusões.

Mas será que isso foi concretizado? Será que uma obra com esse projeto grande e ambicioso de contar tal história, desde as origens até o século XXI, em apenas duzentas e oitenta páginas conseguiu abordar todos os mitos e tradições construídos durante quatro séculos? São estas as questões que pretendo abordar neste momento ao analisar alguns dos principais capítulos da obra.

⁹³ Ver em http://www.editoracontexto.com.br/webmail/contextonamidia/clipping/04_historiaviva_ago-07.jpg

⁹⁴ Lembrando que foi realizado um levantamento prévio das ementas das disciplinas de História da América e de História dos Estados Unidos das principais universidades entre elas UFF, UNICAMP, USP, UFMG e UFOP e foi constatado que tal obra aparece na maioria delas.

⁹⁵ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 9.

A obra encontra-se dividida em três partes principais, poderíamos até supor que seria uma espécie de começo, meio e fim, mas não é isso que acontece. Pelo contrário, seria mais mostrar como, ao longo do tempo, a história da nação norte-americana foi se tornando a própria história mundial, isso pode ser percebido no título de alguns capítulos.

Começando pelo próprio Leandro Karnal que fica responsável pela primeira parte intitulada “A Formação da Nação”. Nela Karnal irá tratar desde a história da Inglaterra, passando pelo o início de uma tímida colonização na América dita anglo-saxã, chegar num controle e fiscalização maior por parte da metrópole até um ponto em que se tem o processo de independência efetivando assim a ruptura e criando um novo país.

A segunda parte dessa história fica a cargo de Luiz Estevam Fernandes e Marcus Vinícius de Moraes. Eles nomeiam essa nova etapa do processo depois da independência de “Os EUA no século XIX”. Ou seja, já seria a questão da nação norte-americana começando a se legitimar como o país frente ao cenário mundial. Deste modo, Fernandes e Moraes vão tratar de que maneira aconteceu essa formação da nova “unidade” e nação; discorrendo também sobre questões internas como a escravidão e o expansionismo para o oeste; culminando para o que eles chamaram de “A casa dividida” em que abordam a Guerra Civil e a vitória do modelo nortista como o início do que muitos historiadores denominaram de imperialismo norte-americano.

E por fim, a terceira e última parte fica na responsabilidade do canadense Sean Purdy que coloca a história dos Estados Unidos como sendo a própria história mundial. Isso pode ser visto no próprio título do capítulo: “O século americano”. Nesta parte, Purdy trabalha as questões que vão desde o capitalismo como cerne da sociedade americana, juntamente com os processos de americanização⁹⁶ que atingem principalmente a América Latina, até os anos 2000 em que problematiza se seria o fim da história.

Outro aspecto interessante na obra seria a utilização de iconografia ao longo dos capítulos. Mas a maioria das imagens que aparece no livro é meramente “ilustrativa”. Desta forma, não se percebe um diálogo com o texto ou até mesmo certa problematização, o que teria de ser feita dado objetivo colocado por Karnal logo na introdução.

⁹⁶ Este conceito pode ser visto na obra de Antônio Pedro Tota intitulada “O Imperialismo Sedutor”. Tota vai definir esse processo de americanização como sendo “uma ideologia programática, em que o sufixo -ismo tinha se transformado num poderoso armamento intencional, com o claro objetivo de suplantar outros -ismos, autóctones ou não.” Esses -ismos podem ser entendidos como liberalismo, consumismo, capitalismo, progressivismo, entre outros. Ver em TOTA, Antônio Pedro, **O imperialismo sedutor**, São Paulo: Cia das Letras, 2000, p. 19.

Uma vez que discorreremos rapidamente sobre como a obra é estruturada, cabe-nos passar à análise dos capítulos. Esta será feita apenas de um momento da escrita de cada autor para que se possa aprofundar mais na reflexão. Como primeira análise temos o que Leandro Karnal intitula de “O Início”. Após traçar a narrativa da dinastia Tudor, seguida da Stuart que irá proporcionar certa estabilidade à Inglaterra e com isso resultar na expansão marítima, o autor começa a relatar o início da colonização inglesa na América do Norte. Desde já, Karnal começa a desmistificar quanto a quem chegou primeiro. Seria Colombo? Seriam os próprios ingleses? Pelo contrário, os primeiros relatos de presença europeia na América seriam dos vinkings que já haviam avistado o novo continente antes mesmo do século XV. O interessante desta parte do livro é que na maioria das vezes em que Karnal for tratar dos aspectos gerais do modelo colonizador da Inglaterra, se é que podemos dizer assim, ele irá utilizar como suporte metodológico a colonização ibérica, seja ela espanhola ou portuguesa, como forma de contraponto. Ou seja, parece-me que o autor constrói uma imagem da colônia inglesa através de grande antagonismo com a ibérica, mas mesmo assim problematizando questões que cercam este tema.

Partindo, dessa forma, do princípio de se fazer um contraponto entre colonizações inglesa e ibérica, Karnal inicia seu capítulo destacando que a todo tempo na Europa chegavam notícias da descoberta do ouro nas regiões que hoje seriam o México e o Peru, o que criou uma imagem da América como uma terra de oportunidades e de uma possível ascensão social e econômica. Até então, o único acesso que se tinha desse ouro por parte dos ingleses era pelos saques advindos da pirataria. É somente por volta de 1584 que a rainha Elizabeth I concede o início de uma colonização que se deu onde hoje seria a Virgínia.

Como forma de comparação, Leandro Karnal afirma que esse primeiro projeto colonizador se assemelhava em muito ao ibérico, pois além de uma preocupação metalista⁹⁷ também se concedeu grandes extensões de terras a nobres que se dispunham a vir para a América. O autor até cita o exemplo de *sir* Walter Raleigh que teve concessão de terra pela rainha como sendo, em forma de análoga, a um donatário brasileiro.

Mas o que realmente Karnal enfatiza nesse primeiro capítulo seria a dificuldade de colonizar o que se passou a chamar de Nova Inglaterra. Tanto que esse projeto inicial fracassou devido ao ataque dos indígenas, doenças, fome, entre outros fatores. É somente com a dinastia Stuart no XVII que tal pretensão volta à tona, já que a Inglaterra estava estabilizada internamente e poderia dar sequência ao seu expansionismo. E nesse momento se faz outra

⁹⁷ Metalismo entendido aqui como a busca intensa por metais preciosos, sejam eles ouro ou prata.

analogia, pois ao contrário dos espanhóis e portugueses que ficaram com toda responsabilidade e fiscalização da colonização, ou seja, o Estado tomou pra si esse papel, já no caso inglês isso não ocorreu. A empreitada foi terceirizada através de empresas capitalistas. Desta forma, ficou destinada às companhias de navegação o que Karnal chamou de “colonização de empresa”.

Mas quem seriam os habitantes deste novo lugar? Essa é a mesma pergunta que o autor faz ao leitor. É nesse ponto que irá desconstruir aquela imagem de que vieram para a América apenas pessoas seletas, de grande nobreza, a elite inglesa seja ela econômica ou intelectual. Pelo contrário, Karnal coloca que:

As autoridades inglesas também viam com simpatia a ida desses elementos para lugares distantes. A colônia serviria, assim, como receptáculo de tudo o que a metrópole não desejasse. (A ideia de que para a América do Norte dirigiu-se um grupo seletos de colonos altamente instruídos e com capitais abundantes é, como se vê, uma generalização incorreta.)⁹⁸

É baseado na tese de que houve um acentuado êxodo rural, e com isso uma grande superlotação do território inglês, que se encontrou na América uma possibilidade de desafogar essa população oferecendo, mesmo que de forma ilusória, certa esperança de prosperidade aqui no Novo Mundo. Tal terra serviu também de abrigo para muitos refugiados religiosos que eram perseguidos pela Contra-Reforma.

É a partir da chegada desses indivíduos que muitos dos mitos foram criados sobre o que mais tarde passaria a se denominar Estados Unidos da América. Um dos mitos que Karnal trabalha seria justamente de esses puritanos possuírem o conhecimento de que era o povo escolhido por deus, portanto o “povo de Israel” tinha como objetivo povoar a “nova Canaã”. Estes que num outro momento passariam a ser chamados de pais peregrinos. E a partir disso tiveram a predestinação e a moral coletiva como um norte para a sociedade colonial.

O que com certeza podemos afirmar como sendo o ponto principal de Leandro Karnal é a questão das tipologias de colônias de exploração e povoamento. Como sabemos tal tipologia aparece de forma predominante nos conteúdos dos livros didáticos como sendo modelos rígidos e intransponíveis. Karnal pontua que as colônias do norte teriam um clima temperado semelhante ao europeu. Por este motivo, não teriam produtos para oferecer ao mercado externo, que teria a Europa como principal cliente. Diante disso, nessa região predominou uma policultura em pequenas propriedades e com ênfase em um mercado interno. Já as colônias do Sul possuíam um clima diferente do europeu, o que propiciou um grande

⁹⁸ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 44.

mercado externo. E com isso se desenvolveram grandes latifúndios com mão-de-obra escrava em que se cultivou o tabaco.

Após uma breve descrição das colônias, o autor coloca as do norte como sendo de povoamento e as do sul de exploração dados os seus fatores climáticos e econômicos. Mas de onde surgiram esses conceitos?

Esses modelos teóricos surgem com o economista francês Paul Leroy-Beaulieu. Em sua obra⁹⁹, escrita em 1874, o autor dividiu as colônias em dois tipos. No primeiro, estariam as “agrícolas ou de povoamento” que se encontravam na Nova Inglaterra e no outro modelo as colônias de “plantação ou de exploração” que poderiam ser vistas nos trópicos. No entanto, é somente em 1902, com uma reedição crítica de sua obra, que aparece os termos “povoamento” e “exploração”. Acredita-se que teriam surgido em 1848 com Wilhelm Roccher e que influenciou diretamente Beaulieu na escrita de seu livro. Caio Prado Jr. traz esse debate para o âmbito acadêmico brasileiro em sua obra intitulada “Formação do Brasil contemporâneo: colônia”. No primeiro capítulo chamado o “Sentido da Colonização”, Caio Prado afirma que nas:

Zonas tropical e subtropical: fundamentalmente formadas por portugueses e espanhóis: “Muito diversa [da colonização da área ‘temperada’] é a história da área tropical e subtropical da América. Aqui a ocupação e o povoamento tomarão outro rumo” (p. 21) [...] “Nas demais colônias tropicais, inclusive no Brasil, [diferentemente do que teria acontecido no caso da colonização no sul dos EUA] não se chegou nem a ensaiar o trabalhador branco”.¹⁰⁰

A partir desta perspectiva surgiram alguns outros trabalhos. Como exemplo, podemos citar “A Formação econômica do Brasil”, de Celso Furtado em 1959 e “Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial”, de Fernando Novais 1979. Todos estes trabalhos fazem parte da escola da USP que tinha como base teórica o marxismo. Após esse breve levantamento bibliográfico sobre a construção deste conceito, podemos perceber que Leandro Karnal tem o objetivo de desconstruir esses dois blocos (exploração e povoamento) como perspectivas fixas. Isso porque, para o autor, há uma introjeção de um modelo simples a respeito das colônias de exploração e povoamento que na verdade não existe. Para isso Karnal afirma que:

No limite do cômico, aqueles que apelam para a explicação de colônias de povoamento e exploração parecem dizer que, caso um colono de Boston [colônias do norte, portanto de povoamento] no século XVII encontrasse um monte de ouro no quintal, diria: “não vou pegar este ouro porque sou um

⁹⁹ Ver em LEROY-BEAULIEU, Paul, **De la colonisation chez peuples modernes**, 1874.

¹⁰⁰ PRADO, Caio, **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**, São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p. 24.

colono de povoamento, não de exploração; vim aqui para trabalhar não para ficar rico e voltar”.

¹⁰¹

Neste ponto do texto, o autor aponta que os próprios colonos não tiveram consciência de que estavam introjados em algum desses modelos. Portanto, isso não passaria de referências criadas com o propósito de melhor “didatizar” essa história colonial inglesa e ibérica.

Concluindo a análise desta primeira parte escrita por Leandro Karnal podemos identificar três eixos principais de problematização. O primeiro seria a questão de quais tipos de pessoas da sociedade inglesa chegaram à América. Deste modo, percebemos uma crítica implícita por parte do autor aos que afirmam sobre a “qualidade dos colonos”, posto que ele atenta ser o contrário - não teria vindo uma elite e sim a escória inglesa juntamente com refugiados religiosos. O segundo eixo pode ser identificado na dificuldade do início da colonização e até mesmo na possibilidade de ir e vir da Europa para a América. Para isso, Karnal mostrou como se deu o processo de colonização desde a pirataria passando pelas primeiras colônias inglesas até a ruptura¹⁰². E como último eixo, teríamos a questão da tipologia das colônias em que o autor mostrou que estas não eram modelos fixos e bem delimitados.

Seguindo a análise do livro, passamos ao capítulo intitulado “Inventando a nova nação”, escrito por Luiz Estevam Fernandes em parceria com Marcus Vinícius de Moraes. Este é um capítulo bem interessante, pois os autores irão argumentar, assim como toda nação, a construção dos mitos e tradições que fizeram parte da composição da imagem deste país que acabara de surgir e como esses mitos teriam o objetivo de proporcionar certa unidade. Como bem sabemos, ainda não existia uma ideia de pertencimento bem definido, pois o ideal que fizeram tais colonos se juntarem seria para acabar com um inimigo externo, no caso era a Inglaterra. E depois de ter conseguido essa independência, qual seria a forma de legitimá-la? Qual o modelo político que se adotaria? O que se fazer com a liberdade? Esses questionamentos vão perpassar a narrativa de ambos os autores.

Logo no início é apresentado que, como já disse anteriormente, não existia uma nação homogênea, pelo contrário, o que predominava eram os interesses locais e que de certa forma chegaram ao ápice do conflito na Guerra Civil Americana. Ou seja, como Fernandes e Moraes afirmam, seria preciso encontrar uma unidade para dar conta de tantas diferenças que ali se

¹⁰¹ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 29.

¹⁰² Este último aspecto que diz respeito à independência não analisei especificamente, pois procurei centrar minha reflexão sobre a formação da Nova Inglaterra.

encontravam. O nome que surge para ocupar esse início de liderança é do intelectual Thomas Jefferson. Apesar de este ser apenas o terceiro presidente é nele que a memória da historiografia se fixa como sendo o principal líder político. Jefferson teve participação direta tanto do processo de independência como também da escrita dos argumentos da Constituição que definiu o sistema político como sendo o Federalismo¹⁰³.

Uma questão chave, segundo os autores, para a formação desta unidade foi a expansão territorial. Esse período que se dá no início do século XIX foi marcado por diversas compras e até mesmo conquistas de territórios por parte da nação norte-americana. A primeira destas aquisições foi a Louisiana, com as guerras napoleônicas, fez com que a França se endividasse de forma rápida devido aos custos da manutenção de exército e até mesmo da conservação de algumas colônias na América. É neste sentido que pelo preço de 15 milhões de dólares Jefferson compra a Louisiana dos franceses. Desta forma, Fernandes e Morais afirmam que:

A compra da região pelo governo Jefferson se encaixava no desejo expansionista crescente da “perfeita e solidificada república da liberdade”. O sentimento nacionalista começou a ganhar nova roupagem, sob forma de conquistas territoriais. [E acrescenta] [...] A “marcha para o Oeste” nasceu, portanto, como símbolo de expansão do modo de vida da nova república nacionalista dos norte-americanos.¹⁰⁴

Outro fator que possibilitou essa unidade foi a política externa baseada na neutralidade. Com as intensas guerras que ocorriam na Europa nesse período, os Estados Unidos começou a se utilizar do comércio como moeda de troca, não tomando partido ou posicionamento nos conflitos. Isso fez com que a nação prosperasse e mais territórios a oeste fossem anexados. Em 1813, por exemplo, tivemos o anexo da Flórida ao conjunto dos estados confederados. Essa neutralidade não duraria muito, pois em 1809 é decretado a Lei de Proibição de Comércio em que os comerciantes são proibidos de fazerem negócio com a França e com a Inglaterra. Neste sentido, a nação inglesa entrou em conflito com seus antigos “colonizados” o que resultou na destruição de parte da capital de Washington. Mesmo com a vitória, a Inglaterra teve de recuar, pois teve de enfrentar na Europa o avanço napoleônico. Os autores colocam que, mesmo com essa parcial derrota na guerra de 1812, propiciou de forma análoga uma segurança para a sociedade, pois estes enfrentaram novamente a metrópole e não foram derrotados. Este fato possibilitou mais uma forma de pertencimento.

¹⁰³ Federalismo seria um modelo político ao qual daria autonomia para cada estado dos treze confederados. Portanto, o governo de cada estado procuraria se equilibrar com o governo federal.

¹⁰⁴ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 103.

Outro aspecto importante que é tratado no capítulo se diz respeito a chamada “Doutrina Monroe”. Esta seria uma política de diplomacia em que os Estados Unidos não interferissem nos assuntos europeus assim como estes não se posicionariam em assuntos ditos “americanos”. E assim teria como slogan “América para americanos”. Muitos pensaram que esse novo posicionamento norte-americano seria de um nacionalismo que abarcasse não somente um país, mas que demonstrasse um pertencimento a todo o continente. Entretanto, isso não é o que os autores afirmam. Eles afirmam, pelo contrário, “o medo dos EUA era, sobretudo, que as grandes potências europeias pudessem se unir para subjugar as colônias espanholas rebeladas e acabassem ameaçando a autonomia de seu próprio território”. (2007, p. 106). Em outras palavras, isso seria uma política individualista em que se tinha como preocupação a legitimação da própria nação. Essa problematização é muito importante, pois se tinha a ideia de que os EUA eram vistos como “protetores” do Novo Mundo e como vimos não foi bem assim.

Fazendo um salto no tempo na histórica se faz necessário analisar a perspectiva no que diz respeito à Guerra Civil Americana. Como sabemos este é um dos temas que possuem uma extensa bibliografia tanto sobre o conflito como também alguns debates sobre o que teria sido o papel de Abraham Lincoln nesse momento. Segundo o historiador Peter Louis Eisenberg, em seu livro “Guerra Civil Americana”, este é um evento importante de ser analisado, pois mostra a fragilidade de um sistema político que até agora não deixava transparecer falhas. Eisenberg afirma que:

Foi uma guerra que marcou profundamente a evolução histórica dos Estados Unidos da América (EUA). Até esta guerra, todos os conflitos políticos mais importantes entre as grandes regiões norte-americanas, do Norte e do Sul, tinham sido resolvidos, adiados ou escamoteados dentre as linhas da Constituição de 1787. [...] A guerra representou uma confissão de que o sistema político falhou, esgotou os seus recursos sem encontrar uma solução. Foi uma prova de que, mesmo numa das democracias mais antigas, houve uma época em que somente a guerra podia superar os antagonismos.¹⁰⁵

Voltando à análise dos autores, eles afirmam, desde o início do capítulo, que mesmo tendo divergências tanto no interesse quanto nas estruturas, não poderia se considerar que tais regiões fossem completamente antagônicas. Uma das características de semelhança que é enfatizada seria na concepção de que ambas as regiões tinham o ideal da superioridade do homem branco. Desta forma, nas duas “sociedades” o negro estaria a margem, ficando assim de fora tanto de decisões políticas como também sendo alvo da discriminação. É importante

¹⁰⁵ EISENBERG, Peter, **Guerra Civil Americana**, São Paulo: Brasiliense, 1999, p. 7.

frisar que antes do conflito, tanto Norte quanto Sul, tinha em sua legislação a escravidão como algo permitido.

O que teria motivado o conflito? Segundo Fernandes e Moraes, o projeto político para os novos territórios anexados teria sido um dos fatores. O território do Kansas, por exemplo, foi alvo de disputas por parte do legislativo. Apesar de um grande apelo do Norte, o Sul acabou por ganhar a concessão de implantar a escravidão. Isso seria apenas a ponta do iceberg, pois este debate foi transposto para o cenário nacional sendo colocada a questão da abolição da escravatura nas eleições de 1860. É aí que entraria um segundo fator para o conflito, a vitória de Abraham Lincoln, um defensor ferrenho do ideal libertário.

Com relação a este aspecto uma importante problematização que os autores nos trazem é que Lincoln não era tão abolicionista como historiografia tradicional e os livros didáticos nos colocam. Ao longo de seus discursos é possível perceber que o presidente era filiado ao ideal de uma raça branca superior. “Dizia que não toleraria que algo fosse feito contra a escravidão nos territórios em que ela já existia, mas, ao mesmo tempo, que defenderia a todo custo os interesses da União”. (2010, p. 131).

Depois de ter explicitado os fatores que culminaram com a Guerra Civil, se faz um descrição dos horrores da guerra, colocando-a como sendo a mais sangrenta da história norte-americana superando até mesmo a segunda guerra mundial e a guerra no Vietnã, totalizando 600 mil mortos. No entanto, para tantos mortos seria possível enumerar a justificativa para tal horror? Segundo Fernandes e Moraes, a própria liberdade dos escravos, que veio com o final da Guerra Civil, fez com que na memória da história norte-americana se ofuscasse essa montanha de corpos. Isso partiria do princípio de que se matou milhares, mas, por outro lado, se libertou milhões.

Ao final deste segundo momento do livro, podemos concluir que de certa forma se manteve uma linha de raciocínio durante a narrativa que está em conexão com o primeiro momento o qual Leandro Karnal escreveu. Isso pode ser percebido pois, ao longo do início dessa segunda parte, com a descrição da invenção da nova nação que surgia depois de um processo de independência, até análise do conceito de imperialismo em que os Estados Unidos se tornam de certa a forma “a história mundial”. Assim, nota-se problematizações e desmistificações que perpassam ao longo de toda essa história. Outro aspecto interessante é que a parte do livro que possui o maior número de notas de rodapé. Isso nos faz concluir, que Fernandes e Moraes têm um maior compromisso com um público acadêmico e até mesmo com aqueles que estão interessados a pesquisar sobre o tema, pois nestas notas de rodapé existem diversas referências bibliográficas para se aprofundar no assunto.

Para a terceira e última análise da obra temos o texto do canadense Sean Purdy. Nele, o autor intitula de “O século americano”. Com isso, desde o início já percebemos que, neste período analisado (XIX – até os anos 2000), se tem um grande domínio dos norte-americanos seja tanto no âmbito político quanto no econômico como no político frente ao cenário mundial. Outro aspecto que pode ser percebido neste começo, até mesmo no sumário, é que Purdy faz pequenas periodizações, como se fosse pequenas histórias dentro de uma história maior que se chamaria o século americano. Alguns exemplos disso podem ser notados nos sub-capítulos como: a era progressista: 1900-1920; décadas da discordância: 1920-1940; rupturas do consenso: 1960-1980 e mcglobalização e a nova direita: 1980-2000.

Partindo então dessa premissa, analisarei um destes sub-capítulos. Desta forma, farei uma reflexão sobre o que Sean Purdy nomeou de “A Segunda Guerra e os EUA como “World Cop”. Já de início, o autor nos mostra que existe certo predomínio por parte da historiografia de se contar a história a partir dos vencedores. Desta forma, a Segunda Guerra Mundial seria vista como o bom povo contra o fascismo. Mas Purdy assim como Howard Zinn questionam se o comportamento dos Estados Unidos na condução da guerra e no tratamento das minorias nos Estados Unidos foi justo? Como vamos perceber neste capítulo, é que a nação norte-americana só entrou na guerra para proteger seus próprios interesses que eram a ameaça da ocupação japonesa em alguns de seus territórios no pacífico.

Outro aspecto interessante da narrativa de Sean Purdy é adoção de argumentar os aspectos bons e ruins com relação à entrada dos Estados Unidos na guerra. De um lado da balança podemos perceber que a guerra colocou fim à crise econômica advinda da depressão, empregando diversos setores da sociedade e por consequência dobrou o PIB do país. Do outro lado, o autor enfatiza que o patriotismo advindo dos conflitos da guerra, se acentuou ainda mais com o episódio de Pearl Harbor e gerou marginalização da comunidade nipo-americana. Segundo Purdy, esse segundo lado “pesou” mais. As implicações da guerra são divididas em dois sub-capítulos: A guerra total na Europa e Ásia e guerra total nos Estados Unidos. Nesta primeira parte, o autor afirma que a segurança nacional e as ações imperialistas foram o norte da política externa estadunidense nos anos 1930-40. Uma importante desmistificação é que o combate ao nazismo não era algo majoritário, pois dentro da própria nação existiam simpatizantes de tal regime. Sean Purdy afirma que:

Alguns eminentes americanos como o industrial Henry Ford, o famoso aviador Charles Lindbergh e o embaixador dos Estados Unidos na Inglaterra, Joseph Kennedy, pai do futuro presidente JFK, abertamente simpatizavam com aspectos do regime nazista. Mas Roosevelt e a maioria da elite

reconheceram que o expansionismo da Alemanha e do Japão representaria uma perigosa ameaça aos interesses econômicos americanos.¹⁰⁶

Uma análise seguinte que é feita condiz a problematização a respeito de uma suposta justificativa por parte dos Estados Unidos da utilização das duas bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. A historiografia tradicionalista se utiliza da argumentação de que os japoneses não iriam se render e seria a “única” forma de colocar um fim na guerra. Mas Purdy afirma que alguns historiadores argumentam que o Japão estaria dando sinais de uma possível rendição antes mesmo da decisão do presidente Harry Truman. Outro fator que exemplifica o individualismo norte-americano pode ser visto no descaso com as vítimas do Holocausto. Os Estados Unidos assim como seus aliados (Inglaterra e França) recusaram-se a dar assistência no que diz respeito à imigração dos judeus. A partir dessa perspectiva Purdy nos coloca uma pergunta: “Se era de fato uma guerra genuína contra o fascismo, por que as vítimas principais do nazismo não tiveram prioridade na estratégia militar dos Aliados?” (2010, p. 221). Isso talvez possa ser explicado pelo fato de não ter nenhum interesse, por parte dos Estados Unidos, de uma política humanista. Desta forma, tal país se utilizou da guerra apenas para se firmar como potência frente o cenário mundial e não para dar uma de “bom samaritano”.

No segundo sub-capítulo intitulado “Guerra total nos Estados Unidos”, o autor vai tratar de como a sociedade norte-americana lidou com os ataques advindos do conflito. É nesse contexto que irá surgir o caricato “Tio Sam” com a sua famosa frase “I Want You”. Seu personagem teria como função mobilizar e recrutar toda a população para contribuir tanto na produção de armamentos como batalhar nos próprios campos de guerra. Como Purdy afirma: “O objetivo mais importante era convencer a todos da justiça fundamental da participação no conflito mundial”. (2010, p. 223). Outro fator de grande relevância que surgiu neste contexto foi em uma maior busca pela igualdade por parte das mulheres, estrangeiros e os negros. Estes movimentos se tornaram ainda mais presentes na década de 1960 com o feminismo e o movimento negro liderado por Luther King. E qual foi o resultado da guerra para os Estados Unidos no cenário mundial?

Como vimos anteriormente, Sean Purdy afirma que a nação norte-americana sai como a principal potência tanto no âmbito político como no econômico. Em 1944 é criada a Organização das Nações Unidas (ONU) que fica responsável por mediar os conflitos do cenário internacional. Passa também a se ter uma grande preocupação com uma ameaça socialista, pois ao lado dos Estados Unidos a União Soviética também emergiu como grande

¹⁰⁶ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 220.

potência. Estas tensões de disputas pelo domínio da economia, política e poder militar no pós guerra culminou em 1944 na Guerra Fria. Essa ameaça não se limitou somente ao território norte-americano, mas também na América Latina, Europa e Ásia.

Alguns episódios desse confronto são relatados na narrativa de Purdy. Um deles é a divisão da Coreia em 1950. O presidente americano apoiou a Coreia do Sul enquanto a União Soviética deu total apoio ao ditador comunista do norte. Outro episódio se deu na América Latina em que como afirma o autor:

Os Estados Unidos mantiveram os países latino-americanos na esfera da influência ocidental por meio de invasão, orquestração de golpes, obstáculos à reforma social e apoio técnico e político a regimes militares repressivos. O Departamento de Estado e a Agência Central de Inteligência (CIA em inglês), por exemplo, promoveram, planejaram e executaram a derrubada do governo reformista de Jacobo Arbenz na Guatemala em 1954.¹⁰⁷

É a partir desses episódios como também de outros tendo como foco a intervenção dos Estados Unidos em assuntos políticos de outros países no combate do comunismo nos anos 1950 é que este será nomeado de “World Cop”, ou seja, a polícia do mundo.

Após analisar a obra “História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI” podemos perceber que mesmo sendo escrita por quatro autores diferentes se tem uma linha narrativa concisa mesmo estes possuindo formações e modos de pensar bem distintos. E como na proposta inicial, houve sim interessantes e importantes problematizações, mas pelo fato de eles tentarem traçar como periodização o período colonial até o século XXI em apenas 280 páginas fez com que dificultasse um maior aprofundamento dessas questões. Como Leandro Karnal afirma em sua conclusão devemos colocar os Estados Unidos no mesmo nível que todas as outras. Pois ao longo da história foram construídas tradições e utopias para se tentar instaurar uma unidade, assim como em outras nações em formação. Unidade que foi fracassada como vimos com o início da Guerra Civil. Outro fator de grande contribuição para o debate deste tema foi a proposta de se evitar uma visão polarizada, parcial e simplista entre o bem e o mal que permeia em muitas obras da historiografia tradicionalista. Enfim, fico com a frase de Leandro Karnal para encerrar este texto: “Para o bem e para o mal, o destino do planeta está associado aos Estados Unidos da América”. (2010, p. 282). Ou seja, esse foi só o ponto de partida se faz necessário mais estudo, debates e discussões sobre a história norte-americana.

¹⁰⁷ KARNAL, Leandro et al, Op. Cit., p. 229.

2.5 Edição documental: proposta de história nacional nas coletâneas de documentos históricos de Richard Morris e Harold Syrett

Seria possível relatar a história dos Estados Unidos através de uma coletânea de documentos? Essa seria uma das propostas de Harold C. Syrett e de Richards Morris em suas obras: a primeira intitulada de “Documentos Históricos dos Estados Unidos” e a segunda nomeada como “Documentos Básicos da História dos Estados Unidos”. O objetivo deste texto será fazer uma breve análise desses livros, mostrando a estrutura, a disposição dos textos e também procurar fazer uma comparação entre documentos que neles aparecem.

Richard Morris foi um historiador norte-americano que teve como área de pesquisa a história jurídica dos Estados Unidos no período colonial. Depois de algum tempo, passou a fazer reflexões sobre o período da revolução americana e também a respeito do ideal proposto na Constituição que, segundo grande parte da historiografia, serviu de modelo para as nações que se tornaram independentes¹⁰⁸. Morris se graduou em história pela universidade de Columbia e seus trabalhos ainda são referência para aqueles que se iniciam no estudo da história do direito norte-americano.

A primeira edição brasileira de sua coletânea é de 1964, o que pode ser considerado um pouco antiga, mas o interessante é que além desta e da obra de Syrett não temos nenhuma outra coletânea de documentos da história norte-americana. O que nos faz crer que ou não há um interesse por parte das editoras de se traduzir outras seleções documentais, ou então, as duas obras, mesmo que de certa forma “ultrapassadas”, ainda dão conta de relatar alguma história dos Estados Unidos. Como já foi dito anteriormente, a edição que será analisada é de 1964. Desta forma, o último dos 47 documentos que Morris descreve é a “proposta de desarmamento do presidente Eisenhower, 21 de julho de 1955”. A ideia por parte dos autores era de construir, através da documentação selecionada, uma narrativa que partisse desde a colônia até a atualidade.

Mas o interessante do início da obra de Richard Morris é que este escolhe justamente o tradicional “Pacto de Mayflower de 21 de novembro de 1620” como sendo o marco inicial da história norte-americana. Segundo Leandro Karnal: “esse documento é chamado de “Mayflower Compact” e sempre é lembrado pela historiografia norte-americana como um

¹⁰⁸ Entre as principais obras de Richard Morris temos: *The Peacemakers: The Great Powers and American Independence (1946)* e *John Jay: Unpublished Papers, 1743-1780 (1976)*. Este último que também trata de edição de documentação norte-americana relativa ao debate Federacionista e a constituição da suprema corte.

marco fundador da ideia de liberdade, ainda que o documento dedique longos trechos à glória do rei James da Inglaterra”. (2010, p. 46).

A escolha por esse documento poderia ser justificada pela própria proposta do autor que já no prefácio da obra afirma que:

Esta seleção breve de documentos básicos serve para nos recordar os princípios sobre os quais se fundamenta a grandeza norte-americana – respeito pela liberdade individual e pela tolerância, crença indeclinável no governo pelo consentimento dos governados, promoção de oportunidades iguais para todos, e defesa das aspirações e objetivos morais e humanos no trato com outras nações.¹⁰⁹

Podemos perceber que nas palavras de Morris é realizado um grande elogio a nação norte-americana, mas por um momento ele se esquece das páginas negras de sua história. Quando ele afirma em um “repeito pela liberdade individual e tolerância”, por um momento se esqueceu de que no período colonial houve um grande controle dos puritanos nas atividades da sociedade, o que passou a ser chamada pela historiografia, de moral coletiva. Tal moral que mais tarde chegou ao limite de seu controle com os casos de bruxaria de Salém que por “escolha do autor” não são nem mencionado na obra de Richard Morris. Isso só deixa mais claro que a proposta de Morris, assim como de outros historiadores norte-americanos, é nada mais do que uma história do excepcionalismo da nação estadunidense. Neste sentido a construção de sua narrativa tem como objetivo destacar aspectos teleológicos e romantizados que trazem à tona a “essência” norte-americana.

Outro aspecto que desperta curiosidade na fala do autor seria a “promoção de oportunidades iguais para todos e defesa das aspirações e objetivos morais e humanos no trato com outras nações”. A primeira parte da sentença vai contrária a todo o ideal americano que perpassa desde o período colonial e a Guerra Civil podendo ser vista de certa forma até hoje, que seria a ideia da superioridade branca e da elite WASP¹¹⁰. Partindo da concepção do autor, simplesmente, não existiu escravidão ou outro tipo de desigualdade. Na verdade, esse tipo de concepção é mais complexo. Os autores reconhecem que houve problemas (tanto que mencionam documentos), mas que foram solucionados (nem que seja por sangue, como no caso da Revolução de independência ou na Guerra Civil) e que levaram à promoção dos ideais de liberdade cada vez mais claros e democráticos.

A segunda parte da sentença afirma que os Estados Unidos sempre defenderam as questões humana e moral em sua política externa. O que podemos perceber ao longo da

¹⁰⁹ MORRIS, Richard, **Documentos básicos da História dos Estados Unidos**, Portugal: Editora fundo de cultura, 1964, p. 9.

¹¹⁰ Em inglês, White anglo-saxon protestant, ou seja, branco, anglo-saxão e protestantes.

história mundial é justamente o contrário. Em vários momentos, como no imperialismo e também na Guerra Fria, se teve diversas ocupações por parte do exército americano tendo como justificativa a conservação da paz. Mas devemos ressaltar aqui o período de produção do autor, que foi presenciar o final da segunda guerra mundial assim como a guerra fria. Para as pessoas daquele período, os EUA “salvaram” o mundo e de certa forma essa nação deveria guiar os povos livres.

Já entrando na parte estrutural da obra, pode-se notar que antes da descrição do documento em sua forma original existe uma introdução explicando o contexto e o ano em que tal foi escrito. Ao contrário da obra de Syrett, nesta percebemos que há um pré condicionamento do leitor, ou seja, este já teria um pré concepção do que seria relatado adiante fazendo com que o impedisse de interpretar e problematizar o próprio documento. Desta forma, o leitor só teria “olhos” para ver, como o próprio autor afirma, a grandeza da história da nação norte-americana.

Um exemplo disto pode ser visto na própria descrição do documento referente ao Pacto de Mayflower. O autor afirma que:

O mais famoso desses pactos é o acordo firmado pelos passageiros do Mayflower assim que o navio fundeu em Cape Cod. [...] o Pacto de Mayflower assentou princípios revolucionários de governo. Assim, um passo em direção da democracia fora efetivamente antecipado na Virgínia no ano precedente, quando uma legislatura representava ali se estabeleceu.¹¹¹

Ao longo de sua narrativa, nota-se que de forma anacrônica se tenta antecipar algo que a aquela pequena colônia ainda não é que seria o princípio da democracia. Desta forma, se cria toda uma mística de que desde o início de sua história, os Estados Unidos seria fatalmente um modelo de liberdade e democracia para as outras nações.

Diferentemente da proposta de Morris, temos a sugestão de Harold C. Syrett. Este historiador norte-americano que desde o início de sua trajetória acadêmica teve contato com a edição de diversos documentos, entre eles foi autor do “The Papers of Alexander Hamilton” também uma coletânea de documentos sobre o debate do Federalismo. Foi também professor de História e diretor de pós-graduação no Queens College of University da cidade de Nova York. E teve passagens em algumas outras universidades como: a de Columbia, a de Wesleyan e a escola de Harvey. Em seu prefácio, o autor coloca que:

Este livro enseja ao leitor a oportunidade de lograr melhor compreensão de acontecimentos e instituições consultando cópias de fontes originais, o que

¹¹¹ MORRIS, Richard, Op. Cit., p. 11-12.

lhe permite aprender diretamente com os que fizeram a história, e não apenas com os que escreveram a respeito da história.¹¹²

Portanto, a intenção seria de apresentar os documentos e fazer com que o leitor tenha a sua própria interpretação do passado. Desta forma, Syrett pretende excluir qualquer tipo de intermediário, dando assim uma maior autonomia ao leitor e até mesmo ao pesquisador que irá utilizar-se desta obra como forma de consulta.

Mesmo propondo certa autonomia, o autor também realiza breves comentários e somado a isto pode-se entender que exista uma breve seleção da documentação que será tratada na coletânea. Neste sentido, querendo ou não, existe um direcionamento do que seria relevante ou não. Ou seja, de toda forma se trata de uma escolha.

Desde o início é também deixado de forma clara que houve uma seleção prévia dos documentos. Ou seja, o autor ressalta que apesar de ter documentos fundamentais para uma compreensão mínima da história norte-americana (como por exemplo, a Declaração de Independência, a Doutrina Monroe e o Discurso sobre a “a casa dividida” de Lincoln), houve documentos que ficaram de fora desta seleção, pois ao longo da construção da nação se foi produzido milhares de documentos e não há espaço para todos. Desta forma, alguns são descritos na íntegra enquanto outros possuem apenas breves resumos¹¹³. Como forma de mostrar quais são os documentos que estão descritos na íntegra, o autor coloca o título do documento em caixa alta. Os demais aparecem apenas com alguns trechos. Como exemplo disto, temos o “Tratado de compra do Alasca” (1867) e o “discurso de posse de Kenedy” (1961). Pressupõe que estes documentos, para Syrett possuem pouca ou nenhuma importância para a construção de uma história nacional a partir dos documentos. Assim como também na obra de Morris, Syrett estrutura sua coletânea com breves resumos antes de entrar com o documento em si. E até mesmo nesses resumos se percebe certa problematização sobre a fonte. Na descrição da “História geral da Virgínia; o quarto livro”, de Smith, por exemplo, Syrett afirma que:

A “História” muitas vezes não merece fé, pois os autores eram tendenciosos e, não raro, desinformados, ao passo que Smith se interessava principalmente em defender e glorificar a parte que desempenhara nos acontecimentos. Apesar dos defeitos, o livro continua sendo um manancial indispensável aos estudiosos da primitiva história americana.¹¹⁴

Essa problematização é muito importante que se tenha antes de o leitor ter contato com o documento, mas será que a partir dessa introdução não faria com que este público teria um

¹¹² SYRETT, Harold C., **Documentos Históricos dos Estados Unidos**, São Paulo: Cultrix, p. 1.

¹¹³ Esse aspecto também se encontra na primeira edição da obra de 1960 que foi publicada nos Estados Unidos.

¹¹⁴ SYRETT, Harold C., Op. Cit., p. 5.

pré-conceito já formado? Um exemplo disso se dá no documento intitulado “Providência obradora de prodígios do Salvador de Sion na Nova Inglaterra” de Johnson (1654). Na introdução, Syrett afirma que “o trecho aqui estampado narra a formação, para a defesa mútua, da primeira liga das colônias americanas” (1960, p. 38). Desta forma ele já induz o leitor para uma possível primeira nacionalidade e unidade dentro do território norte-americano.

Outro aspecto interessante da obra de Syrett é que em alguns documentos são explicitado aonde eles foram publicados e aonde constam atualmente. A coletânea conta por volta de 200 documentos, ou seja, isso seria cinco vezes maior do que a obra de Morris. Como é uma obra de 1960, o último documento que consta é o “Discurso de Johnson perante o Congresso sobre a Legislação acerca dos Direitos de Voto” (1965). No início da obra temos documentos mais de cunho administrativo exceto a descrição do colégio de Harvard (1643). Nas duas obras, tanto a de Syrett como a de Morris, se tem uma tímida inserção dos índios do documento. A única fonte sobre esse assunto encontra-se na “Breve notícia dos índios Mohawk” (1644) que narrado na obra de Syrett, que foi a catequização de índios na região de Massachusetts.

3. Considerações Finais

Como podemos ver nesta pesquisa, traçamos os primeiros indícios de uma construção das disciplinas tanto de História da América como também de História dos Estados Unidos. Outro ponto que analisamos foi mostrar uma breve história da historiografia norte-americana como forma de entender com que perspectivas estariam lidando nos manuais de história.

Num segundo momento, realizamos uma análise sobre quais eram estes autores, ou seja, como foram as suas trajetórias acadêmicas assim como também quais perspectivas historiográficas estes seguiam. Começamos pela obra de Woodward em que se apresenta uma narrativa a partir de uma ótica comparativa, na qual diversos historiadores foram convidados para escrever algum momento da história norte-americana.

Já na obra de Charles Sellers et al, intitulada “*Uma Reavaliação da História dos Estados Unidos*” encontramos uma perspectiva diferente. A proposta de Sellers, diferente do que encontramos nos manuais tradicionais, consiste não só uma abordagem política, mas

também é acrescentada nos capítulos uma dimensão cultural e social¹¹⁵. Assim como, a cada final de capítulo, é reservada uma seção intitulada “perspectivas conflitantes” em que são apresentadas ao leitor algumas problemáticas acerca do tema/capítulo em questão, assim como leituras adicionais. Isso possibilita ao receptor um maior aprofundamento para quem se interessar em realizar algum típico de pesquisa na área. Ou seja, Sellers tem como intenção atingir duas frentes, um público leigo que se interessa por introduzir no tema e ao mesmo tempo um público acadêmico que procura por um maior aprofundamento.

Diferentemente, nos *“Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos”*, obra de Barton Bernstein, temos um direcionamento mais para um público acadêmico. Ou seja, o leitor já teria que ter um pré-conhecimento antes de ter um maior contato com o texto. A proposta de Bernstein seria de realizar uma “Nova História” em que seria enraizada na perspectiva de buscar através do passado respostas para o presente. Desta forma, o passado falaria pelo presente.

Em *“Historia dos Estados Unidos: das origens ao século XXI”*, obra organizada por Leandro Karnal, teve como objetivo realizar uma história da nação norte-americana a partir de uma narrativa que problematizasse questões como o excepcionalismo e singularidade. Assim como colocar em xeque alguns estereótipos. Nas coletâneas de documentos, encontramos a construção de história nacional a partir da documentação em que houve uma preleção destes.

Após realizarmos a análises dos manuais podemos estabelecer algumas discussões. Entre elas podemos citar a questão do misticismo do excepcionalismo e singularidade norte-americana; o aspecto negativo que essa nação propiciou através de suas políticas externas e a barreira da língua como algo que está muito presente na edição de tais obras.

A questão do excepcionalismo perpassou de forma geral na maioria das fontes analisadas, seja para reforçar ou para problematizar esse aspecto. Essa perspectiva não só valoriza o próprio Estados Unidos, mas também inferioriza de forma indireta outros países, sobretudo os latino-americanos. A partir disto, passou a surgir uma linha historiográfica que tem como objetivo eliminar essa perspectiva de centro-periferia. É o caso de Jorge Cañizares-Esguerra que atesta em:

en el sentido de romper la dicotomía historiográfica de centroperiferia, que nos han caracterizado no solo en la historia social, en la historia económica y particularmente en la historia intelectual. Es una propuesta metodológica que nace de mi propia experiencia en los Estados Unidos. De ver como en los

¹¹⁵ Essa dimensão social e cultural só aparece a partir da sexta edição da obra.

Estados Unidos se simplifica nuestras realidades hasta el punto de convertirlas en caricaturas.¹¹⁶

Assim como também podemos citar o trabalho do brasilianista Richard Morse em sua obra “*O Espelho de Próspero*” em que o autor aponta o projeto político e econômico dos latino-americanos seria um contraponto ao desenvolvimento norte-americano. Mas que esse não seria um aspecto necessariamente negativo. Pelo contrário, tal projeto seria uma alternativa para a escassez de um idealismo que já se encontrava desencantado¹¹⁷.

Com relação à língua, podemos perceber de forma clara que é uma barreira. Nas entrevistas, a maioria dos professores argumentou que nas disciplinas para a graduação utilizam somente obras traduzidas como leitura obrigatória, já na bibliografia complementar são sugeridas outras obras em inglês. Isso implica até mesmo no âmbito da pesquisa, pois como têm poucas obras traduzidas reflete numa tímida procura a respeito de tal área. Um exemplo disso se dá na universidade federal de Juiz de Fora o qual, a professora Beatriz Domingues afirmou em entrevista que há uma dificuldade até mesmo com o espanhol e que por haver pouca bibliografia traduzida resulta em um pequeno interesse pelos discentes em se aprofundar no assunto. Domingues afirma que:

Sim, priorizo os livros já traduzidos, pois uma vez que ensino a história dos EUA lado a lado com a da América hispânica noto que os alunos reclamam e tem dificuldades com o espanhol (imagine com o inglês). Mas sempre sugiro que os que conhecem a língua leiam no original.¹¹⁸

A pesquisa estudada no decorrer de seu desenvolvimento e escrita foi gratificante e muito interessante para entender grandes questões com relação à inserção de obras da historiografia norte-americana no contexto das academias brasileiras.

Concluindo, a pesquisa se mostrou útil para apresentar que dentro da historiografia brasileira este tema e objeto ainda se apresenta tímido e, portanto com muitas lacunas que precisam de ser respondidas. Tanto que podemos perceber que existe uma breve bibliografia sobre este tema.

¹¹⁶ KALIL, Luis Guilherme, FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira, **Historia atlántica e intelectualidad: una entrevista con Jorge Cañizares-Esguerra**, p. 18.

¹¹⁷ Ver em AZEVEDO, Cecília, **Novas aproximações entre centro e periferia: intelectuais e ativistas norte-americanos pensam a América Latina**.

¹¹⁸ Entrevista realizada com Beatriz Domingues no mês de Agosto.

4. Referências Bibliográficas:

Corpus Documental

BARTON J. Bernstein. Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos. Barcelona: Ediciones Península, 1976.

KARNAL, Leandro et al. História dos Estados Unidos. São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Richard, Documentos básicos da História dos Estados Unidos. Portugal: Fundo de Cultura, 1964.

SELLERS, Charles. et al, Uma reavaliação da História dos Estados Unidos, São Paulo: Zahar Editora, 1990.

SYRETT, Harold C., Documentos Históricos dos Estados Unidos. São Paulo: Cultrix, 1960.

WOODWARD, C. V. Ensaios comparativos sobre a História Americana, São Paulo: Cultrix, 1972.

Referências bibliográficas

AVILA, Arthur Lima de, O passado despedaçado: o espectro da fragmentação profissional na historiografia norte americana (c. 1980- c. 1990), In: Revista História da Historiografia, ISSN: 1983-9928

AZEVEDO, Cecília & RAMINELLI, Ronald, História das Américas: novas perspectivas, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011.

AZEVEDO, Cecília, Novas aproximações entre centro e periferia: intelectuais e ativistas norte-americanos pensam a América Latina.

AZEVEDO, Célia M., Ten Years of Teaching U.S. History at UNICAMP, Brazil: A Memoir, The Journal of American History, 2010

BURKE, Peter, O que é história cultural, São Paulo: Zahar, 2005.

CHARTIER, Roger, A Ordem dos Livros: Leitores, Autores na Europa entre os séculos XIV e XVIII, Brasília: Editora Unb, 1998.

CHARTIER, Roger. A História ou a Leitura do Tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

DENIPOTI, Cláudio, JOANILHO, André Luiz, Por uma concepção de história? Transformações na historiografia.

EISENBERG, Peter, Guerra Civil Americana, São Paulo: Brasiliense, 1999.

FONTANA, Josep, A história dos homens, Bauru: EDUSC, 2004.

KALIL, Luis Guilherme, FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira, Historia atlântica e intelectualidad: una entrevista con Jorge Cañizares-Esguerra.

LEROY-BEAULIEU, Paul, De la colonisation chez peuples modernes, 1874.

MALERBA, Jurandir, Teoria e história da historiografia, In: A História Escrita: Teoria e história da historiografia, São Paulo: Editora Contexto, 2006.

MICELI, Sérgio, A desilusão americana: relações acadêmicas entre Brasil e Estados Unidos, São Paulo: Editora Sumaré, 1990.

MORSE, Richard, O espelho de Próspero, São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

MUNAKATA, Kazumi. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. Tese de doutorado, Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História e Filosofia da Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1997.

NICOLAZZI, Fernando; ARAUJO, Valde L. [2008]: A história da historiografia e a atualidade do historicismo: perspectivas sobre a formação de um campo. In VARELLA, F. (Org.) ; ARAUJO, V. L. (Org.) ; MATA, S. R. (Org.) ; MOLLO, H. M. (Org.) [2008]: A dinâmica do Historicismo. 01. ed. Belo Horizonte: Argvmentvm.

PRADO, Caio, Formação do Brasil contemporâneo: colônia, São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RAMOS, Vanessa Carnielo, As notas de rodapé de Casa Grande & Senzala e seu uso como artifício retórico, In: Fernando Nicolazzi, Helena Mollo & Valde Aaraujo (org.). Caderno de resumos & Anais do 4º. Seminário Nacional de História da Historiografia: tempo presente & usos do passado. Ouro Preto: EdUFOP, 2010. (ISBN: 978-85-288-0264-1).

SOICHET, Rachel, História da América na Universidade Federal Fluminense (UFF) em retrospectiva, In: História da América: novas perspectivas.

TURNER, Frederick Jackson, O significado da História, In: História, São Paulo: v. 24, 2005.

WARDE, Mirian Jorge, A industrialização das editoras e dos livros didáticos nos Estados Unidos (do século XIX ao começo do século XX), Educ. Soc., Campinas, v. 32, 2011.

GOUVÊA, Maria, ABREU, Martha e AZEVEDO, Cecília, Uma história em três tempos: experiências de pesquisa e ensino de história das Américas.

Sites visitados:

http://www.editoracontexto.com.br/webmail/contextonamidia/clipping/estado_de_minas_02-06-07.jpg

http://www.editoracontexto.com.br/webmail/contextonamidia/clipping/04_historiaviva_ago-07.jpg

ANEXOS

SELLERS, Charles. et alli, Uma reavaliação da História dos Estados Unidos.	6
PAINE, Thomas. Senso Comum, in Os Pensadores, vol. 29.	4
BARTON J. Bernstein. Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos.	3
BAILYN, Bernard. Los Origenes Ideológicos de la Revolución Norte-Americana.	3
EISENBERG, Peter L. A guerra Civil Americana.	3
FONER, Eric. Nada além da liberdade: a emancipação e seu legado.	3
GENOVESE, Eugene. A economia política da escravidão.	3
GENOVESE, Eugene. A terra prometida.	3
WOORDWARD, C. V. Ensaios comparativos sobre a História Americana.	3
KARNAL, Leandro, Estados Unidos: A Formação da Nação.	3
Syrett, H. (org). Documentos históricos dos Estados Unidos.	3
HAMILTON, Alexander et alt <i>O Federalista</i>	3
TOCQUEVILLE, Alexis. <i>A Democracia na América.</i>	3
GENOVESE, Eugene. O mundo dos senhores de escravos.	2
Fohlen, C. América anglo-saxônica: de 1815 à atualidade.	2
JUNQUEIRA, M. A. <i>Estados Unidos: a consolidação da nação.</i>	2
SCHOULTZ, Lars. <i>Estados Unidos: poder e submissão – uma história política norte-americana em relação à América Latina.</i>	2
WEINBERG, Albert. <i>Destino manifesto. El expansionismo nacionalista en la Historia Norteamericana.</i>	2
BURNS, W.H. Voces de Protesta de Los Negros en Estados Unidos.	1
MAY, Ernest T. Os grandes debates da política exterior Norte-Americana.	1
QUARLES, Benjamin. Lincoln e o Negro.	1
FRANKLIN, John Hope, Da Escravidão à Liberdade.	1
Moore, Michael, Stupid White Men - Uma Nação de Idiotas.	1
Said, Edward W., Cultura e Imperialismo.	1
Schoultz, Lars, Estados Unidos: Poder e Submissão - uma história da política norte-americana em relação à América Latina.	1
Wacquant, Loïc, As prisões da miséria.	1
Bradbury, M (org). Introdução aos estudos americanos.	1
Coben, S. e Ratner, L. O desenvolvimento da cultura norte-americana.	1
Commager, H. e Nevins, A História dos EUA	1
Crunden, R. Uma breve história da cultura americana.	1
Divine, R. et al. América: passado e presente.	1
González Casanova, P (org). Estados Unidos hoy.	1
Leuchtenberg, W. (org). O século inacabado.	1
Link, A Historia moderna dos Estados Unidos.	1
Maira, Luiz (org). Estados Unidos: una visión latinoamericana.	1
Molnar, T. El modelo desfigurado: los Estados Unidos desde Tocqueville a nuestros dias.	1
Morris, Richard (org). Documentos básicos da história dos Estados Unidos.	1
Naro, Nancy. A formação dos Estados Unidos.	1
Rémond, René. História dos Estados Unidos	1
Schlesinger, A Os ciclos da história americana.	1

STEINBECK, John. <i>A América e os Americanos.</i>	1
APTHEKER, H. <i>Uma nova história dos Estados Unidos: a era colonial.</i>	1
APTHEKER, H. <i>Uma nova história dos Estados Unidos: a revolução americana.</i>	1
BUDRILLARD, Jean. <i>América.</i>	1
MORSE, R. <i>O espelho de Próspero.</i>	1
REVEL, Jean-François. <i>A Obsessão antiamericana – causas e inseqüências.</i>	1
WALLERSTEIN, Immanuel. <i>O Declínio do Poder Americano.</i>	1
AGAMBEN, Giorgio. <i>Estado de Exceção</i>	1
KARNAL, L. <i>História dos Estados Unidos – das origens ao século XXI</i>	1
LUKACS, J. <i>A Nova República: uma história dos EUA no século XX</i>	1
BERLIN, Ira. <i>Gerações de cativo. Uma história da escravidão nos Estados Unidos.</i>	1
TURNER, Frederick Jackson. <i>O significado da fronteira na História Americana</i>	1
WEST, Cornel. <i>Questão de raça.</i>	1
ADAMS, Willi Paul (org.) <i>Los Estados Unidos de América.</i>	1
APTHEKER, Herbert. <i>Las revueltas de los esclavos negros norteamericanos.</i>	1
AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. <i>Abolicionismo: Estados Unidos e Brasil, uma história comparada</i>	1
BAITZ, Rafael. “Fotografia e nacionalismo: a revista <i>The National Geographic Magazine</i> e a construção da identidade nacional norte-americana (1895-1914).”	1
DU BOIS, W.E.B. <i>As almas da gente negra.</i>	1
FERES Júnior, João. <i>A história do conceito de “Latin América” nos Estados Unidos.</i>	1
FOHLEN, Claude. <i>O faroeste (1860-1890).</i>	1
GENOVESE, Eugene D. <i>Da rebelião à revolução: as revoltas de escravos negros nas Américas.</i>	1
LEUCHTENBURG, William E. (org.). <i>O século inacabado: A América desde 1900.</i>	1
MAY, Ernest R. (org.). <i>Os grandes debates da política exterior norte-americana</i>	1
MOURA, Gerson. <i>Estados Unidos e América Latina.</i>	1
MOURA, Gerson. <i>História de uma história: rumos da historiografia norte-americana no século XX.</i>	1
MUHLSTEIN, Anka. <i>A ilha prometida: a história de Nova York do século XVII aos nossos dias.</i>	1
OLIVEIRA, Lúcia Lippi. <i>Americanos: representações da identidade nacional no Brasil e nos EUA.</i>	1
WEGNER, Robert. <i>A conquista do oeste: a fronteira na obra de Sérgio Buarque de Holanda</i>	1

QUESTIONÁRIO:

Cecília Azevedo (Professora de História da América na UFF)

- Fale um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e o que levou o senhor(a) a estudar História da América e/ou História dos Estados Unidos.

Ingressei na UFF, através de um concurso para a Área de História das Américas, realizado em 1991. Buscando material para minhas aulas de América Contemporânea, caiu em minhas mãos um documento sobre a Aliança para o Progresso. Nele encontrei uma referência aos Corpos da Paz e foi como um amor à primeira vista. Fiquei extremamente intrigada porque ninguém sabia me dizer do que se tratava. As poucas referências que encontrei associavam os voluntários desse programa a espiões da CIA. Mas eram milhares. Não fazia sentido. Coloquei-me então o desafio de estudar esse programa que logo fui descobrindo ser revestido pela aura mística dos anos 60 e de um presidente também mitificado após seu assassinato: John Kennedy.

Depois do doutorado terminado, continuei a me interessar pelo ativismo político daquele período e a querer entender os diferentes movimentos de dissenso que marcaram a história dos EUA desde os seus primórdios. Uma face da história desse país desconhecida do público brasileiro.

Também me interessei pelas formas insuspeitadas de contato entre norte e latino-americanos despojados do etnocentrismo e da assimetria de poder que marcavam as relações governamentais.

- Porque o senhor(a) acha importante que os alunos tenham conhecimento da História dos Estados Unidos?

Os EUA são um ator político fundamental no cenário internacional e tiveram e continuam tendo uma influência extraordinária na América Latina em geral e no Brasil, em particular.

Justamente por conta disso, há uma predisposição um tanto negativa em relação à história desse país, o que favorece a manutenção de estereótipos igualmente negativos em relação à sociedade americana. Costuma-se pensar a sociedade americana – os americanos – como indiferenciados, insensíveis, indiferentes ao mundo ou, pior, defensores entusiasmados das ações belicosas dos diferentes governos. Com isso, não se consegue entender cisões e disputas políticas cruciais não apenas entre as principais culturas e partidos políticos, como se menospreza os movimentos e atores sociais que questionam as políticas interna e externa.

- Na Instituição Federal em qual o senhor(a) está vinculada(o) a disciplina de História dos Estados Unidos é obrigatória?

Em caso afirmativo: Como o senhor(a) vê essa obrigatoriedade? De forma positiva? Por quê?

Em caso negativo: Como o conteúdo de História dos Estados Unidos é distribuído nas outras disciplinas?

Na UFF não há uma disciplina obrigatória de História dos EUA. Temos três disciplinas de História das Américas no ciclo básico que teoricamente devem cobrir também a História dos EUA. O que se percebe, no entanto, é uma distribuição absolutamente desigual dos conteúdos em favor da História dos diferentes países da América Latina. As relações interamericanas são igualmente pouco discutidas nesses cursos.

Temos, no entanto, possibilidade de oferecer disciplinas eletivas e tem havido esforços, embora restritos a um ou dois professores, de oferecer disciplinas específicas sobre História dos EUA.

- A perspectiva de Histórias nacionais é preferível no ensino de graduação a outras, como a da História Atlântica ou de relações internacionais?

Acho que há lugar para todas essas possibilidades.

- Os discentes da Universidade a qual o senhor(a) está vinculada(o) têm interesse em pesquisar História norte-americana? Se sim, qual período seria o mais estudado.

Tenho orientado monografias, dissertações e mestrado e teses de doutorado sobre EUA no século XX, especialmente a segunda metade.

- Dentro da sua trajetória acadêmica houve algum tipo de contato com algum tipo de historiografia norte-americana? Se sim, qual seria.

Sim, isso é indispensável. É difícil qualificar mas, em função do próprio objeto, tenho trabalhado com historiografia vinculada à Nova História Política e a chamada History from below que ajudam a compreender a constituição de identidades, movimentos e culturas políticas.

- Relate a criação das disciplinas de História da América e História dos Estados Unidos em seu departamento. Em que contexto elas foram criadas? Em sua opinião, qual foi a necessidade de se ter uma disciplina específica dessas áreas.

Não saberia precisar o momento da criação da disciplina de História das Américas, já que ela antecede a minha entrada na universidade. Nas diferentes reformas curriculares por que passamos, a História das Américas já teve maior e menor número de disciplinas. Quando ingressei tínhamos 4, depois passamos para 2 e hoje temos 3.

- Na disciplina que você ministra (seja de História da América ou História dos Estados Unidos), quais são os períodos e conteúdos históricos da nação norte-americana que você dá mais importância e qual bibliografia é utilizada? O que o senhor(a) atribuiria como justificativa para a utilização de tal bibliografia?

Quando ministro História das Américas III, trabalho os seguintes conteúdos:

- movimentos sociais e políticos da virada do século XIX para o XX (o progressivismo, os movimentos negro, pacifista, feminista, sindical – de modo a demonstrar que esses movimentos não surgem nos anos 1950 e 1960, mas vem de longa data);

- Depressão e New Deal, enfatizando as mudanças nas relações entre Estado e Sociedade, o surgimento do Welfare State, o movimento sindical;

- a Boa Vizinhança

- a dupla face dos anos 50: o Macarthismo e a contracultura;

- os movimentos sociais dos anos 50, 60 – as diferentes faces do movimento pelos direitos civis, do movimento feminista, do movimento estudantil;

- a guerra do Vietnã - impactos na política interna e externa;

Em disciplinas eletivas, costumo explorar a relação entre cinema, literatura e identidade nacional, abordando temas como guerra, raça, natureza, fronteira, progresso e conceitos como individualismo, comunitarismo, igualdade, liberdade, desobediência civil, democracia.

Bibliografia segue em anexo.

- Na bibliografia da sua disciplina, o senhor(a) prioriza utilizar obras já traduzidas? Se sim, você acredita que a língua seria uma espécie de barreira para estudar os conteúdos? E como o senhor(a) explicaria o fato de algumas obras serem rapidamente traduzidas para o português e outras não? Quais livros gostaria de ver traduzidos?

Nos cursos de graduação, procuro usar textos em português, arriscando apenas a sugerir bibliografia complementar em inglês e a usar documentos em inglês na sala de aula.

A língua certamente é uma barreira.

Não consigo compreender a lógica das editoras. Talvez a falta de interesse por História dos EUA do público pese na decisão.

Seria bom ter em português coleções como a *The Major Problems of American History* ou *Clashing Views*, como também, entre outros:

GERSTLE, Gary. *American Crucible. Race and Nation in the Twentieth Century.*

GERSTLE & FRASER. *The rise and fall of the New Deal order: 1930-1980.*

FONER, E. *The Story of American Freedom*

JACOBSON, Mathew. *Barbarian Virtues. The United States Encounters Foreign Peoples at Home and Abroad*

MARSDEN, George. *Religion and American Culture*

KAZIN, Michael. *America Divided: the civil war of the 60's*

KAZIN, Michael. *American Dreamers. How the Left changed a Nation.*

HUNT, Michael. *Ideology and US Foreign Policy*

SALVATORE, JOSEPH, LEGRAND (eds) *Close Encounters of Empire*

ZINN, Howard. *A people's History of the United States*

- Ao longo de nossa pesquisa, percebemos como trechos das obras:

BARTON J. Bernstein et al. *Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos: hacia un nuevo pasado.* adrid en ns la, 6.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI.* São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos.* Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos.* São Paulo: Zahar Editora, 1990.

SYRETT, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos.* São Paulo: Cultrix, 1980.

WOORDWARD, C. V. *Ensaio comparativos sobre a História Americana,* São Paulo: Cultrix, 1972.

São constantemente arrolados como leituras obrigatórias para os cursos de graduação. Caso o senhor(a) utilize (ou tenha utilizado) alguma dessas obras em seu programa, quais foram os critérios para sua escolha?

Utilizo como referência, mas não com leitura obrigatória.

Caso não as utilize, como monta a bibliografia obrigatória de suas aulas? Além de livros, busco artigos, cfe bibliografia em anexo.

Como utiliza os textos em sala de aula?

Os textos são objeto discussão em sala de aula, a partir do envio para o facebook da turma, com uma semana de antecedência, de resenhas de alunos responsáveis.

QUESTIONÁRIO:

Beatriz Domingues (Professora de História da América na UFJF)

- Fale um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e o que levou o senhor(a) a estudar História da América e/ou História dos Estados Unidos.

Comecei a estudar a história dos EUA porque me tornei professora de História da América colonial e do século XIX nos anos 1980 na Universidade Federal de Juiz de Fora, MG. Fui ficando cada vez mais atraída pelo assunto até que, em 1993, ganhei uma bolsa sandwiche de doutorado nos Estados Unidos, que me permitiu ter contato com o país, com a cultura e com a história deles tal qual preservada, ou não em museus no país, ensinada em escolas e universidades, etc. Como me casei com um norte-americano há 20 anos atrás, o Tio Sam passou a fazer parte de minha vida privada também.

- Porque o senhor(a) acha importante que os alunos tenham conhecimento da História dos Estados Unidos?

Porque não há como escapar dela, para o bem ou para o mal. Somos um país contaminado pela cultura americana no que ela tem de bom e de ruim. O mais interessante, contudo, a meu ver, é o fato de o Brasil e a Hispano-América, por um lado, e os EUA de outro, serem fruto da expansão de duas formas de modernidade surgidas na Europa na virada do século XV para o XVI que deram origem a países com muitas diferenças, mas também com semelhanças importantes, que permitem uma rica abordagem comparativa. É o que faço em meus cursos.

- Na Instituição Federal em qual o senhor(a) está vinculada(o) a disciplina de História dos Estados Unidos é obrigatória?

Sim e não. Isso porque na UFJF temos três Histórias da América: colonial, século XIX e século XX/XXI. Em nenhum dos casos é exclusivamente História dos Estados Unidos e nem sequer é compulsório incluí-la. Eu o faço porque considero fundamental.

Nesses termos, comparativos, sou favorável à obrigatoriedade porque, como dito acima, nos favorece o entendimento de nós mesmos a partir de um experimento diferente efetuado por europeus no Novo Mundo. E por nos propiciar o conhecimento do “monstro” em uma perspectiva diacrônica, e não apenas contemporânea.

Em caso afirmativo: Como o senhor(a) vê essa obrigatoriedade? De forma positiva? Por quê?

Em caso negativo: Como o conteúdo de História dos Estados Unidos é distribuído nas outras disciplinas?

- A perspectiva de Histórias nacionais é preferível no ensino de graduação a outras, como a da História Atlântica ou de relações internacionais?

Não conseguiria afirmar categoricamente. Acho que depende da forma de organização do currículo. Se o ensino da História do Brasil, por exemplo, interage com a de América, como tentamos no nosso curso, há um grande ganho.

O termo genérico História da América me agrada porque permite inclusive adaptações, de acordo com a preferência do professor, por um ou outro país que lhe interesse mais, ou que esteja mais em evidência na atualidade ou na produção historiográfica, sem necessariamente implicar mudanças constantes nos currículos, que não me parecem salutares.

- Os discentes da Universidade a qual o senhor(a) está vinculada(o) têm interesse em pesquisar História norte-americana? Se sim, qual período seria o mais estudado.

Não. Sou um peixe nadando sozinho. Não tenho interlocutores no meu departamento. Mas quase sempre fico feliz a final do semestre quando muitos alunos admitem que o curso despertou-lhes a atenção para um tema pelo qual não só não tinham interesse como tinham preconceitos. Já tenho até alunos interessados em pesquisas envolvendo Estados Unidos no mestrado.

- Dentro da sua trajetória acadêmica houve algum tipo de contato com algum tipo de historiografia norte-americana? Se sim, qual seria.

Absolutamente nenhum. Enquanto cursei a graduação, entre 1977 e 1980, o professor de História da América I, II e III falava exclusivamente sobre o calendário maia, e completamente descontextualizado. Meu contato com o tema foi intuitivo, através de contatos com outros cursos, etc.

- Relate a criação das disciplinas de História da América e História dos Estados Unidos em seu departamento. Em que contexto elas foram criadas? Em sua opinião, qual foi a necessidade de se ter uma disciplina específica dessas áreas.

Como disse anteriormente, a história dos Estados Unidos é parte da História da América, sendo sua inclusão ou não no programa a cargo do professor. Em minha opinião, deveria constar da disciplina, mas sempre tenho medo de excesso de regras. Então acho melhor deixar como está.

- Na disciplina que você ministra (seja de História da América ou História dos Estados Unidos), quais são os períodos e conteúdos históricos da nação norte-americana que você dá mais importância e qual bibliografia é utilizada? O que o senhor(a) atribuiria como justificativa para a utilização de tal bibliografia?

Quando ensino América I (colônia) utilizo: Repito alguns, uma vez que tratam de períodos diferentes:

GERBI, Antonello. *A Polêmica do Novo Mundo (1750-1900)*. SP: Cia das Letras, 1996.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos. A formação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RAY, Raphael, *Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana*, trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SELLERS, MAY & McMILLEN. *Uma reavaliação da história dos EUA*. RJ: Zahar, 1985.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza*. RJ: Campus, 1990

RAY, Raphael, *Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana*, trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

Romances:

COPPER, F. *O último dos moicanos*.

HAWTHORNE, Nathaniel. *A letra escarlate*.

Filmes:

A letra escarlate.

O último dos moicanos

Documentário sobre a “Colônia Perdida”(infelizmente perdi minha cópia. Se souber de alguém que tenha..é muito bom)

Em História da América II

Repito alguns, uma vez que tratam de períodos diferentes:

GERBI, Antonello. *A Polêmica do Novo Mundo (1750-1900)*. SP: Cia das Letras, 1996.

KARNAL, Leandro. *Estados Unidos. A formação da nação*. São Paulo: Editora Contexto, 2001.

RAY, Raphael, *Mitos sobre a Fundação dos Estados Unidos: a verdadeira história da independência norte-americana*, trad. Maria Beatriz de Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SELLERS, MAY & McMILLEN. *Uma reavaliação da história dos EUA*. RJ: Zahar, 1985.

TURNER, Frederick. *O Espírito Ocidental contra a Natureza*. RJ: Campus, 1990

Outros:

ARENDDT, Hannah. *Da Revolução*. RJ-Brasília: Ática-UNB, 1988.

CARVALHO, José Murilo de. “Escravidão e razão nacional” In: *Dados*. Revista de Ciências Sociais. Rio de Janeiro, vol. 31, n.3, 1988, pp287-380.

DOMINGUES, Beatriz H. Deus e ideologia política na história norte-americana: algumas interpretações sobre a doutrina do *Destino Manifesto* In: DAIBERT, Robert & SIMOES, Bárbara. *Escrituras de Deus e do Diabo: ensaios de religião, história e literatura*. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2012.

KARNAL, L; PURDY, Sean; FERNANDES, Luiz Estevam; MORAIS, Marcus Vinicius. *História dos Estados Unidos*. Das origens ao século XXI. São Paulo: Contexto, 2007.

MOORE JR., Barrington. “A guerra civil americana: a última revolução capitalista” In: *As origens sociais da ditadura e da democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964.

NABUCO, Carolina. *Retrato dos Estados Unidos à luz da sua literatura*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000

SCHLESINGER, JR, Arthur. *Os Ciclos da História Americana*. RJ: Civilização Brasileira, 1992.

SUMMER, Doris. "Autenticidade plagiada: Do Cooper de Sarmiento e de outros" In: *Ficções de fundação: o romance histórico e a criação da identidade nacional na América Latina*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007, p. 73-106.

WOORDWARD, C. V. *Ensaio comparativos sobre a História Americana*, São Paulo: Cultrix, 1972.

Romances (peço que selecionem um deles, ou sugiram outro)

FAULKNER, William. *Os invencidos*

Mark Twain *As aventuras de Huckleberry Finn*
 Herman Melville. Benito Cereno
 MITCHEL, Magaret. E o vento levou.

Filmes:

Amistad

O pequeno grande homem

- Na bibliografia da sua disciplina, o senhor(a) prioriza utilizar obras já traduzidas? Se sim, você acredita que a língua seria uma espécie de barreira para estudar os conteúdos? E como o senhor(a) explicaria o fato de algumas obras serem rapidamente traduzidas para o português e outras não? Quais livros gostaria de ver traduzidos?

Sim, priorizo os livros já traduzidos, pois uma vez que ensino a história dos EUA lado a lado com a da América hispânica noto que os alunos reclamam e tem dificuldades com o espanhol (imagine com o inglês). Mas sempre sugiro que os que conhecem a língua leiam no original.

- Ao longo de nossa pesquisa, percebemos como trechos das obras:

BARTON J. Bernstein et al. *Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos: hacia un nuevo pasado*. Madrid : Península, 1976.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. São Paulo: Zahar Editora, 1990.

SYRETT, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

WOORDWARD, C. V. *Ensaio comparativos sobre a História Americana*, São Paulo: Cultrix, 1972.

São constantemente arrolados como leituras obrigatórias para os cursos de graduação. Caso o senhor(a) utilize (ou tenha utilizado) alguma dessas obras em seu programa, quais foram os critérios para sua escolha?

Caso não as utilize, como monta a bibliografia obrigatória de suas aulas?

Como utiliza os textos em sala de aula?

Dentre a bibliografia destacada, que conheço, utilizo o livro do Sellers e o do Leandro Karnal. Considero o do Sellers, etc um bom manual de história norte-americana, com a vantagem de ter sido traduzido para o português. É um livro pouco analítico, mas com o mérito de fornecer informações mais ou menos atualizadas, e de propor, ao final de cada capítulo, uma discussão historiográfica, incluindo sugestões de leituras. Ajuda muito até mesmo para sugerir pontos a serem debatidos.

O do Karnal eu comecei a utilizar, mesmo antes da edição mencionada, o pequeno livro em que ele abordava sinteticamente, porém de forma crítica e instigante para os alunos o período colonial. A recepção dos alunos sempre foi muito boa.

Como ele se referia à *Tempestade* de Shakespeare como um documento para compreender o processo, com o que concordo, eu aproveitava a deixa para tentar incluir o livro de Richard Morse, *O espelho de Próspero*, de 1988, que cativava alguns poucos alunos e apavorava a maioria, e cujo ponto de partida era uma releitura das metáforas shakespearianas nas Américas.

Como pode ter percebido, estou cada vez mais direcionando meu curso para o diálogo entre História e literatura. Me esforço para que os alunos leiam pelo menos alguns clássicos norte-americanos. O livro do Tocqueville é sempre muito enfatizado por mim como a melhor fonte para entender o país no século XIX.

QUESTIONÁRIO

Celia Maria Marinho de Azevedo (professora aposentada da UNICAMP)

1. Fale um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e o que levou o senhor(a) a estudar História da América e/ou História dos Estados Unidos.

R: Antes de fazer pós-graduação, eu concluí duas graduações: em Jornalismo e em Ciências Sociais, ambas na USP. Depois, fiz mestrado em História, na UNICAMP (1985) e doutorado em História dos Estados Unidos na Columbia University (1993), em New York.

No doutorado, minha intenção era fazer uma pesquisa em história comparada sobre escravidão e abolição, assunto que eu já tratara em minha pesquisa de mestrado. Para poder trabalhar numa pesquisa que envolvia história dos Estados Unidos, escolhi duas áreas de concentração: História dos EUA, da colônia ao presente – a minha “major area” – e História da Grã-Bretanha nos séculos XVII e XVIII – a minha “minor area”. Só depois de fazer muitos cursos nessas áreas e estudar intensamente programas específicos sob a orientação de diversos especialistas é que pude fazer os exames orais sobre essas matérias. Em seguida, escrevi o projeto de pesquisa de doutorado e fiz um outro exame oral sobre ele. Somente assim tive o direito de dar início à minha pesquisa de doutorado.

2. Porque o senhor(a) acha importante que os alunos tenham conhecimento da História dos Estados Unidos?

R: Todos sabemos que o país Estados Unidos tem se destacado como o grande poder imperialista desde a II Guerra Mundial. Mas poucos conhecem a sua trajetória histórica específica. Há hoje toda uma mitologia em torno da história de um país que muitos pensam já como um poder imperialista desde os seus inícios, ou então como já contendo os embriões do grande poder mundial futuro. As comparações com a história do Brasil deixam, em geral, entrever essa mitologia em torno dos EUA. Por isso mesmo, acho importante estudar a história dos Estados Unidos em profundidade, único modo de desconstruir essa mitologia e dar a conhecer as muitas possibilidades e vozes conflitantes ao longo de sua trajetória desde os tempos coloniais.

3. Na Instituição Federal em qual o senhor(a) está vinculada(o) a disciplina de História dos Estados Unidos é obrigatória?

R: Eu me aposentei no final de 2003 e desde então não pertencço a nenhuma instituição. Na época em que eu lecionava História dos EUA – de 1993 a 2003 -, tratava-se de disciplina obrigatória.

4. Em caso afirmativo: Como o senhor(a) vê essa obrigatoriedade? De forma positiva? Por quê?

R: De um modo geral as disciplina obrigatórias incorrem numa certa antipatia; por isso, na época, todo meu esforço era persuadir os alunos da sua importância, ainda mais que os Estados Unidos despertavam antipatia em muitos. Acho que em geral fui bem sucedida no enfrentamento dessa dupla antipatia.

Na minha opinião, os cursos de graduação devem sempre contemplar um leque de disciplinas obrigatórias na tentativa de construção de um miolo de conhecimento. Do contrário, os alunos se dispersariam em cursos optativos, muitos deles “de ocasião” (pesquisas específicas de professores, modas passageiras, etc.).

4. Em caso negativo: Como o conteúdo de História dos Estados Unidos é distribuído nas outras disciplinas?

(não cabe resposta aqui)

5. A perspectiva de Histórias nacionais é preferível no ensino de graduação a outras, como a da História Atlântica ou de relações internacionais?

R: Acho que ambas as perspectivas podem ser o foco de disciplinas específicas. Fala-se hoje em história transnacional, mas seria impossível trabalhar nessa linha com uma certa consistência sem conhecer as diversas histórias nacionais, inclusive, suas mitologias de origem. O mesmo pode-se dizer em matéria de história comparada. Eu não poderia ter feito um doutorado em história comparada Brasil-Estados Unidos, caso não tivesse estudado em profundidade as histórias desses dois países.

6. Os discentes da Universidade a qual o senhor(a) está vinculada(o) têm interesse em pesquisar História norte-americana? Se sim, qual período seria o mais estudado.

(não cabe resposta aqui)

7. Dentro da sua trajetória acadêmica houve algum tipo de contato com algum tipo de historiografia norte-americana? Se sim, qual seria?

(julgo já ter respondido acima)

8. Relate a criação das disciplinas de História da América e História dos Estados Unidos em seu departamento. Em que contexto elas foram criadas? Em sua opinião, qual foi a necessidade de se ter uma disciplina específica dessas áreas.

R: Quando eu comecei a lecionar História dos Estados Unidos, essa disciplina já existia há muito tempo, possivelmente desde a criação do próprio Departamento de História do IFCH da UNICAMP, época em que professores americanos foram contratados, o primeiro deles, Peter L. Eisenberg (ele foi meu orientador no mestrado).

9. Na disciplina que você ministra (seja de História da América ou História dos Estados Unidos), quais são os períodos e conteúdos históricos da nação norte-americana que você dá mais importância e qual bibliografia é utilizada? O que o senhor(a) atribuiria como justificativa para a utilização de tal bibliografia?

R: Meus programas nessa disciplina sempre contemplaram uma narrativa histórica desde os tempos coloniais até o presente. Meu objetivo era não só permitir uma introdução dos discentes na história dos EUA, como também capacitá-los a estudar por si mesmos, dali em diante, ou pelo menos compreender melhor o noticiário político em torno daquele país e de suas relações externas.

10. Na bibliografia da sua disciplina, o senhor(a) prioriza utilizar obras já traduzidas? Se sim, você acredita que a língua seria uma espécie de barreira para estudar os conteúdos? E como o senhor(a) explicaria o fato de algumas obras serem rapidamente traduzidas para o português e outras não? Quais livros gostaria de ver traduzidos?

R: No tempo em que eu lecionava, encontrar obras traduzidas – e, sobretudo, bem traduzidas – era um grande problema. Mas, sempre insisti com os alunos para que eles se esforçassem em ler em inglês – afinal, eles haviam prestado vestibular nesse idioma, não é? Há muitos interesses por trás da tradução de livros: ora é o editor que se convence que aquele livro é imperdível, ora é um professor com poder de mídia que consegue chamar a atenção para um determinado livro; e há também aqueles livros do gosto do setor cultural da Embaixada dos EUA no Brasil e que recebem o seu patrocínio.

11. Ao longo de nossa pesquisa, percebemos como trechos das obras:

BARTON J. Bernstein et al. *Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos: hacia un nuevo pasado*. Madrid : Península, 1976.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. São Paulo: Zahar Editora, 1990.

SYRETT, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

WOORDWARD, C. V. *Ensaio comparativo sobre a História Americana*, São Paulo: Cultrix, 1972.

São constantemente arrolados como leituras obrigatórias para os cursos de graduação. Caso o senhor(a) utilize (ou tenha utilizado) alguma dessas obras em seu programa, quais foram os critérios para sua escolha?

Caso não as utilize, como monta a bibliografia obrigatória de suas aulas?

Como utiliza os textos em sala de aula?

R: Todos os livros arrolados acima faziam parte de meus programas de curso, com exceção do livro organizado por meu colega de Departamento Leandro Karnal, e publicado alguns anos depois da minha aposentadoria. Dois de seus autores foram meus alunos, aliás, excelentes. Os critérios de escolha desses livros foram diversos: dois deles por serem de fontes primárias (o de Syrett e o de Morris); o de Woodward (é preciso corrigir a grafia acima), por se tratar de um autor de grande importância na historiografia americana; o de Bernstein por apontar uma perspectiva crítica; e o de Sellers por ser uma obra de consulta, o que facilita a pesquisa de dados como datas, eventos, nomes de personagens. Mas, outros autores importantes que marcam presença na historiografia dos Estados Unidos faziam parte de meus programas, entre eles, Eric Foner, Bernard Bailyn, Barbara Fields, Eugene Genovese, John Hope Franklin, Gary Nash, David Montgomery, Lars Schoultz etc; são importantes também as narrativas de ex-escravos como Frederick Douglass e Harriet Jacobs, os discursos de militantes antirracistas, como W. E. B. DuBois, Martin Luther King Jr e Malcolm X, os textos anti-imperialistas de Mark Twain, e um pequeno e primoroso livro sobre a Guerra Civil e a Reconstrução, de autoria de Peter L. Eisenberg.

QUESTIONÁRIO:

Sean Purdy (Professor de História dos Estados Unidos na USP)

- Fale um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e o que levou o senhor(a) a estudar História da América e/ou História dos Estados Unidos.

Sou canadense, fiz doutorado em História sobre Canadá (que é bastante influenciado pela historiografia dos EUA) e depois decidir fazer um estudo comparativo envolvendo EUA, Canadá e Brasil. Fiz dois pós-doutorados nos EUA (Filadélfia e Chicago) fazendo pesquisa. Passei no concurso na História da América Independente com ênfase nos EUA e dou a disciplina optativa História dos EUA regularmente.

- Porque o senhor(a) acha importante que os alunos tenham conhecimento da História dos Estados Unidos?

Por causa do peso dos EUA na história mundial desde o séc.19. Tem uma influência enorme na América Latina e Brasil. Também porque a representação da história dos EUA na mídia, discurso popular e até discurso acadêmico no Brasil é muito limitada. Os alunos têm pouco conhecimento das relações sociais dentro dos EUA (luta de classe, movimentos sociais, etc.).

- Na Instituição Federal em qual o senhor(a) está vinculada(o) a disciplina de História dos Estados Unidos é obrigatória?

No meu caso, é universidade estadual. Não é obrigatória, mas é oferecida por dois professores pelo menos uma vez por ano.

Em caso afirmativo: Como o senhor(a) vê essa obrigatoriedade? De forma positiva? Por quê?

Em caso negativo: Como o conteúdo de História dos Estados Unidos é distribuído nas outras disciplinas?

É ensinada um pouco nas disciplina da História da América, mas geralmente só a história das relações entre os EUA e América Latina. É também ensinada um pouco nas disciplinas de Contemporânea, Moderna e América Colonial.

- A perspectiva de Histórias nacionais é preferível no ensino de graduação a outras, como a da História Atlântica ou de relações internacionais?

Acredito que seria bom ter as duas: nacionais e também comparativa/transnacional.

- Os discentes da Universidade a qual o senhor(a) está vinculada(o) têm interesse em pesquisar História norte-americana? Se sim, qual período seria o mais estudado.

Sim, a disciplina é muito procurada. A maioria de alunos se interessam com temas do sec.20 e em geral História Cultural.

- Dentro da sua trajetória acadêmica houve algum tipo de contato com algum tipo de historiografia norte-americana? Se sim, qual seria.

Bastante, especialmente história social e econômica, história transnacional e a história do trabalho e movimentos sociais.

- Relate a criação das disciplinas de História da América e História dos Estados Unidos em seu departamento. Em que contexto elas foram criadas? Em sua opinião, qual foi a necessidade de se ter uma disciplina específica dessas áreas.

Nosso departamento tem oferecida essa disciplina por mais de 15 anos, mas sempre foi difícil achar docente para ministrar. Por causa da procura, o departamento decidiu criar um cargo específico.

- Na disciplina que você ministra (seja de História da América ou História dos Estados Unidos), quais são os períodos e conteúdos históricos da nação norte-americana que você dá mais importância e qual bibliografia é utilizada? O que o senhor(a) atribuiria como justificativa para a utilização de tal bibliografia?

Eu ministro uma disciplina geral que começa no período pré-contato e vai até o presente. Uso um livro paradidático, filmes de Hollywood bem como fontes secundárias e primárias. Segue abaixo um mais recente programa da disciplina. Justifico o uso de um livro mais geral porque os alunos precisam de conhecimentos gerais; os outros textos eu uso para aprofundar alguns temas.

- Na bibliografia da sua disciplina, o senhor(a) prioriza utilizar obras já traduzidas? Se sim, você acredita que a língua seria uma espécie de barreira para estudar os conteúdos? E como o senhor(a) explicaria o fato de algumas obras serem rapidamente traduzidas para o português e outras não? Quais livros gostaria de ver traduzidos?

Em disciplinas de graduação só uso leituras em português. Conhecimento de inglês certamente ajuda alguns alunos com seus trabalhos, mas todo mundo conseguem fazer a disciplina sem ler inglês.

Certos livros são traduzidos porque envolvem temas que estão de modo e tem mercado. Gostaria que mais livros sobre historiografia e história social serem traduzidas, pois tem muito poucos.

- Ao longo de nossa pesquisa, percebemos como trechos das obras:

BARTON J. Bernstein et al. *Ensayos inconformistas sobre los Estados Unidos: hacia un nuevo pasado*. Madrid : Península, 1976.

KARNAL, Leandro et al. *História dos Estados Unidos: das Origens ao Século XXI*. São Paulo: Contexto, 2007.

MORRIS, Richard. *Documentos básicos da História dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Fundo de cultura, 1964

SELLERS, Charles et al. *Uma reavaliação da História dos Estados Unidos*. São Paulo: Zahar Editora, 1990.

SYRETT, Harold C. *Documentos Históricos dos Estados Unidos*. São Paulo: Cultrix, 1980.

WOORDWARD, C. V. *Ensaio comparativos sobre a História Americana*, São Paulo: Cultrix, 1972.

São constantemente arrolados como leituras obrigatórias para os cursos de graduação. Caso o senhor(a) utilize (ou tenha utilizado) alguma dessas obras em seu programa, quais foram os critérios para sua escolha?

Caso não as utilize, como monta a bibliografia obrigatória de suas aulas?

Como utiliza os textos em sala de aula?

Uso o livro didático mais recente e compreensivo (Karnal et. al.) além dos documentos da coleção de Syrett bem como muitos outros fontes. Também uso o livro digital organizado por Daniel Arão Reis Filho, Outras Modernidades: Nuestra América e os EUA.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO - FFLCH -
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
HISTÓRIA DOS ESTADOS UNIDOS
Código: FLH 0697
(Sujeito à revisão)
1º. semestre de 2012 – Noturno: 2ª. feira
Professor Sean Purdy

I. OBJETIVOS

Essa disciplina visa introduzir aos alunos às principais transformações econômicas, sociais e políticas dos Estados Unidos da independência ao século XXI.

II. CONTEÚDO

- O declínio do império americano?
- Conquista, Encontros e Resistência: Os Povos Indígenas da América do Norte
- A independência política: mitos fundadores e conflitos sociais
- Expansão territorial, Destino Manifesto e a fronteira
- Escravidão e Guerra de Secessão
- Urbanização, imigração e a formação da classe trabalhadora
- Conflitos Sociais no “Século Norteamericano”, 1900-1950
- A construção dos Estados Unidos como potência mundial
- Rupturas do Consenso: Os movimentos sociais dos anos 60
- McGlobalização, a Nova Direita e Resistência

III. METODOLOGIA DE ENSINO

-Aulas teóricas, filmes e exercícios sobre filmes, **leituras obrigatórias**, discussão em pequenos grupos. **Presença será cobrada.**

IV. ATIVIDADES DISCENTES

Presença, leituras obrigatórias, participação de discussões, plano de trabalho e trabalho escrito individual, prova final.

V. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

- Frequência às aulas; leituras e participação nas discussões em sala.
- Um **plano de trabalho (prazo 23 de abril; 20% da Nota Final) e trabalho (prazo 11 de junho; 40% da Nota Final)** (a serem definidos). Os trabalhos serão avaliados por clareza na exposição das ideias; capacidade de argumentação; sustentação teórica e historiográfica; capacidade de articulação entre idéias e leituras; capacidade de problematização.

--**Uma prova final (feita em casa) (prazo 25 de junho; 40% da Nota Final)** Avaliará material de **todas** as aulas, filmes, leituras e discussões.

VI. CRITÉRIOS DE RECUPERAÇÃO

De acordo com a resolução COG 3583 de 29/09/89 terão direito à recuperação os alunos que tiverem alcançado frequência regimental e nota 3,0 (três). A avaliação será realizada por meio de um trabalho escrito a ser definido.

VII. PLANTÃO

O professor receberá os alunos em sua sala, J1, terças-feiras 16:00-18:00 ou em outros horários a se combinar.

Conteúdo Programático

I. 5 de março Apresentação do Programa e Disciplina

II. 12 de março O declínio do império americano? Leitura: 1) KARNAL, Leandro. “Introdução.” In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.9-21; 2) Filme: *Sicko (SOS Saúde)*, dir. Michael Moore (2007).

III. 19 de março Conquista, Encontros e Resistência: Os Povos Indígenas da América do Norte

Leituras: 1) Trechos de SOLA, José Antônio. *Os Índios Norte-Americanos: Cinco Séculos de Luta e Opressão*. São Paulo, Moderno, 1995; 2) Fonte Primária: *Carta do Cacique Seattle ao Presidente Norte-americano* (1854).

IV. 26 de março Super Importante!! Pesquisando e Escrevendo um Trabalho Acadêmico

2 de abril Semana Santa – Não haverá aula

V. 9 de abril Desenvolvimento Colonial: Sociedade, Política e Ideologia

Leituras: 1) KARNAL, Leandro. “A Formação da Nação.” In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.23-67; 2) Filme: *As Bruxas de Salem* (1996), dir. Nicholas Hytner.

VI. 16 de abril Revolução Americana: Conflitos Sociais/Políticas e Mitos Fundadores

Leituras: 1) KARNAL, Leandro. “A Formação da Nação.” In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.-71-98; 2) Slides na aula: *Mitos e Imagens*; 3) Fonte Primária: PAINE, Thomas, trecho de *Senso comum e a crise* [1776]. São Paulo: IBRASA, 1953. pp.IX-XXI, 17-27.

PRAZO PELA ENTREGA DO PLANO DE TRABALHO 23 de abril

VII. 23 de abril Expansão territorial, Destino Manifesto e Republicanismo Norte-Americano. Leituras: 1) FERNANDES, Luiz Estevam e MORAIS, Marcos Vinicius de, Os EUA no Século XIX.” In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das*

origens ao século XXI. São Paulo, Contexto, 2007. pp.99-128; 2) Slides na aula: *Imagens do Faroste*; 3) Fonte Primária: TOCQUEVILLE, Aléxis de. Trecho de *A democracia na América* [1835]. São Paulo: Martins Fontes, 1998. pp.LV-LVI, 113-136.

30 de abril/1 de maio – Feliz Dia de Trabalhador – Não haverá aula

VIII. 7 de maio Escravidão e Guerra de Secessão. Leituras: JUNQUEIRA, Mary. *Estados Unidos: A Consolidação da Nação*. São Paulo, Contexto, 2001. pp.65-92. 2) MACPHERSON, James. “Tempo de Glória.” In: CARNES, Mark (org.) *Passado Imperfeito: a História no Cinema*. Rio de Janeiro, Record, 1997. pp.128-131; 3) Filme: *Tempo de Glória*, dir. Edward Zwick (1989).

IX. 14 de maio Urbanização, imigração e a formação da classe trabalhadora. Leitura: 1) FERNANDES, Luiz Estevam e MORAIS, Marcos Vinicius de, Os EUA no Século XIX.” In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.137-172; 2) Análise de Fotos na segunda metade da aula: Lewis Hine e Nova York na virado do século 19-20.

X. 21 de maio Conflitos Sociais no “Século Norteamericano”, 1900-1950. Leituras: 1) PURDY, Sean. “A Era Progressista” e “Décadas de Discordância”. In: *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.173-216; 2) Fontes Primárias: Emma Goldman, “Patriotismo: o que significa” e Mother Jones, “Autobiografia, 1925” (no site da disciplina).

XI. 28 de maio Imperialismo e a construção dos Estados Unidos como potência mundial. Leituras: 1) PURDY, Sean. “A Segunda Guerra e os EUA como “World Cop”. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.217-234; 2) Fontes Primárias: “A Emenda de Platt” (1901), “Corolário Rooseveltiano da Doutrina de Monroe” (1904), “A Doutrina de Truman” (1947).

XII. 4 de junho Rupturas do Consenso: Os movimentos sociais dos anos 60. Leituras: 1) PURDY, Sean. “Rupturas do Consenso, 1960-1980”. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.235-256; 2) CHAFE, William. “Mississippi em Chamas”. In: CARNES, Mark (org.) *Passado Imperfeito: A História no Cinema*. Rio de Janeiro, Record, 1997. pp.274-277. Filme: *Mississippi em Chamas*, dir. Alan Parker (1988).

PRAZO PELA ENTREGA DO TRABALHO 11 de junho

XIII. 11 de junho McGlobalização, a Nova Direita e Resistência. Leituras: 1) PURDY, Sean. “McGlobalização e a Nova Direita”. In: KARNAL, Leandro et. al. *História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI*. São Paulo, Contexto, 2007. pp.257-276.; 2) DAVIS, Mike. “As razões para deixar Malibu queimar”. In: DAVIS, Mike. *Ecologia do Medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Rio de Janeiro, Record, 2001. pp.93-142. Filme: *Pão e Rosas*, dir. Ken Loach (2000).

XIV. 18 de junho Assunto a ser escolhido pelos alunos

XV. 25 de junho Entrega da Prova Final. Lembrança: Toda a material das aulas, leituras, discussões e filmes podem cair na prova.